

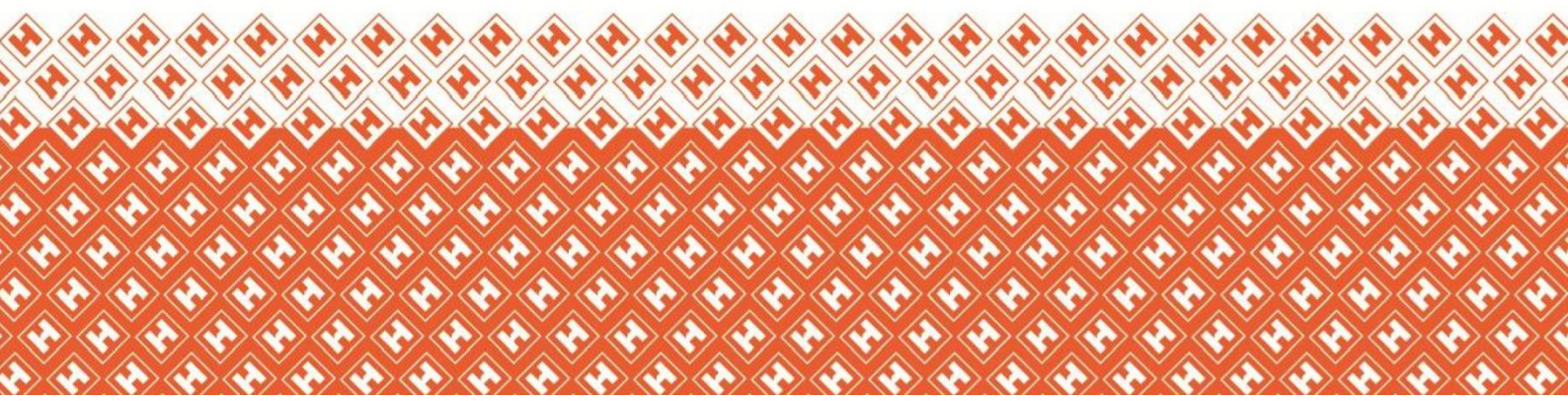


ANA MARIA GOMES BARBOSA DE PAULA

**CLUBE PALMARES, DECOLONIZANDO O ENSINO DA HISTÓRIA
LOCAL: REPENSANDO O DESENVOLVIMENTISMO
(EMBRANQUECEDOR) EM VOLTA REDONDA**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Março, 2025





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA

ANA MARIA GOMES BARBOSA DE PAULA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Mestrado Profissional, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Dissertação aprovada em 02 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Fabiana de Moura Maia Rodrigues - Doutora, UFRRJ
Orientadora

Anderson José Lisboa Baptista – Doutor, UERJ - Examinador Externo à
Instituição

Fábio José Paz da Rosa – Doutor, UFRRJ - Examinador Interno

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

d324c de Paula, Ana Maria Gomes Barbosa , 1975 Clube
Palmares, decolonizando o ensino da história local:
repensando o desenvolvimentismo (embranquecedor) em
Volta Redonda / Ana Maria Gomes Barbosa de Paula. -
Volta Redonda, 2025.
120 f.: il.

Orientadora: Fabiana de Moura Maia Rodrigues.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, ProfHistória - Pós graduação em
ensino de história, 2025.

1. História Local. 2. História Oficial. 3.
Decolonialidade. 4. Desobediência Epistêmica. 5.
Contranarrativa. I. Rodrigues, Fabiana de Moura
Maia, 1973-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. ProfHistória - Pós graduação em
ensino de história III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

TERMO Nº 551 / 2025 - PROFHIST (12.28.01.00.00.79)

Nº do Protocolo: 23083.033624/2025-01

Seropédica-RJ, 30 de junho de 2025.

Nome do(a) discente: ANA MARIA GOMES BARBOSA DE PAULA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM ENSINO DE HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Curso de MESTRADO área de concentração em Ensino de História.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 02 de abril de 2025

Banca Examinadora

Dr. ANDERSON JOSÉ LISBOA BAPTISTA, UERJ Examinador Externo à Instituição

Dr. FABIO JOSE PAZ DA ROSA, UFRRJ Examinador Externo ao Programa

Dra. FABIANA DE MOURA MAIA RODRIGUES, UFRRJ Examinadora Interna

(Assinado digitalmente em 30/06/2025 11:56) FABIANA
DE MOURA MAIA RODRIGUES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 2083489

(Assinado digitalmente em 30/06/2025 15:48)
FABIO JOSE PAZ DA ROSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1410642

(Assinado digitalmente em 30/06/2025 11:50)
ANDERSON JOSÉ LISBOA BAPTISTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 052.101.747-51

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **551**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **30/06/2025** e o
código de verificação: **9eac4b1197**

DEDICATÓRIA

Mariana, filha amada, você está presente em tudo.

Meu avô José e minha avó Ana, nosso suporte. Este trabalho tem muito de vocês que iniciaram nossa família na “Cidade do Aço” (in memorian).

Toninho, meu grande amigo, ainda escuto suas histórias que hoje fazem mais sentido do que nunca! (in memorian)

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à minha família, cujo apoio incondicional foi fundamental para que eu pudesse me dedicar a esta dissertação: Mariana e Luciano, o carinho e compreensão diante de minhas constantes ausências e isolamentos foram essenciais para que eu conseguisse concluir este trabalho. Irmão, aquele “você nasceu pra isso, irmã!” foram palavras muito importantes de encorajamento, obrigada pelo colo! Mãe e tia Vera, vocês são meus exemplos de persistência e resiliência!

Ao Clube Palmares, minha gratidão; em especial ao Douglas e ao Senhor Edson Daniel, cujas palavras tocaram meu coração desde o primeiro momento.

Agradeço também às colegas cursistas do Clube Palmares e às voluntárias da Biblioteca Dagó, cujas histórias e vivências, generosamente compartilhadas, me emocionaram e me ajudaram a construir as reflexões deste trabalho.

Ao professor Leonardo Ângelo, minha admiração pela generosidade, carinho e pelas dicas fundamentais. Seu trabalho promoveu meu despertar!

Obrigada Felipe, pelas importantes revisões!

À Professora Adelaide Maria Afonso Máximo, grande amiga que se tornou essencial para o desenvolvimento das ideias que fundamentaram os debates propostos: você está muito presente neste trabalho.

Queridos professores Carlos Eduardo, Carline Santos, Maria Angélica, Regina Ribeiro, Maria da Glória e Patrícia Bastos, sem vocês este trabalho não teria sido possível. Seu carinho, paciência e apoio foram fundamentais para que eu acreditasse que na Universidade também há espaço para nós, jovens senhoras!

Minha mais profunda gratidão à minha orientadora, professora Fabiana de Moura Maia Rodrigues, cuja orientação, sabedoria e generosidade foram essenciais ao longo de todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Suas sugestões pertinentes e sua visão crítica me ajudaram a aprimorar as ideias e a reestruturar os objetivos. Seu compromisso com a educação e a pesquisa se refletiu em cada conversa, seja nos momentos de dúvida ou nos avanços de todo trabalho. A paciência e a confiança que depositou em mim foram indispensáveis para que eu pudesse seguir adiante e superar desafios. A realização deste trabalho não teria o mesmo resultado sem sua orientação.

Agradecimentos especiais e minha sincera gratidão aos professores Fábio José Paz da Rosa e Anderson José Lisboa Baptista pelas valiosas orientações e contribuições durante a banca de qualificação do projeto de pesquisa. Suas análises detalhadas, críticas construtivas e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento do trabalho. Agradeço, imensamente por me incentivar a buscar novas perspectivas.

Aos meus colegas de turma do ProfHistória/2023 da UFRRJ, especialmente Hugo, Elbes, Rafael e Felipe que acompanharam e compartilharam comigo esta jornada; muitas vezes ouvindo minhas histórias e desabafos, com paciência, no trajeto até a universidade. Sinto saudades!

Gratidão, Renata e Senhor Sérgio, do Memorial Zumbi por receberem meus alunos com tanto carinho e nos transmitiram informações valiosas.

À Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda, que concedeu transporte para uma aula passeio tão significativa. Aqui expresso meu reconhecimento e desejo de que esta ação se torne uma constante na rede municipal de ensino.

Queridos diretores Márcio Henrique e Graziella Medeiros, obrigada por tornarem a Escola Municipal Dr. João Paulo Pio de Abreu um espaço democrático e acolhedor. Colegas professores, serventes, cozinheiras, cuidadores, disciplinários, equipe pedagógica e dirigente de turno, vocês são grandes companheiros de trabalho e foram muito importantes para que tudo acontecesse.

Querida Silvana Nunes, ex-implementadora de História da rede municipal de ensino de Volta Redonda, a semente que você plantou em meu coração germinou!

E, finalmente, aos meus queridos alunos do 9º ano de 2024. Vocês tornaram esse ano incrível!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Este trabalho é, sem dúvida, fruto do acolhimento, da paciência e da generosidade de todos. Sou imensamente grata!

RESUMO

Este trabalho propõe apresentar uma contranarrativa à História oficial de Volta Redonda, a partir da constituição de espaços de resistência negra na cidade. Com base na perspectiva da Decolonialidade de Aníbal Quijano, analisamos como a colonialidade do poder determina quem tem o direito de narrar a História, silenciando experiências e contribuições plurais. Além disso, apoiamos-nos na concepção de desobediência epistêmica de Walter D. Mignolo, que questiona a imposição de uma única lógica de conhecimento como universal, deslegitimando outros modos de ser e estar no mundo. Nesse contexto, buscamos romper com essa lógica ao reconhecer as experiências e narrativas da população negra de Volta Redonda como formas legítimas de produção de conhecimento. Ao desafiar a colonialidade, nosso objetivo é valorizar vozes historicamente silenciadas e trazer suas memórias e vivências para o debate em sala de aula. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a História de Volta Redonda, tendo como marco temporal a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esse recorte permite compreender a importância do processo de migração na constituição da reconhecida cidade modelo do Nacional-Desenvolvimentismo. Além disso, utilizamos produções audiovisuais como recurso para aprofundar este debate e embasar nossa proposta pedagógica. Nosso estudo evidencia que o currículo da rede municipal não contempla essas contranarrativas, mantendo uma visão histórica que privilegia o discurso oficial em detrimento das experiências dos grupos subalternizados. Para problematizar a História local e atender às diretrizes da Lei 10.639/03, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, analisamos a inserção da população negra no processo histórico da constituição identitária de Volta Redonda. Dessa forma, nossa abordagem pedagógica busca promover uma leitura crítica da História Local e nacional, alinhando-se à construção de uma educação antirracista. Por fim, pretendemos ampliar as perspectivas sobre a História Local, promovendo reflexões conectadas às vivências e lutas da população negra local.

Palavras-chave: História Local – História Oficial – Decolonialidade – Desobediência Epistêmica – Contranarrativa

ABSTRACT

This work intends to present a counter-narrative to the Official History of Volta Redonda, based on the constitution of black resistance's places in the city. From Aníbal Quijano's perspective of Decoloniality, we analyze how the coloniality of power determines who has the right of narrates the History, silencing plural experiences and contributions. Besides that, we lean on Walter Mignolo's concept of epistemic disobedience, which questions the imposition of an only logic of knowledge as universal, illegitimizing other ways of being and being in this world. In this context, we reach break with this logic when we recognize the black population's experiences and narratives from Volta Redonda as legitimate forms of knowledge production. When we defy coloniality, our goal is to give value to the historically silenced voices and bring to the debate in the classroom their memories and experiences. Thereunto, we collect bibliography's data of Volta Redonda's History, having as temporal mark the foundation of *Companhia Siderúgica Nacional* (CSN). Analyse this subject based on this fragmented view allows us to understand the meaning of the migration process in the constitution of the *Nacional-Desenvolvimento's* model city, as recognized. Furthermore, we use audio-visual productions as tools to deepen this debate and base our pedagogical propose. Our research evinces that the municipality's teaching *curriculum* does not contemplate these counter-narratives, keeping an historical view which gives privileges to the official speech in detriment of the subalternized groups' experiences. For to problematize the Local History and attends to the Law's 10,669/03 guidelines, as well as the *Diretrizes Curriculares Nacionais* to Ethnic-Racial's Relationship Education and to the Afro-Brazilian's and African Culture Teaching, we analyzed the black population's insertion in the historical process of Volta Redonda's identity constitution. Therefore, our pedagogical approaching aims to promote a critical reading of the Local and national History, acceding to the building of an anti-racist's education. Lastly, we intend to broaden the perspectives about Local History, promoting associated reflections to the local's black population experiences and fights.

Keywords: Local History – Official History – Decoloniality – Epistemic Disobedience – Counter-Narrative

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	04
AGRADECIMENTOS	05
RESUMO.....	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA CONTRA NARRATIVA À HISTÓRIA OFICIAL DE VOLTA REDONDA	16
1.1. A História Local e contribuições para o Ensino de História	17
1.2 Análises críticas da História Oficial: limites narrativos	24
1.3 Decolonialidade como ferramenta epistemológica desafiando as narrativas dominantes.....	31
1.4 Branquitude – conceito auxiliar na problematização da História Local	34
CAPÍTULO II: A HISTÓRIA OFICIAL DE VOLTA REDONDA E A PREDOMINÂNCIA DA BRANQUITUDE NAS NARRATIVAS OFICIAIS	37
2.1 Desenvolvimento industrial e urbano e constituição da narrativa oficial	40
2.2 A curva do rio	56
2.3 “Volta Redonda é o Brasil”. Qual Brasil?.....	58
CAPÍTULO III: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E NOVAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS EM VOLTA REDONDA	67
3.1 Palmares – O Povo Negro Pode Dançar.....	72
3.2 Palmares – quilombo urbano, solo sagrado de resistência.....	77
3.2.1 O silêncio rompido por Dona Eunice.....	81
3.3 O Clube Palmares e o Movimento Negro em Volta Redonda: contranarrativas decoloniais em uma aula passeio sobre a História Local.....	84
3.4 Desobediência epistêmica e a contranarrativa do Clube Palmares.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
PROPOSTA PEDAGÓGICA	103
ANEXOS	116

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as contranarrativas presentes na História de Volta Redonda a partir de experiências e perspectivas do povo negro. Partindo de uma abordagem decolonial, buscaremos refletir sobre como a História Local foi construída, bem como os espaços de resistência que emergiram a partir da valorização das histórias marginalizadas, destacando a importância de novas perspectivas para a compreensão do passado e do presente da cidade.

O primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a proposta de construção de contranarrativas à História Oficial de Volta Redonda, com base em uma abordagem decolonial. O objetivo é oferecer uma compreensão aprofundada das categorias analíticas que orientam o estudo, com destaque para os conceitos de História Local, colonialidade, desobediência epistêmica, narrativas e branquitude, de modo a problematizar as formas pelas quais a história da cidade tem sido narrada, ensinada e legitimada ao longo do tempo.

A discussão sobre História Local constitui um ponto de partida fundamental, na medida em que permite interrogar os mecanismos de construção e naturalização das narrativas oficiais. Autores como Schmidt (2004), Gonçalves (2007), Bittencourt (2008) e Sukow (2023) argumentam que o ensino de História pode ressignificar experiências locais ao integrar sujeitos, memórias e espaços muitas vezes ausentes nos currículos escolares. Para Bittencourt (2008), a História Local não deve ser compreendida como um simples recorte geográfico, mas como um campo fértil para a formação da consciência histórica e para a problematização das relações de poder que moldam as representações do passado. Schmidt (2004) e Gonçalves (2007), por sua vez, defendem que o trabalho com a História Local permite o reconhecimento de diferentes vozes e experiências sociais, enquanto Sukow (2023) ressalta o potencial crítico dessa abordagem ao confrontar a narrativa dominante com outras formas de memória e saber.

A partir dessas reflexões, insere-se o referencial da teoria decolonial como chave interpretativa para analisar como determinadas formas de conhecimento foram sistematicamente marginalizadas em favor de uma perspectiva eurocêntrica. O conceito de

colonialidade, formulado por Quijano (2005-2014), explicita como o legado do colonialismo continua a organizar as hierarquias de saber, poder e ser, estruturando uma racionalidade que privilegia a epistemologia ocidental em detrimento dos saberes produzidos pelos povos colonizados. Mignolo (2008), ao desenvolver a noção de desobediência epistêmica, propõe romper com essa matriz colonial do saber, defendendo a valorização de epistemologias insurgentes e locais. Nesse contexto, a decolonialidade oferece instrumentos teóricos e práticos para repensar o ensino de História a partir das experiências silenciadas e dos saberes historicamente subalternizados.

O debate sobre as narrativas também se mostra central nesta análise, uma vez que a História Oficial opera por meio da produção de uma memória seletiva que naturaliza determinadas versões dos fatos e invisibiliza outras. Para Benjamin (1985) a modernidade fragmentou as formas de narrar, afastando-se da experiência coletiva e do saber partilhado. Mbembe (2014) chama atenção para o modo como a racionalidade colonial moldou não apenas os regimes de dominação, mas também as formas de narrar e interpretar o passado. Ao denunciar os limites da história escrita a partir do ponto de vista europeu, o autor sugere a urgência de reconstruir narrativas que reconheçam a pluralidade de experiências históricas. Fanon (2020), por sua vez, evidencia como a linguagem colonial atua como instrumento de apagamento identitário, ao impor um modelo branco e europeu como norma de humanidade e civilização. Antonacci (2022) destaca a oralidade como forma de resistência à centralidade da escrita na cultura ocidental. Barbosa (2018), Adichie (2019) e Kilomba (2019) reforçam a importância da literatura como espaço de disputa de sentidos e de afirmação de memórias negadas. A literatura, nesse sentido, emerge como importante ferramenta epistemológica para a construção de contranarrativas. Adichie (2019), ao discutir o perigo da história única, alerta para os riscos da homogeneização narrativa, enquanto Kilomba (2019) propõe uma escrita que privilegie a subjetividade, a memória e a experiência negra como formas legítimas de conhecimento.

Por fim, os estudos sobre branquitude são incorporados como dimensão crítica da proposta, ao evidenciar como determinadas identidades e grupos foram historicamente privilegiados na produção do conhecimento e na construção das narrativas históricas. Bento (2022) conceitua a branquitude como um pacto narcísico que opera o silenciamento da diferença racial no Brasil, garantindo a manutenção do *status quo* racial. Sovik (2009) e Cardoso (2020) ampliam essa discussão ao demonstrar como a branquitude funciona como identidade racial invisibilizada, que estrutura desigualdades ao mesmo tempo em que se apresenta como neutra e universal.

Neste sentido, este capítulo articula os campos da História Local, da teoria decolonial, das discussões sobre narrativas e dos estudos sobre branquitude como base teórica e metodológica para a construção de contranarrativas à História Oficial de Volta Redonda. A partir desses referenciais, os capítulos seguintes buscarão aprofundar o exame das experiências, memórias e saberes historicamente silenciados, sobretudo aqueles relacionados à população negra operária da cidade, cujas histórias resistem à lógica homogeneizadora da modernidade colonial.

A História Oficial de Volta Redonda, como de muitas outras cidades brasileiras, foi construída a partir de uma perspectiva hegemônica que privilegiou a visão eurocêntrica, silenciando as vozes negras, indígenas e populares. Como lembra Reznik (2008), nas primeiras décadas do século XX, o Estado e intelectuais empenharam-se em construir uma identidade nacional unificada, especialmente durante o Estado Novo, por meio de políticas culturais centralizadoras que reforçaram uma ideia de brasilidade baseada na homogeneização cultural e no apagamento das diversidades regionais e étnicas. O segundo capítulo desta dissertação propõe uma análise crítica dessa narrativa, que se consolidou principalmente no contexto do projeto Nacional-Desenvolvimentista sob o governo de Getúlio Vargas, tendo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como eixo simbólico e estruturante da identidade local. Ao enfatizar o progresso e a modernização, esse projeto apagou as desigualdades raciais e sociais, reforçando o mito da democracia racial e naturalizando a ausência da população negra nas representações históricas da cidade.

Com base em fontes documentais, relatos memorialísticos, imagens e publicações institucionais, buscou-se evidenciar como a branquitude se consolidou nas estruturas de poder e nos discursos oficiais, definindo quais memórias seriam legitimadas como patrimônio da cidade. A análise das chamadas memórias subterrâneas, conceito mobilizado por Alves (2014), permite compreender a marginalização das experiências de trabalhadores, comunidades tradicionais e sujeitos racializados que, embora fundamentais para a construção da cidade, foram sistematicamente invisibilizados. O capítulo dialoga com autores como Morel (1989), Colbari (1997), Silva (2010) e Silva (2022), a fim de desvelar os mecanismos históricos e políticos que sustentaram essa exclusão, incluindo a atuação da CSN na organização da Família Siderúrgica como estratégia de controle social e disciplinamento.

Nesse sentido, este capítulo também se apoia nos estudos de Fernandes (1995) sobre História Local e nos princípios de Paulo Freire (2019), utilizando os temas geradores como ponto de partida para reconfigurar a narrativa histórica, valorizando a oralidade, a memória e os saberes populares como formas legítimas de conhecimento. A intenção é promover uma

leitura mais plural e crítica da história de Volta Redonda, abrindo espaço para a emergência de contranarrativas que desafiem a hegemonia da branquitude e contribuam para a formação de uma consciência histórica e a construção de novas referências identitárias e sociais. Para aprofundar essa perspectiva, o capítulo também apresenta e analisa uma transcrição do documentário *A Curva do Rio*, cuja abordagem permite problematizar a História Oficial da cidade ao evidenciar os silêncios, as ausências e as vozes historicamente marginalizadas no processo de construção da memória local.

O terceiro capítulo, intitulado Espaços de resistência e novas perspectivas históricas em Volta Redonda, parte de reflexões sobre minha prática docente e de experiências transformadoras vividas no curso de Educação Antirracista promovido pelo Clube Palmares. Após o contato com a obra de Silva (2022) e o documentário *Palmares: o povo negro pode dançar*, passei a repensar minha posição enquanto educadora e pessoa antirracista, compreendendo a urgência de revisitar as narrativas locais a partir de perspectivas negras. A cidade de Volta Redonda, marcada pela fundação da CSN e pela identidade operária, foi também palco de silenciamentos históricos que precisam ser desvelados. Silva (2022) propõe que a compreensão da identidade local deve considerar as conexões entre raça e classe no contexto industrial, o que ressoa nas análises de Oliveira (2011) e Assis (2024), que destacam o Clube Palmares como espaço de resistência, inclusão e construção de memória coletiva. Esses estudos evidenciam como a organização comunitária negra criou alternativas às exclusões vividas em instituições dominadas pela lógica branca e elitista.

Nesse sentido, o Clube Palmares e o Memorial Zumbi surgem como territórios de memória e resistência negra, nos quais a oralidade, a cultura e o lazer funcionam como práticas políticas. Domingues (2023) ressalta a polifonia dos significados atribuídos aos clubes negros no Brasil e Pinheiro (2023) amplia essa visão ao compará-los a quilombos modernos, que resistem ao apagamento e projetam sonhos de liberdade. A força dessas instituições se manifesta também nos relatos de mulheres como Dona Maria Eunice que merece destaque em nossa reflexão neste capítulo, pois, ao romper o silêncio, enfrenta a estrutura racista e sexista que historicamente subordinou as mulheres negras. Essa trajetória encontra eco nas análises de Ribeiro (2018), Kilomba (2019) e Gonzales (2020) que abordam a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Ribeiro evidencia como a presença de uma mulher negra em espaços de poder desestabiliza os alicerces da dominação racial e patriarcal. Kilomba discute o papel socialmente imposto às mulheres negras, enquanto Gonzales (2020) denuncia a exploração que atravessa suas vidas e o silenciamento dentro do próprio feminismo.

A observação desses espaços e a escuta das memórias ali preservadas se concretizaram de forma potente durante a aula-passeio realizada com estudantes ao Clube Palmares e ao Memorial Zumbi e também foi relatada e examinada neste capítulo. Essa experiência pedagógica, inspirada na proposta de Célestin Freinet e discutida por Araújo e Praxedes (2013), revelou-se um exercício de imersão e escuta ativa, no qual a História Local deixou de ser um conteúdo abstrato para tornar-se testemunho vivo das resistências negras. Ao utilizar metodologia qualitativa e dialogar com fontes primárias como relatos orais e documentos comunitários, esta pesquisa busca compreender como esses espaços resignificam a história oficial da cidade e oferecem narrativas alternativas que valorizam as vozes historicamente silenciadas. Assim, reafirma-se a importância de incorporar essas contranarrativas no ensino de História, como forma de promover uma educação crítica, dialógica e comprometida com a justiça social.

Ao final desta dissertação, apresenta-se uma sequência didática elaborada com a utilização de recursos audiovisuais, como os documentários citados nos capítulos 1 e 2 além de *podcasts* e textos complementares. Tais materiais foram criteriosamente selecionados com o intuito de proporcionar aos estudantes uma reflexão crítica acerca do discurso desenvolvimentista da Era Vargas e de suas consequências excludentes para parcelas significativas da população de Volta Redonda, notadamente em relação à segregação urbana, ao racismo e às formas locais de resistência negra.

Com base no documentário *A Curva do Rio*, os discentes foram convidados a analisar os impactos da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), refletindo sobre os conceitos de progresso, exclusão e segregação espacial, além de entrarem em contato com depoimentos de moradores que vivenciaram diretamente esse processo histórico. Por meio do documentário *Palmares: o povo negro pode dançar*, abre-se a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre o papel do Clube Palmares enquanto espaço de resistência cultural, política e racial, permitindo a compreensão das estratégias utilizadas pela população negra para afirmar identidades e construir pertencimentos frente aos processos de marginalização.

A referida sequência didática foi desenvolvida e aplicada, no ano de 2024, com turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, sendo composta por aulas organizadas em blocos de cinquenta minutos, integradas entre si, e culminando em uma aula-passeio ao Clube Palmares. Essa atividade permitiu o contato direto com sujeitos e espaços históricos trabalhados ao longo das aulas, ampliando o processo de ensino-aprendizagem para além do ambiente escolar. O encerramento ocorreu por meio de uma Exposição Pedagógica, na qual os estudantes

apresentaram suas produções e convidaram a comunidade escolar a compartilhar da experiência vivenciada.

Assim, podemos concluir que a sequência didática pode contribuir de forma significativa para o ensino da História Local sob uma perspectiva crítica, reforçando o compromisso com uma educação antirracista. Tal abordagem pode contribuir para o reconhecimento da centralidade da população negra na construção histórica da cidade, ao mesmo tempo em que desafia as narrativas oficiais que, com frequência, tendem a invisibilizar sua contribuição.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA CONTRA NARRATIVA À HISTÓRIA OFICIAL DE VOLTA REDONDA

Iniciaremos este capítulo pensando a História Local como estratégia didática para discutirmos os conceitos que conduzirão nossa problematização sobre a História Oficial de Volta Redonda: narrativa e contranarrativa, decolonialidade e branquitude. Pretendemos também destacar as limitações dessa narrativa em apresentar novas perspectivas, especialmente as de grupos marginalizados. Buscaremos fazer interrogações à História dessa cidade, muitas vezes alinhada com a visão dominante que frequentemente é apresentada apoiando-se em uma perspectiva que não permite a inserção de debates que analisem a pluralidade social, política e cultural em sua constituição.

Nossa proposta é interrogar a História Local sob o olhar decolonial que permite a valorização das contribuições do negro em sua constituição identitária. Pretendemos questionar a História Oficial como única fonte de estudo buscando para isso destacar vozes historicamente silenciadas. Buscaremos identificar lacunas que se fazem presentes na construção das narrativas tomadas como oficiais que frequentemente silenciam ou apagam vozes dissonantes como as das populações negras. Utilizaremos para este propósito estratégias de abordagem voltadas para a educação nas relações étnico-raciais.

Para fundamentar nossa pesquisa utilizaremos bibliografias críticas, pesquisas acadêmicas e documentário que evidenciam esta visão limitante da história e ancorem nossa reflexão sobre a necessidade de repensar o ensino de História a fim de que este amplie e reconheça as narrativas de grupos sub representados. Ao nos aprofundarmos nas discussões sobre a História de Volta Redonda e seus espaços de resistência, percebemos o quanto a narrativa oficial negligencia a trajetória e o legado dos cidadãos negros que construíram a cidade e que fundaram tais espaços porque tiveram seu direito à cidadania plena negado. A convivência com professores e cursistas foi muito importante para que eu compreendesse meu papel enquanto pessoa branca e educadora no combate ao racismo. A experiência de ouvir e observar as colegas negras compartilharem suas vivências de racismo me afetou profundamente. Embora eu nunca possa acessar plenamente o sentimento delas, fui tomada por uma sensação de desconforto avassalador, não apenas por testemunhar suas dores, mas também por reconhecer minha posição como parte de um sistema que perpetua o racismo. Esse desconforto não era apenas empático, era também uma percepção de responsabilidade, um

chamado à autocrítica e à necessidade urgente de desconstruir as crenças e atitudes que sustentam a desigualdade racial. Assim, cada relato não era apenas sobre elas, mas também sobre mim, sobre o lugar que ocupo e as práticas que devo transformar para ser uma aliada efetiva na luta antirracista. O “desconforto devolvido¹” foi recebido como grande oportunidade para minha desconstrução enquanto pessoa formada por crenças enraizadas que encobriam o racismo ainda presente em mim. Por isso nossa pesquisa também trará reflexões sobre meu trabalho e minhas experiências antes e depois do Clube Palmares. Neste espaço sagrado fui convidada a me aquilombar, a viver o que Abdias do Nascimento (1980, p.269) descreveu como prática de resistência, solidariedade e liberdade. Pinheiro (2023) contribui para nosso entendimento ao explicar que a lógica ocidental branca nos fez acreditar que “quilombo é um lugar de negro fugitivo e covarde, que, ao se esconder, preferiu abandonar os outros no sofrimento” (Pinheiro, 2023, p.67). A autora define de maneira elucidativa:

Quilombo é uma organização existencial e política ativa, que reúne pessoas negras que aspiram um sonho de liberdade e de crescimento coletivo. É sobre outro modo de vida, um que passa por uma ideia de liberdade comunitária (Pinheiro, 2023, p.67).

Tomando consciência do meu lugar de fala, atravessada por questões de gênero, mas não de cor ou raça, e muito mais ciente do meu lugar de silenciar, aceitei o convite.

As experiências que tive durante minha trajetória de vida não incluem barreiras raciais. Reconhecer meu lugar de fala exige de mim uma prática pedagógica que combata o racismo e que também se torne um espaço no qual as experiências narrativas daqueles que sofrem diversas formas de opressão sejam valorizadas e legitimadas.

1.1. A História Local e contribuições para o Ensino de História

Para entendermos o conceito de História Local, a origem de seus estudos e de que maneira ele integrará nossas discussões ao longo desta pesquisa, apresentaremos referências de alguns autores que enriquecem o debate sobre a questão. Utilizaremos Sukow (2023) a fim de compreender a relevância da História Local no processo educativo, pois ele apresenta a trajetória histórica e teórica da História Local, demonstrando como esse campo se consolidou e como suas relações com o ensino de História se estabeleceram. O mesmo texto traça um

¹ Valho-me da expressão “desconforto devolvido” para o entendimento quanto ao meu sentimento diante dos relatos das colegas cursistas sobre seus desconfortos ao longo de suas trajetórias marcadas pelo mundo universalmente branco. Enquanto única mulher branca naquele espaço, senti-me desconfortável ao perceber o quanto o racismo ainda se fazia presente em mim.

panorama das principais discussões e mudanças na abordagem da História Local, evidenciando sua importância para a valorização das experiências e memórias coletivas que enriquecem o processo educativo.

Conforme a autora, o conceito de História Local é um campo que ultrapassa os limites da historiografia. Sua fundamentação teórica está estreitamente vinculada à geografia, especialmente aos debates acerca do determinismo e possibilitismo do espaço. Segundo a autora, o geógrafo Vidal de La Blanche (1845-1918), importante representante da Escola Possibilista², destacou a influência do espaço no desenvolvimento histórico em um capítulo do livro *História da França* (1875), organizado por Ernest Lavisse (1842 – 1922). Essa abordagem influenciou historiadores como Fernand Braudel (1902 – 1985) que em sua obra *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo no tempo de Felipe II* (1945) analisa as relações entre espaço físico e sociedade, trazendo essas questões para o centro dos debates historiográficos. Nos anos 1950, durante a segunda geração da Escola dos Annales, os estudos de interação entre o espaço físico e os processos históricos adquiriram maior relevância. “Inclusive, era de praxe as monografias originadas da Escola dos Annales iniciarem-se por uma introdução geográfica, seguida da história e organização social.” (Sukow *apud* Barros, 2005 p.28). A autora também destacou que foi Pierre Goubert (1915 – 2012) quem conceituou a História Local como uma metodologia de investigação na França:

Denominaremos História Local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês) (...) A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada (Sukow, 2023, p.29).

Sukow (2023) reforça que Goubert (1988) delimita o conceito de localidade a referenciais político-geográficos. Como uma das primeiras definições do que se compreende por História Local, a concepção do autor influenciou significativamente a delimitação do conceito. Pesquisas bibliográficas sobre o debate em torno da História Local indicam que, ainda

² Definição apresentada pela autora dessa discussão: Escola geográfica criada pelo francês Vidal de La Blanche (1845-1918) que entendia o espaço geográfico como condicionante capaz de criar possibilidades para sua transformação. Os fenômenos humanos, nesta perspectiva, seriam capazes de intervir na transformação da natureza. Esta escola contrapunha à outra, denominada Escola Determinista ou alemã, de criação de Friedrich Ratzel (1844-1904). Nesta, o espaço geográfico era visto como determinante para as condições de vida e de desenvolvimento dos seres humanos. A história, por esta interpretação, também era determinada pelas condições naturais.

hoje, a proposta de Goubert (1988) é frequentemente referenciada. Este entendimento foi criticado principalmente por desconsiderar que a delimitação espacial é determinada politicamente e nem sempre corresponde aos significados socioculturais atribuídos pelas pessoas que habitam aquele espaço. Em contrapartida, uma abordagem distinta ao conceito de História Local se distancia de interpretações exclusivamente geográficas e espaciais, direcionando sua atenção para a trajetória de pessoas comuns. Essa perspectiva dialoga com os debates promovidos por historiadores da História Social, especialmente na década de 1960, período em que “Edward Thompson pontua a História como estudo da experiência de todos os seres humanos no tempo”. (Thompson, 1981, *apud* Sukow 2023)

Sukow (2023) destaca que a compreensão da localidade surge como resposta à crise das grandes narrativas na segunda metade do século XX, valorizando o detalhe e as experiências das pessoas comuns, em contraposição às explicações universalizantes. Na década de 1990, a História Local foi sagrada como ferramenta para abordar a diversidade e transformar o ensino de História. A autora ainda destaca que a ideia de estudo do meio ganha força com a segunda geração dos Annales, especialmente na França, durante a década de 1950. Roger Cousinet (1955, *apud* Sukow 2023) entende o estudo do entorno como uma ferramenta pedagógica ao associar as experiências diretas do aluno a sua realidade. Essa abordagem relaciona o estudo do meio a disciplinas como geografia e biologia, mas também à historicidade do espaço. O estudo do meio ganhou destaque no ensino de História como estratégia pedagógica voltada para o desenvolvimento concreto das crianças, alinhada às teorias piagetianas.

Os Estudos Sociais foram introduzidos no Brasil no contexto do movimento escolanovista que buscava romper com a visão tradicional:

Nesse sentido dialogavam com autores como John Dewey (1859-1952), para quem a criança em estágio inicial da formação só teria a capacidade de conhecer fatos próximos e, portanto, o estudo da localidade deveria ser o ponto de partida de aprendizagem histórica (Sukow, 2023, p.32).

A consolidação dos Estudos Sociais como componente curricular se deu a partir da Reforma Curricular de 1971. A História Local, nesse contexto, foi introduzida como um eixo de trabalho voltado para as crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental, conforme orientações curriculares como o Guia Curricular para as disciplinas do núcleo comum do Estado de São Paulo (1975). Contudo, essa abordagem demonstrou-se um tanto limitada ao tratar a História Local de forma isolada, com temas como A criança e sua comunidade e O estado em que a criança vive, sem estabelecer conexões com as demais escalas de análise ou níveis mais avançados de escolarização.

Durante o regime militar, o foco da História Local reforçava a visão harmônica das relações sociais ao redor da criança, representando a comunidade sem conflitos ou tensões. Dessa forma, tal perspectiva impossibilitava debates sobre eventos críticos da história do município ou da região, tornando-se, assim, uma abordagem despolitizada e fragmentada. Ademais, os temas da História Local não reapareciam em etapas posteriores da educação, carecendo de articulação com outras perspectivas e níveis históricos. Essa estrutura se consolidou ao longo do tempo, refletindo escolhas políticas e pedagógicas.

A redemocratização do Brasil impulsionou debates que aproximavam a História Local das vivências e histórias das pessoas comuns. Ela adquiriu um papel político e transformador no ensino de História proporcionando um senso de pertencimento comunitário, ao compreender que “reconstruir a história da localidade era preciso, pois só quem conhece a história é capaz de lutar, de ser gente, de se sentir sujeito, de transformar” (Sukow, 2023, p.33).

Os debates sobre cidadania, diversidade e localidade foram intensificados na educação durante a década de 1990 e, com isso, tiveram influência na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – (1997), os quais reforçaram a autonomia da disciplina de História. É neste momento que a História Local surge com uma abordagem pedagógica mais relevante, especialmente nos primeiros anos de ensino, ao possibilitar o estudo de temas ligados à diversidade, às transformações sociais e às diferenças culturais.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) a História Local aparece associada à ideia de formação de identidades históricas. “Entender que nossas identidades se conformam a partir do local e do presente, sem desconsiderar sua relação com o geral e o passado, possibilitaria um conhecimento histórico movido pela ação e transformação da realidade.” (Sukow, 2023, p. 36). A autora, dessa forma, ressalta que a História Local não é a única responsável pela formação das identidades, mas é um referencial importante nesta constituição.

Bittencourt (2008) propõe o desenvolvimento de diálogos e reflexões relevantes a fim de que a história seja compreendida para além dos grandes acontecimentos e personagens célebres, valorizando o cotidiano como espaço de práticas culturais, sociais e econômicas. Ela argumenta que o cotidiano é essencial para entender as experiências individuais e coletivas, e que este elemento permite explorar relações de poder e resistência vivenciadas em contextos comuns; contribuindo, assim, para a valorização de práticas e saberes frequentemente negligenciados pela História Oficial. A autora enfatiza que:

O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação. (Bittencourt, 2008, p.169).

A autora também aborda a distinção entre História Local e história do lugar, ressaltando que a História Local não é uma análise micro de eventos ou de uma simplificação, sendo, portanto, uma forma de compreensão do passado a partir de perspectivas mais próximas. Bittencourt não deixa de considerar a importante reflexão do campo da geografia a respeito da identificação do conceito de lugar, que é essencial para os estudos da história regional, uma vez que ele permite uma análise mais precisa e significativa da relação entre os indivíduos e o espaço que habitam:

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros lugares (Bittencourt, 2008, p.173).

A história do "lugar" como objeto de estudo abrange tanto os aspectos temporais quanto espaciais, e transcendendo uma análise restrita ao presente ou a um passado isolado. Seu objetivo é investigar a dinâmica e as transformações do local, articulando esses processos às conexões estabelecidas com outros lugares.

Gonçalves (2007, p. 175), ao retomar as reflexões de John Lewis Gaddis (2003), destaca que o reconhecimento da identidade humana está relacionado à compreensão de nossa relativa insignificância diante do grande esquema das coisas. Para Gaddis, essa perspectiva revela um sinal de maturidade, tanto nas relações humanas quanto no uso da consciência histórica. Ele defende que a consciência histórica deve ser compreendida como um processo de aprendizagem que possibilita aos sujeitos se relacionar com o mundo de forma menos autocentrada. Nesse sentido, pensar a História Local é abrir espaço para a constituição dessa consciência que se baseia em experiências concretas. A autora compartilhou uma experiência que teve em 1995, relacionada ao projeto *História de São Gonçalo: Memória e Identidade*, que envolveu um grupo de pesquisa coordenado pelo professor Luís Reznik, com a participação de Alix P.S. de Oliveira, Marcelo Guimarães, ex-alunos e bolsistas do Proatec, como Rui Aniceto e Henrique Mendonça, além de outros 14 alunos, que se envolveram em diversas atividades. O objetivo central era explorar a História local como um eixo de problematização a fim de promover uma articulação entre práticas de pesquisa, memória e identidade. Essas práticas se fundamentaram na complementação entre dúvidas teóricas e experiências, que permitiu abrir novas possibilidades

de narrar a História Local. Como resultado, o projeto ampliou a compreensão da História Local enquanto campo de investigação, evidenciando o papel de uma consciência histórica que valoriza a vivência e as experiências compartilhadas de determinados sujeitos. Essa abordagem despertou novos olhares para a história da região e contribuiu para uma percepção crítica do lugar.

A experiência feita em São Gonçalo destaca a importância de uma reflexão profunda sobre os impactos da História Local na formação da consciência histórica. Essa ação é respaldada pela Lei 10.639/03 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que são pontos centrais deste trabalho. Tanto a Lei como as Diretrizes elencam princípios que devem orientar a busca pela igualdade de direitos para todas as pessoas, reconhecendo a diversidade étnico-racial e a valiosa contribuição de cada grupo para a História do Brasil. Nesse sentido, entendemos que é preciso valorizar a história dos povos africanos e a cultura afro-brasileira, combater a indiferença e a injustiça contra os negros, os povos indígenas e as classes populares, bem como promover uma reflexão crítica sobre os conceitos raciais estabelecidos, como o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Além disso, é fundamental que educadores que não estejam familiarizados com as questões étnico-raciais se empenhem em adquirir conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e africana, a fim de que possam desenvolver práticas respeitadas e promover um diálogo construtivo em busca de uma sociedade mais justa (Brasil, 2004).

Por fim, tais ideias comunicam-se com a proposta desta dissertação ao evidenciar o poder de práticas pedagógicas que integram memória, identidade e espaço local e se apresentam como caminhos para que as narrativas dominantes sejam desafiadas:

Crianças, jovens e adultos, sensibilizados, por intermédio de uma reflexão sobre o local, unidade próxima e contígua, historicizando e problematizando o sentido de suas identidades, relacionando-se com o mundo de forma crítica, mudando, ou não, como sujeitos, a própria vida (Gonçalves, 2007, p.182).

Schmidt (2004) analisa o ensino de História Local e os desafios da formação da consciência histórica. Baseando-se em Rüsen (1987), ele pôde afirmar que a didática da História apresenta um princípio teórico que orienta as finalidades e os objetivos do ensino de História, especialmente no que diz respeito à História Local. Essa abordagem teve como escopo responder a questões sobre sua utilidade e relevância no contexto educacional. A partir de suas leituras em Thompson (1981) percebeu a história como “o estudo da experiência humana ao

longo do tempo, tal concepção permite a seleção e organização de conteúdos que contribuem para a formação de consciências individuais e coletivas” (Schmidt, 2004).

Essa abordagem historiográfica também permite questionar a valorização excessiva da História Local, de modo a evitar que ela seja tratada como um elemento central ou isolado no ensino de História. Ao restringir o estudo apenas à realidade mais próxima, corre-se o risco de limitar o entendimento histórico, reduzindo a capacidade de explorar conexões mais amplas e significativas daqueles a quem o ensino é dirigido. Dessa forma, é essencial que a História Local seja trabalhada como parte de um processo que articule diferentes contextos, ampliando as possibilidades de debate histórico:

É importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, as chaves de sua própria explicação. Ademais, ao se propor o ensino da História Local como indicativo da construção da consciência histórica, não se pode esquecer de que, no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino-americana e mundiais (Schmidt, 2004, p.190).

Trabalhar com o que é próximo e conhecido possibilita estabelecer uma relação significativa que favoreça uma compreensão mais ampla e crítica da História. A partir de atividades vinculadas ao cotidiano, como a pesquisa de documentos ou visitas a espaços e arquivos, os alunos desenvolvem atitudes reflexivas que permitem reconhecer tais elementos no contexto histórico.

Por meio do estudo da memória e da articulação entre experiências familiares, locais e culturais, os alunos são encorajados a refletir sobre como o passado molda os valores e desafios do presente. Essa reflexão crítica ajuda a transformar a História em um instrumento de orientação prática, que promove o entendimento das mudanças sociais e possibilita o desenvolvimento de ações que rompam com estruturas opressivas, conectando, assim, tais conhecimentos a um contexto significativo:

Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem em direção temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica (Schmidt, 2004, p.195).

As discussões apresentadas neste tópico dialogam diretamente com a proposta deste trabalho ao questionar a História Oficial linear que inviabiliza experiências e narrativas de grupos subalternizados. Incorporar elementos do cotidiano, tradições e memórias ao ensino de História traz a possibilidade de romper com a lógica dominante. Essa abordagem se alinha às epistemologias decoloniais quando resgata histórias locais e experiências individuais e as entende como fontes legítimas de conhecimento. Esta prática permite aos alunos não apenas reconhecerem sua participação nos processos históricos mais amplos, mas também reconstruírem criticamente essas narrativas a partir de suas próprias vivências.

1.2 Análises críticas da História Oficial: limites narrativos

Walter Benjamin (1985) refletiu sobre a narração de histórias e fez considerações sobre o trabalho de Nikolai Leskov, um escritor russo cujas obras exemplificam a importância da narração oral na preservação da experiência humana. Para Benjamin, a narração não é apenas a transmissão de fatos, mas um modo de preservar as vivências de um povo. Ele ressalta que, quando uma experiência se perde, ela não pode ser recriada exatamente como ocorreu: “É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia inalienável, a de intercambiar experiências” (Benjamin, 1985, p.198). Ao invés disso, tal experiência torna-se parte da memória das gerações posteriores, influenciando como esses acontecimentos são lembrados e transmitidos. Podemos nos apropriar desta crítica para analisarmos a história oficial, que frequentemente falha ao registrar vivências de grupos dos quais, ao serem deixados de fora, visões e narrativas importantes escapam à compreensão. Assim, a História tomada por oficial omite elementos essenciais que poderiam dar mais profundidade e diversidade à memória coletiva e ao entendimento histórico.

Ao analisar a obra de Leskov, Benjamin ressalta a diferença entre a narração que ele nomeia de tradicional, relacionada ao tempo vivido de forma coletiva, baseada na experiência direta, rica em detalhes e sabedoria, e nas formas mais fragmentadas de contar histórias que surgiram com o avanço da modernidade. Essa fragmentação é visível, por exemplo, no fato de a História Oficial muitas vezes concentrar-se em grandes eventos, datas e figuras históricas, deixando de lado, assim, as histórias cotidianas, as vivências dos povos marginalizados e as narrativas alternativas. Nesse sentido, sua reflexão dialoga com nossa crítica à História Oficial, que, ao ignorar outras perspectivas de narrativa e de outros saberes, limita a compreensão do passado. A História Oficial, ao não considerar as narrativas que surgem das vivências e experiências de grupos minoritários, empobrece o entendimento coletivo e reforça uma versão do passado que atende aos interesses da classe dominante.

Achille Mbembe (2014) questiona as narrativas coloniais e o conceito de raça que configurou a modernidade silenciando os sujeitos racializados. Ele denuncia como a racionalidade colonial impediu a possibilidade de se contar histórias que fogem à lógica do projeto de humanidade concebido pela ótica do colonizador:

<África> é, portanto, a palavra pela qual a idade Moderna, em especial, tenta designar duas coisas. Em primeiro lugar, trata-se de uma figura litigiosa do humano emparedado entre a precariedade absoluta e o vazio do ser. E, depois, a questão geral da inextricabilidade do humano, do animal e da natureza, da morte e da vida, da presença de uma na outra, da morte que vive na vida e que lhe dá a rigidez de um cadáver – o ensaio da morte na vida através de um jogo de desdobramento e repetição, do qual África seria a máscara e o vazio solar. Aliás, na consciência moderna, <África> é o nome que geralmente outorgamos às sociedades consideradas impotentes, isto é, incapazes de produzir o universal ou de afirmá-lo (Mbembe, 2014, p.92).

A distinção entre a abordagem sobre narrativas de Benjamin (1985) e Mbembe (2014) apresenta-se no modo como cada autor aborda a memória histórica e o poder. Para Benjamin, a memória é um instrumento de resistência ao esquecimento imposto pelas forças dominantes, sendo ela fundamental para a reconfiguração da história a partir das vozes silenciadas. Já para Mbembe, a narrativa é atravessada pelas marcas do colonialismo e da escravidão, ele também enfatiza a importância de resgatar e de reconstituir as experiências dos sujeitos subalternizados, para subverter as histórias hegemônicas e possibilitar a construção novos caminhos para o futuro.

Mbembe (2014) leva-nos a refletir e a desvelar as narrativas coloniais que desumanizaram o negro. Esta abordagem questiona as regras que sustentam narrativas hegemônicas e reivindica a reconstituição de uma história que projete o negro como sujeito ativo capaz de romper com as estruturas coloniais que ainda determinam as relações de poder.

A análise de Frantz Fanon (2020) sobre a linguagem no colonialismo e a crítica à razão negra de Mbembe (2014) possibilita uma reflexão comum sobre a imposição do colonialismo de narrativas que subalternizam o negro e lhes rouba o direito de definir sua própria identidade. “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (Fanon, 2020, p.52). O autor analisou os impactos do racismo e do colonialismo sobre pessoas negras e investigou como a tentativa de conformar-se à branquitude fez com que pessoas negras negassem sua identidade. Ele nos explica que ao adotar a língua de determinada sociedade, a pessoa não só aprende a se comunicar, mas também a adotar a visão de mundo, os valores e a história desta sociedade. Afirma que a linguagem não é neutra e, portanto, possui uma carga ideológica que o faz aproximar-se cada vez mais da cultura dominante.

A linguagem associada às narrativas dominantes torna-se um instrumento de controle. Durante a colonização, a língua não foi utilizada somente como um meio de comunicação, ela tornou-se o meio pelo qual normas e visões de mundo foram impostas ao colonizado que, a partir dela, assumiu uma perspectiva de inferioridade em relação à sua própria identidade e que, consequentemente, o fez internalizar a cultura dominante.

Maria Antonieta Antonacci (2022) amplia a reflexão acerca da linguagem quando debate sobre a importância da oralidade como símbolo da resistência frente à escrita na cultura ocidental. Enquanto Fanon (2020) analisa como a adoção da língua do colonizador provocou a incorporação de seus valores e visões, Antonacci reforçou que a oralidade abre espaço para a resistência na qual os saberes e culturas subalternizados rechaçam a dominação. A autora ressalta que a disputa linguística não é só uma questão de comunicação, mas de poder epistêmico sobre quem pode e tem direito de narrar e produzir conhecimento; com isso ela propõe que a oralidade não seja apenas a forma de se preservar uma cultura, mas também de se insurgir contra a lógica colonizadora que privilegia a escrita.

Apesar de partirem de contextos diferentes, esses autores promovem diálogos que nos fazem refletir sobre como a imposição de narrativas hegemônicas, que uniformizam experiências e silenciam memórias, reforçam as relações hierarquizantes de poder. Podemos afirmar, com isso, que suas ideias convergem na crítica às narrativas hegemônicas.

Em *O mundo se despedaça na sala de aula: contranarrativas, olhares por dentro e o ensino de História (da África) e literatura*, Barbosa (2018) discute a importância de integrar contranarrativas no ensino de História a partir da literatura, utilizando para este debate a obra “O mundo se despedaça” de Chinua Achebe (2012); segundo o artigo, a obra foi produzida no contexto do Imperialismo, período no qual se questionava quem tinha o direito de contar a história e de que forma ela seria contada. Achebe, com sua literatura, desafiou essas narrativas dominantes ao apresentar as perspectivas dos povos colonizados, mostrando a riqueza de suas culturas e os impactos devastadores da colonização. O objetivo do artigo não é apontar se história é literatura ou vice-versa, mas, sem esquecer que cada campo tem suas próprias metodologias e limites, explora possíveis diálogos entre áreas que contribuem para entender o passado sob diferentes perspectivas. Ele propõe a utilização de textos literários africanos como estratégia para introduzir na sala de aula narrativas que apresentam os povos africanos, em sua diversidade cultural, como protagonistas de sua própria história. Ao estabelecer uma conexão entre literatura e história, o artigo busca demonstrar como esta prática promove um ensino mais crítico, capaz de valorizar a diversidade de vozes e saberes que são ferramentas potentes para

questionar o colonialismo e seu pensamento hegemônico. Esta proposta comunica-se com a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana nas escolas do Brasil:

Nesse sentido, é de fundamental importância apresentar a história da África e dos africanos como prevê as leis aqui já citadas, garantindo ampla oportunidade de conhecimento sobre aspectos como costumes, religiosidade, trabalho, festividades etc., e, sobretudo, não perdendo de vista os circuitos de poderes/interesses que perfazem e fazem o currículo escolar, na decisão dos conteúdos que entram ou não, e os que saem do mesmo, entendido aqui como um histórico espaço de disputa no campo da cultura escolar (Barbosa, 2018).

É necessário reconhecer que o currículo escolar não é neutro e que ele é atravessado por interesses que refletem as relações de poder que impactam diretamente a construção da subjetividade dos alunos. Sendo assim, a valorização de diferentes perspectivas históricas não só desafia a lógica excludente, como também reafirma o compromisso com uma educação antirracista.

Bittencourt (2008) apresenta a Literatura como um documento interdisciplinar. Dessa forma, o conteúdo do artigo enfatiza a importância de considerar textos literários como fontes que refletem o contexto e a cultura do período no qual foram produzidos. Ela ressalta que as obras literárias são expressões influenciadas pela sociedade de seu tempo e que permitem compreender a sociedade nas quais foram produzidas. “Existe uma relação dialógica entre autor e o leitor da obra, e essa relação possibilita sempre um encontro entre lugares e épocas diferentes” (Bittencourt, 2008, p.341).

Ressaltamos que ao trazer para este debate posicionamentos a respeito do uso da Literatura ensinar a cultura afro-brasileira e africana no processo de aprendizagem histórica, pretendemos evidenciar sua importância na preservação das tradições culturais nas quais histórias e cosmovisões foram transmitidas ao longo de gerações. Por meio de narrativas orais, poemas, mitos e romances, a Literatura oferece um olhar profundo sobre valores, rituais, sistemas de organização e espiritualidade das diversas comunidades africanas. Além de se tornar uma forma de resistência à colonização cultural e desempenhar o papel de contranarrativa à história hegemônica, muitas vezes tomadas por oficial.

Cabe lembrar que o Clube Palmares, um dos espaços que apresentaremos como ambiente de resistência silenciada na narrativa hegemônica da História Local, mantém a Biblioteca Comunitária Dagó, o nome faz referência à cofundadora do Clube e primeira professora negra de Volta Redonda. Essa biblioteca surgiu como um ponto de resistência e

educação ao promover o contato de seus frequentadores com produções literárias de autores negros que permitem ao leitor conhecer tradições culturais diferentes, desconstruir estereótipos e refletir sobre a relevância das contribuições negras para a sociedade. Além do espaço físico, ela também possui uma versão itinerante na qual seus voluntários desempenham um importante papel de democratização do conhecimento ao levá-la às praças dos bairros periféricos. Assim, a biblioteca Dagó fortalece os laços entre o Clube Palmares e a comunidade e, ao mesmo tempo, coloca-a em contato com narrativas que combatem o racismo e reafirmam identidades.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019) alerta-nos sobre o limite imposto a uma cultura, grupo ou pessoa que tem acesso apenas a uma única narrativa leva a distorção ou ao reforço de estereótipos. Segundo a autora, quando aceitamos uma única versão sobre determinados acontecimentos, desconsideramos as diversas vozes existentes dentro dessa realidade. Ela relembra eventos nos quais a África e os africanos foram representados por estereótipos, o que afetou até mesmo o olhar dessas pessoas sobre si. Sua crítica é fundamental para analisar as narrativas hegemônicas, pois mostra que toda história precisa ser contada a partir de diferentes perspectivas.

Ao trazer essas reflexões para o ensino de História e para o contexto brasileiro, percebemos a importância de integrar a pluralidade de vozes e memórias. A História Local tomada por oficial é frequentemente guiada por interesses de grupos dominantes e exclui experiências e perspectivas de grupos como os povos indígenas, os afrodescendentes e as comunidades periféricas.

Esta obra contribui de forma significativa com nosso trabalho ao apresentar uma abordagem que valoriza a pluralidade na construção da memória e favorece o desenvolvimento de uma educação antirracista. Adichie alerta-nos para o risco de uma narrativa simplificada, mas também inspira a transformação:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p.32).

As narrativas desempenham um papel fundamental na construção das identidades e na formação da visão de mundo. Elas têm o poder de influenciar as percepções relativas a indivíduos e grupos, e podem ser usadas tanto para reforçar estigmas, quanto para promover a compreensão e o respeito. Nesse sentido, ao abrir espaço para as narrativas esquecidas ou distorcidas, nosso trabalho poderá contribuir para a legitimação de grupos subalternizados que

tiveram seu direito ao reconhecimento negado na constituição identitária de Volta Redonda, promovendo, assim, uma espécie de reparação histórica.

A partir de uma análise interseccional, Grada Kilomba (2019) discorre sobre o cotidiano do racismo, ela entrelaça opressões de gênero e classe, em particular, aquelas vivenciadas pelas mulheres negras. Ao tomar consciência dessa ideia, novamente me transferi para o processo de aquilombamento experimentado no Clube Palmares e, com isso, recordei-me de todos os relatos compartilhados pelas companheiras do curso Educação Antirracista. A obra de Kilomba traz entrevistas analisadas por ela. Esses textos apresentam registros perturbadores que, assim como as experiências compartilhadas pelas colegas cursistas, trouxeram-me lembranças de tudo que foi construído em mim no exercício do magistério nesses vinte e sete anos e em meus cinquenta anos de vida. Kilomba analisa o papel da pessoa negra em relação às expectativas e medos da sociedade branca. Ela evidencia a existência de um paradoxo no qual a pessoa negra é vista ao mesmo tempo como desejável e ameaçadora e reflete as contradições do racismo estrutural, como definido por Almeida (2019). Esta dinâmica perpetua a violência e a exclusão dos corpos negros, reforçando as hierarquias raciais de poder:

Tais processos de repressão e projeção permitem que o sujeito branco escape de sua historicidade de opressão e se construa como “civilizado” e “decente”, enquanto “Outras/os” raciais se tornam “incivilizadas/os” (agressivos) e “selvagens” (sexualidade)” (Kilomba, 2019, p.79).

Desta forma, a identidade branca é constituída em um contraste que anula a humanidade do outro e reforça o sentido de superioridade do sujeito branco. Kilomba enumera características que são associadas ao temperamento do sujeito negro: infantilização, primitização, incivilização, animalização e erotização. Diante de tantos relatos, lembrei-me das reuniões escolares e da percepção de colegas, e minha também durante certo tempo, sobre o comportamento dos alunos, e é claro que essas características são normalmente associadas aos alunos negros.

Também é discutida por Kilomba a relação entre poder, discurso e a autorização de vozes marginalizadas. Ela parte da provocação de Gayatri Spivak (2010): “Pode o subalterno falar?”, para desafiar as formas de poder que relegam sujeitos ao silenciamento. Kilomba propõe um desmonte das hierarquias que distorcem essas vozes e um resgate das memórias e experiências vividas e articuladas por pessoas negras, respeitando suas subjetividades e epistemologias. Propõe uma reconstrução das narrativas a partir dos sujeitos marginalizados, “é preciso criar novos papéis fora da ordem colonial” (Kilomba, 2019, p.69).

Esta leitura, somada às que vêm sendo abordadas neste debate, teve uma importância fundamental na minha busca por mudança. O Clube Palmares tornou-se um valioso espaço de acolhimento e resistência para as narrativas marginalizadas. Meus exercícios diários, desde que tomei consciência quanto a minha branquitude, tem sido de inversão de perspectiva ao buscar entender o papel do sujeito branco no processo de racialização da sociedade. É por isso que trago este conceito para ser analisado: porque ele também reflete minha posição nesta pesquisa.

Desde minha chegada ao Palmares, minha condição de mulher branca sempre esteve muito clara. Na verdade, os professores demonstraram muito tato até que eu entendesse esta questão. Através de dinâmicas, leituras e debates fui percebendo que, para falar de racismo, eu teria que fazer este exercício de compreender minha responsabilidade em sua reprodução.

O professor Leonardo Ângelo, autor que aprofundaremos em seu trabalho a seguir, foi quem me apresentou a obra de Lourenço Cardoso (2020) que logo no prefácio deu-me um choque de realidade: “A questão central é a seguinte: o que leva o acadêmico branco a pesquisar o negro e esquecer-se de si?” (Cardoso, 2020). Nesta pesquisa o autor analisou o pesquisador branco que tem o negro como objeto de pesquisa. Quando iniciei a construção do projeto de pesquisa e percebi a necessidade de falar sobre a luta dos negros em Volta Redonda, recorri a trabalhos que pudessem me ajudar e, com isso, tomei conhecimento do livro do professor Leonardo Ângelo (2022). Em sua pesquisa, o professor, além de tratar das relações de trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional - que é um marco histórico para a transformação econômica e social da cidade - aprofunda questões a respeito da racialização silenciada pela História Local. Leonardo, além de grande pesquisador do assunto, é professor de alguns módulos do curso de Educação Antirracista e membro da equipe de projetos do Clube Palmares. Lembro-me agora, com rubor no rosto, de minha empolgação pedindo para participar como ouvinte, no ano de 2022, uma vez que o curso já estava em andamento. Pacientemente, conduziu nossa conversa e me indicou obras e autores que poderiam me ajudar nesse diálogo. Ele me explicou que eu deveria aguardar a abertura de nova turma. Em 2023, fiz a matrícula e fui cursar a formação. Neste momento entendi que precisava estudar a branquitude, porque este foi o grupo que dominou as narrativas predominantes e, por isso, eu precisava entender como sua visão de mundo se constituiu. É preciso enfatizar que, eu me incluo neste grupo, porque enquanto educadora branca, reproduzi esta história única durante muito tempo. Apesar disso, no Palmares entendi principalmente meu lugar de silenciar e refletir, pois é necessário problematizar a perspectiva daqueles, como eu, brancos: “Por que pensar o outro e não pensar em si?” Cardoso (2020). Por este motivo, esta dissertação dará destaque aos espaços de

resistência, entendendo-os como potências no ensino da História Local, ao mesmo tempo em que problematizaremos as visões hegemônicas tomadas por oficiais.

1.3 Decolonialidade como ferramenta epistemológica desafiando as narrativas dominantes

A História Oficial geralmente reforça uma percepção eurocêntrica que reafirma uma hierarquia de poder que privilegia a elite. As narrativas tendem a silenciar outras formas de conhecimento e experiências históricas que relegam indígenas e afrodescendentes à condição de subalternização na elaboração dos saberes. Anita Leocádia Prestes (2010) pontua que a sociedade é marcada por conflitos de classes que se opõem (exploradores e explorados) e que a história tende a reproduzir os interesses dos exploradores, os quais moldam as narrativas, porque são os detentores do poder e dos meios de comunicação. Ela também reforça que a história não é neutra ou objetiva, que não está isenta da subjetividade do historiador (e que o fato histórico reflete sua escolha) conforme pressuposto por historiadores positivistas:

Tanto o historiador quanto o professor de História, no mundo de hoje, e, em particular no Brasil, diante de cada versão ou construção concreta apresentada pela História Oficial, tem que se posicionar, tem que se definir ideológica e politicamente. E se não o fizer conscientemente, estará na prática aceitando de maneira acrítica os postulados dessa História Oficial, que nos é imposta pelos donos do poder (Prestes, 2010, p.92).

Ao apresentar neste trabalho narrativas sobre a História Local que se constituíram oficiais, nosso objetivo é também analisar o quanto elas ainda se fazem presente na forma de ser e estar na cidade de Volta Redonda. Aníbal Quijano (2005) chama de colonialidade essa busca por novas estratégias, ou seja, essa nova forma de operar a ideia de raça com o objetivo de oprimir e explorar. Ele afirma que a globalização em curso é resultado de um processo no qual as estruturas de poder foram constituídas na colonialidade e que esta lógica persiste mesmo com o fim do colonialismo. Segundo o autor, a América teria sido o lugar em que um novo jeito de organizar o poder no mundo surgiu.

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como

instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p.117).

O autor discute como o Capitalismo nas Américas gerou uma nova estrutura de trabalho baseada no controle e na exploração, em um contexto de expansão global do mercado. Do mesmo modo ressalta que as formas de trabalho foram organizadas para atender às demandas desse sistema, como um padrão de produção e de recursos que atendem suas necessidades. Ademais o colonialismo não se restringiu à exploração do território, ele também determinou como as relações econômicas e de trabalho se organizariam:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (Quijano, 2005, p.120).

A colonização estabeleceu uma estreita conexão entre raça e divisão social do trabalho, criando identidades sociais vinculadas a funções econômicas específicas. Esse modelo, particularmente eficaz na América, associava os brancos a posições de privilégio e poder, enquanto os povos racializados, como negros e indígenas e mestiços, desempenhavam funções de subalternidade. Sendo assim, a exploração colonial era sustentada por uma hierarquização racial de dominação que permanece influente nas estruturas sociais ainda vigentes. “Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento tem sido excepcionalmente bem-sucedida” (Quijano, 2005, p.119).

Outra questão muito importante, debatida pelo autor sobre a colonialidade do poder, refere-se à ideia de modernidade que sob a ótica do colonizador europeu: “levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie” (Quijano, 2005, p.21). O atual padrão de poder mundial organiza-se sob a hegemonia de instituições criadas na modernidade, incluindo o controle do trabalho, do capital e das estruturas familiares e estatais. Esse padrão não apenas consolidou a dominação europeia, como também se apropriou de experiências históricas de outros povos e moldou as relações por meio de uma lógica eurocêntrica que interpreta a história a partir de sua ótica.

Críticos dessa visão, como Enrique Dussel (1995), propõem uma reinterpretação histórica que destaque o papel transformador da América e de outros povos no desenvolvimento de novas formas de interação e subjetividades globais. A partir da experiência colonial, surge uma perspectiva que valoriza a contribuição das sociedades indígenas e africanas, questionando a centralidade europeia na construção do conceito de modernidade. Essa visão reconhece a importância de contextos locais específicos, desafiando a imposição de uma narrativa universal. Dessa forma, a modernidade não deve ser vista como exclusivamente Ocidental, mas como um processo múltiplo e interativo que inclui experiências, resistências e reinvenções de diversos grupos ao longo da história.

O eurocentrismo construiu uma narrativa histórica que associa progresso e modernidade à civilização europeia, projetando um dualismo entre Europa e não-Europa. A partir dessa perspectiva, povos colonizados foram despojados de suas histórias e identidades. Essa visão alimentou a classificação racial e a ideia de superioridade europeia, fundamentando-se na colonização da América e na exploração de populações indígenas, negras e mestiças. Como resultado, houve uma reorganização histórica que vinculou a Europa a um futuro civilizatório, enquanto os povos colonizados foram deslocados para uma noção de passado:

Contudo, os europeus persuadiram-se a si mesmos, desde meados do século XVII, mas sobretudo durante o século XVIII, não só de algum modo se tinham produzido a si mesmos como civilização, à margem da história iniciada com a América, culminando uma linha independente que começava com a Grécia como única fonte original. Também concluíram que eram naturalmente (isto é, racialmente) superiores a todos os demais, já que tinham conquistado todos e lhes tinham imposto o seu domínio (Quijano, 2005, p.126).

Os europeus construíram a ideia de serem a única civilização legítima, conectando sua história à Grécia antiga e distanciando-se das contribuições das Américas. Além disso, desenvolveram uma crença de superioridade racial, justificando seu domínio sobre outros povos.

O conceito de Estado-nação como estrutura de poder consolidou-se a partir da centralização política, bem como do controle territorial e populacional. Na América esse processo baseou-se na exclusão de grupos marginalizados. Esse processo foi marcado por intensa violência e pela imposição de hierarquias sociais que reproduziam contradições da modernidade europeia e os custos humanos e sociais de sua construção.

Mignolo (2008) propõe uma ruptura com a lógica colonialista ao dialogar com Quijano numa proposta de “desobediência epistêmica”, ou seja, transgredir as formas de pensar e

conhecer impostas como universais. Uma desobediência livre dos constrangimentos e imposições eurocêntricas. Sem esta premissa a sociedade continuará presa às estruturas de pensamento limitante que mantêm sociedades periféricas subjugadas:

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta (por exemplo, veja o que acontece agora nas universidades chinesas e na institucionalização do conhecimento). Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada) (Mignolo, 2008, p.290).

O que pretendemos ao encerrar este tópico é propor que a abordagem decolonial seja um caminho para apresentar outras narrativas, outras culturas do Brasil e da América Latina, rompendo, assim, com o ciclo da colonialidade; pois, é preciso abordar questões que quebram esta lógica de dependência e impedem a valorização de outras formas de produção do saber e do desenvolvimento.

Ao problematizar a história oficial de Volta Redonda buscaremos evidências que desvelem as narrativas marginalizadas pelo discurso hegemônico com foco nas experiências de resistência e nas vozes silenciadas. Acreditamos que os estudos decoloniais não se limitam à crítica, mas propõem o desenvolvimento de uma perspectiva que evidencia narrativas e práticas; e que apresentam uma lógica diferente do que foi institucionalizado sobre ser cidadão volta-redondense. É esta questão que analisaremos daqui por diante.

1.4 Branquitude – conceito auxiliar na problematização da História Local

Partindo da proposta de problematizar a História Local sob novas perspectivas, especialmente aquelas silenciadas pela narrativa oficial, torna-se necessário compreender o papel da branquitude como elemento estruturante das hierarquias raciais que organizam os saberes legitimados no espaço escolar. Os estudos de Lourenço Cardoso (2020) foram fundamentais para que pudéssemos refletir sobre a importância de deslocar o foco tradicional da pesquisa antirracista, centrado quase exclusivamente nas experiências dos grupos oprimidos, para também incluir uma análise crítica sobre o sujeito branco e do modo como ele é construído social e politicamente como norma universal.

Cardoso parte de uma revisão crítica dos *Whiteness Studies*, que emergiram nos Estados Unidos na década de 1990 dialogando com os pensamentos de W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, Steve Biko e Albert Memmi, ampliando a abrangência dos estudos sobre a branquitude para o contexto brasileiro. Ao destacar Du Bois como um dos primeiros a teorizar a identidade branca, Cardoso retoma a noção de que trabalhadores brancos, mesmo em situação de subalternidade, recebiam privilégios simbólicos que reforçavam a divisão racial. Já Fanon e Biko permitem compreender a branquitude como um regime de poder que desumaniza o outro, ao mesmo tempo em que define a si mesma por meio da dominação (Cardoso, 2020, p.137-139).

A partir dessa perspectiva, a branquitude não deve ser compreendida apenas como um marcador de cor ou de aparência física, mas como uma estrutura de poder que organiza privilégios e regula o acesso ao conhecimento e à representação. Essa é a distinção que Cardoso destaca no trabalho de Guerreiro Ramos (1957), ao diferenciar brancura, atributo fenotípico, de branquitude, compreendida como uma construção histórica e social de hierarquia racial.

Essa análise foi essencial para que compreendêssemos como a branquitude opera também no campo da produção do conhecimento histórico. Como destaca Cardoso, ao abordar a figura do pesquisador branco que tem o negro como objeto de investigação científica tradicional, revela-se uma desigualdade epistemológica que reproduz a lógica colonial. Esse alerta dialoga diretamente com a formação crítica que buscamos construir no contexto do Mestrado Profissional em Ensino de História e da experiência com o curso de Educação Antirracista do Clube Palmares, ao propor uma abordagem comprometida com a escuta das vozes negras e com a autorreflexão sobre o lugar de fala do pesquisador e do professor.

O silêncio da branquitude nas narrativas sobre a História Local e o prestígio social que ela exerce, muitas vezes de forma invisível, também são problematizados por autores como Liv Sovik (2009), que aponta a unilateralidade das abordagens acadêmicas que tratam o racismo como um problema dos negros. Em sua provocação, Sovik nos convida a pensar o que emerge quando a branquitude é colocada no centro da análise, questionando o mito da democracia racial e os mecanismos simbólicos que mantêm a hegemonia branca em uma sociedade marcada pela mestiçagem.

Essa reflexão se entrelaça com o conceito de pacto da branquitude, analisado por Cida Bento (2022), ao evidenciar os mecanismos de silenciamento e proteção que os sujeitos brancos acionam para manter seus privilégios. Ao nos convocar à responsabilidade coletiva, Bento

contribui para pensarmos como as práticas pedagógicas e as escolhas curriculares podem, mesmo de forma não intencional, reforçar esse pacto.

Assim, ao recorrer à obra de Lourenço Cardoso e dos autores que com ele dialogam, buscamos compreender como a branquitude estrutura tanto a produção do conhecimento histórico quanto sua disseminação em sala de aula. Esse deslocamento do olhar da negritude para a branquitude evidencia a importância da valorização das memórias negras ao desestabilizar a lógica que as marginaliza. Ao tornar visível o lugar de privilégio do sujeito branco e questionar a neutralidade das narrativas dominantes, abrimos caminho para um ensino antirracista e comprometido com as contranarrativas.

Ao questionar a centralidade branca na construção das memórias locais, o conceito de branquitude poderá atuar como ferramenta analítica para desnaturalizar as desigualdades evidenciando os processos históricos e privilégios racialmente marcados que, muitas vezes, permanecem invisibilizados.

CAPÍTULO II: A HISTÓRIA OFICIAL DE VOLTA REDONDA E A PREDOMINÂNCIA DA BRANQUITUDE NAS NARRATIVAS OFICIAIS

*(...)Volta Redonda é o Brasil
do Amazonas ao Prata
crescendo em valores mil
é tudo o que mais retrata
um grito de heroicidade
um sonho feito verdade*

*O lema do trabalho aqui se inflama
dentro dos fornos de matéria bruta
donde a riqueza em rios se derrama
para a grandeza de uma Pátria adulta
Brasil, Brasil, Brasil (...)³*

Para iniciarmos o debate proposto neste capítulo queremos chamar a atenção para o trecho, acima, do hino da cidade de Volta Redonda. A Volta Redonda que reverencia sua misteriosa curva do Rio Paraíba do Sul, saudada no brasão de sua bandeira: *Flumem Fulmini Flexit*, o rio dobrou-se ante o raio, em latim, já existia antes da siderúrgica e da instalação de fazendas no século XVIII; este espaço eram terras ocupadas pelos povos Puris e Acaris, que por si só merecem pesquisa e debate profundos no tocante à História Local. Alves, Ferreira e Oliveira (2018,p.1) destacam que diversos grupos indígenas percorreram a região do Vale do Paraíba em busca de sobrevivência e liberdade diante da colonização que impôs deslocamentos, desterritorialização, escravidão e outras formas de violência. Dentre os povos afetados, destacam-se os Puris, os Coroados, os Ararís, os Coropós, os Caxaxenes e os Tupinaki. Com o avanço da ocupação colonial no século XVI, os Puris, pertencentes ao tronco linguístico *macro-jê*, figuravam entre os grupos mais numerosos da região. Os Puris eram um grupo indígena de pequena estatura, considerados pacíficos e que só entravam em conflito para defender suas terras de ameaças externas (Alves, Ferreira e Oliveira, 2018, p. 2, *apud* Neves; Victical, 2015). Apesar dos relatos que os classificavam como agressivos e até canibais, documentos analisados

³ Hino de Volta Redonda. Disponível em: [h https://www.voltaredonda.rj.gov.br/cidade/8-interno/133-hino-de-volta-redonda/](https://www.voltaredonda.rj.gov.br/cidade/8-interno/133-hino-de-volta-redonda/)

não descreveram hostilidade contra os chamados civilizados, que, de certa forma, seria justificável diante das violências sofridas (Alves, Ferreira e Oliveira, 2018, p. 2 apud Reis, 1965).

A presença desses povos aponta para uma história que antecede a ocupação que foi gradativamente apagada à medida em que o Vale do Paraíba se tornou alvo do expansionismo econômico. Tal processo intensificou-se a partir do declínio da mineração em Minas Gerais, no final do século XVIII, consolidando-se com a expansão da lavoura cafeeira já no século XIX.

Essa transição econômica e demográfica transformou a região em um importante centro produtor e exportador de café, especialmente após 1820, com a implantação de grandes fazendas dedicadas à cultura do grão. A utilização do Rio Paraíba do Sul como rota para escoar a produção cafeeira até Barra do Piraí, seguida do transporte ferroviário, através construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, foi um marco na integração regional que conectou o interior ao mercado da corte. Esse processo favoreceu o surgimento de núcleos urbanos em torno das fazendas e impulsionou o desenvolvimento de atividades comerciais e de infraestrutura.

No caso de Volta Redonda, o núcleo original de Santo Antônio, localizado na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, desempenhou um papel central nesse cenário. A construção de uma ponte de madeira, em 1864, financiada pelo Comendador José Vieira Ferraz, foi determinante para interligar o porto às fazendas da outra margem mediante o pagamento de pedágio. Essa ponte conectava a localidade à Estação Ferroviária através da atual Avenida Paulo de Frontin, fato que ampliou as possibilidades de escoamento da produção agrícola e consolidou o entreposto regional como ponto estratégico para o comércio. Além disso, a estrutura urbana reunia capela, armazéns e pousos para tropas, configurando-se como um espaço vital para o dinamismo econômico e social da região no auge da economia cafeeira.

A chegada da linha férrea à região de Volta Redonda em 1871 representou um marco decisivo no desenvolvimento econômico e urbano local. Com a inauguração da estação ferroviária, o comércio floresceu rapidamente, culminando, em 1875, com o surgimento de quase duas dezenas de estabelecimentos, como lojas, armazéns, tavernas e hospedarias. Essa expansão exigiu a intervenção da Câmara Municipal de Barra Mansa para controlar o crescimento desordenado das construções, evidenciando o impacto da ferrovia na configuração urbana. Cabe lembrar que neste momento Volta Redonda era o oitavo distrito de Barra Mansa. Na década de 1880, o distrito já contava com dois núcleos urbanos interligados por uma ponte de madeira sobre o Rio Paraíba do Sul, consolidando, assim, uma nova dinâmica territorial e econômica na região.

Entretanto, o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba, iniciado na década de 1880, marcou uma transição econômica significativa. A abolição da escravidão em 1888 e as tentativas frustradas de atrair imigrantes para substituir a mão de obra escravizada agravaram a crise agrícola. A degradação das propriedades foi impulsionada pelo aparecimento de pragas e epidemias que atingiram a região entre 1895 e 1907, provocando uma queda drástica no valor das terras dessa região. “Em 1893 tentaram atrair imigrantes para a região, porém a peste do gado em 1895 e 1914, e uma praga de gafanhotos em 1907 provocaram a degradação da propriedade agrícola” (Gomez, 2010, p.39). Nesse contexto, a pecuária surgiu como principal atividade econômica, impulsionada pela aquisição de antigas fazendas por trabalhadores e fazendeiros vindos de Minas Gerais, atraídos pela expansão ferroviária:

Assim, em apenas duas décadas o preço médio do alqueire de terras baixou de 700\$000, em 1900 para 46\$300, em 1920. Neste período inúmeros trabalhadores e fazendeiros provenientes de diversas localidades de Minas Gerais, estimulados pela inauguração de um trecho ferroviário da antiga Estrada de Ferro do Oeste de Minas Gerais que ligava a Estação de Volta Redonda, passaram a adquirir as antigas fazendas de café decadentes e abandonadas, para o desenvolvimento da pecuária, atividade que permaneceu até o final da década de 30 (Gomez, 2010, p.40).

Esse cenário de transformação econômica permaneceu até os anos 1930, quando a chegada da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década seguinte, reconfigurou totalmente a vocação econômica e social de Volta Redonda.

Em 25 de março de 1941, por meio do Decreto-Lei N.º 237, o interventor federal Amaral Peixoto, genro do presidente Getúlio Vargas, desapropriou a Fazenda Santa Cecília, localizada no Estado do Rio de Janeiro. A medida tinha como objetivo a construção da usina siderúrgica, a criação de uma Vila Operária e de espaços públicos para futuras expansões. “A área desapropriada, com 2.300 hectares, pertencia a Nelson Godoy, que era parente de Adhemar de Barros, interventor federal em São Paulo” (Gomez, 2010, p.41 *apud* Lima 2004, p.02).

A evolução político-industrial e urbana de Volta Redonda pode ser dividida em três períodos distintos. O primeiro, de 1941 a 1954, é marcado pela centralização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no desenvolvimento da cidade, que era ainda um distrito de Barra Mansa, com a usina e o núcleo urbano sob seu controle. O segundo período, de 1954 a 1967, acompanha a emancipação do distrito, a criação do município de Volta Redonda e o fortalecimento dos interesses de proprietários de terras e comerciantes, que estimulou a expansão urbana, enquanto a CSN ainda controlava o patrimônio urbano. No terceiro período,

a partir de 1967, a CSN deu início à transferência de seu patrimônio e dos encargos urbanos para a Prefeitura Municipal, redefinindo seu papel no processo de crescimento urbano da cidade(Fontes e Lamarão,2006, p.242).

Com o passar dos anos, a emancipação administrativa e a expansão urbana alteraram a dinâmica da cidade, enquanto novos atores econômicos, como comerciantes e proprietários de terras, passaram a ganhar protagonismo. Por fim, a transição do controle urbano da CSN para o poder público municipal consolidou mudanças estruturais que impactaram o crescimento da cidade e a composição de sua população, fortemente marcada pela migração de trabalhadores vindos de diferentes regiões do país.

Pretendemos evidenciar o grande movimento migratório ocorrido para atender à demanda de mão de obra na usina projetada para ser modelo de desenvolvimento. A partir disso poderemos entender o processo de constituição identitária da cidade com base neste evento.

É inegável que após sua privatização em 1993 a Usina Siderúrgica Presidente Vargas passou a não ocupar mais a posição de maior empregadora da região, entretanto sua instalação em 1941 passou a ditar as configurações políticas, sociais e econômica locais. Como bem definiu Filho (1972, p.12): “A usina, ao mover-se, tudo mobiliza”

Da emancipação de Volta Redonda em 1954 aos grandes problemas ambientais que ocupam os espaços de debate atualmente, a CSN segue produzindo seu aço e nos fazendo refletir sobre sua importância num momento histórico para o país. Essa reflexão se estende à maneira como ambas, cidade e usina, se confundem, conforme questionamento proposto pelos autores do artigo utilizado na fundamentação do debate proposto por este trabalho, Ângela Maria Mesquita Fontes e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão: “Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina”?

2.1 Desenvolvimento industrial e urbano e constituição da narrativa oficial

Getúlio Vargas e o Nacional Desenvolvimentismo marcam a História Oficial de Volta Redonda. Seus símbolos estão presentes e não passam despercebidos às pessoas com um mínimo de informação sobre o período. Do nome de escola da Fundação Educacional de Volta Redonda, à importante avenida que corta o centro da cidade, Getúlio Vargas registra sua presença. Em uma praça pública, há um monumento em homenagem à siderúrgica que se completa com a estátua de Vargas com olhar imponente voltado para o escritório central, um

prédio que foi posto de trabalho para mais de cinco mil trabalhadores da CSN e que hoje está totalmente abandonado. No lado direito da estátua de Vargas fica a usina que também leva seu nome.

Executar um projeto de tamanha proporção vinculava a indústria de base imprescindível para a siderurgia, baseada na ampliação do setor de bens, a uma produção que resultaria na flexibilização dos vínculos de dependência da economia nacional com o capital internacional.

Silva (2022) realiza uma análise interessante sobre o conceito de Desenvolvimentismo, ampliando sua abordagem para além do contexto de Volta Redonda. Ele o descreve no plural para empregá-lo em diferentes contextos. Este conceito é visto em oposição ao atraso que estava ligado à uma visão reducionista da África, da Ásia e da América Latina. “O atraso ainda era por muitos encarado como falta de ocidentalização ou colocado como característica formativa local e até mesmo como problema étnico racial” (Silva, 2022, p.134). Esta concepção de desenvolvimentismos, ao se estruturar na oposição entre desenvolvimento e atraso, reflete uma lógica profundamente ligada à colonialidade, que associa o progresso à ocidentalização e marginaliza outros modelos de organização social, econômica e cultural. Essa perspectiva reforça estereótipos étnico-raciais e naturaliza desigualdades históricas ao reduzi-las a deficiências intrínsecas dos povos de África, Ásia e América Latina, enquanto exalta o modelo Ocidental como único paradigma legítimo. Além disso, ao tratar o atraso como uma característica formativa local, apaga-se a responsabilidade das estruturas coloniais e imperialistas que impuseram dependências econômicas e epistemológicas, consolidando uma narrativa que justifica a subordinação global desses territórios sob o pretexto do progresso.

Esta análise torna-se pertinente quando aprofundarmos o debate nesta pesquisa ao examinarmos as narrativas tomadas como oficiais, sobre a História de Volta Redonda, e as narrativas que foram silenciadas. O autor citado, a partir de sua pesquisa recente, suscita um debate tão necessário que ainda não foi aprofundado.

Alves (2014) utiliza o termo memórias subterrâneas sobre o qual podemos estabelecer uma correlação com o silenciamento quando formos nos referir a determinadas narrativas ao longo do tempo. Essas memórias correspondem a histórias e experiências marginalizadas, especialmente às de trabalhadores, populações negras e comunidades tradicionais que foram apagadas ou suprimidas dos discursos oficiais sobre o Vale do Médio Paraíba do Sul. O autor argumenta que o processo de patrimonialização privilegiou versões hegemônicas da história.

Lembremos daquelas ligadas ao desenvolvimento industrial e à CSN e das vivências invisibilizadas dos grupos historicamente excluídos. Ao propor o reconhecimento dessas memórias subterrâneas como parte do patrimônio-territorial da região, Alves sugere que o território deve ser compreendido não apenas como um espaço físico, mas também como um campo de disputa simbólica, onde diferentes grupos reivindicam sua presença e suas narrativas.

Morel (1989) ressalta que a Companhia Siderúrgica é filha do Estado Novo e neste momento, de maior centralização política, Getúlio Vargas pôde desfrutar de uma grande autonomia para empreender seus propósitos frente aos interesses do Estado. Ainda de acordo com a autora (*apud* Pinheiro, 1974), o financiamento para o projeto siderúrgico foi possível devido aos acontecimentos da II Guerra Mundial. Com a iminência da II Guerra, o Brasil tornou-se um país estratégico na América Latina para os interesses dos Estados Unidos da América (EUA):

Em um cenário internacional bélico e com a possibilidade da entrada norte-americana na guerra, tornou-se necessário o esforço dos Estados Unidos para financiamento da CSN para o Brasil. A partir do empréstimo para a construção da Siderúrgica, os EUA conseguiriam pôr em prática o objetivo de expandir a influência norte-americana na América Latina, que estava ameaçada em razão da guerra europeia (Oliveira, 2015, p.9).

As causas e condições possibilitadas pelo advento da II Guerra não foram propositivas para o novo, ou seja, toda a conjuntura política daquele período, porém, contribuiu com o fortalecimento da ideia de progresso e modernização, bem como para as mudanças nas relações econômicas entre empresa e trabalhador – com a redefinição da legislação trabalhista por exemplo. A ideia do branqueamento foi substituída pelo mito da democracia racial como ideologia oficial do Estado brasileiro.

Em 1940, no governo de Getúlio Vargas, instala-se em Volta Redonda a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que se tornou a maior usina siderúrgica da América Latina. Morel (1989) apresenta uma análise feita pela Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional na qual Volta Redonda preencheria requisitos necessários para a implementação de uma usina na região. Considerando aspectos econômicos gerais, políticos, sociais e militares, decidiu-se afastar a usina do porto do Rio de Janeiro o máximo possível, sem comprometer os interesses comerciais. Após extensos estudos, chegou-se à conclusão de que a região entre Barra do Pirai e Barra Mansa seria a mais adequada. Essa área oferecia condições de vida mais favoráveis aos operários, com altitude em torno de 400 metros. Além disso, os custos da mão de obra local eram significativamente menores em comparação ao do Rio de Janeiro. Recursos como água

doce abundante (do rio Paraíba) e a conexão ferroviária garantiriam um transporte eficiente e econômico. Outra vantagem importante da região é a proteção natural feita pela Serra do Mar, que reduzia a necessidade de defesa naval e oferecia segurança estratégica (Morel, 1989, p. 42-43). A cidade tornou-se essencialmente operária, ao estruturar-se em torno da empresa; serviços e cultura foram moldados pelas demandas do trabalho fabril que definia a identidade e o cotidiano dos operários.

A migração para Volta Redonda configurou-se como uma grande oportunidade de trabalho e de melhoria nas condições de vida para o operário. Em um relatório de 1951 da diretoria da CSN, Morel (1989) identificou uma estratégia utilizada para atrair e fixar força de trabalho na cidade. Segundo o documento, a CSN destacava-se como pioneira ao oferecer assistência e benefícios sociais considerados de alto padrão para os operários de grandes indústrias no Brasil. A empresa buscava promover uma vida condigna para seus trabalhadores, apresentando-se como modelo de gestão inclusiva. Além disso, pretendia formar uma relação de colaboração e amizade com seus empregados, valorizando seu bem-estar social (Morel, 1989, p. 122).

Pessoas vindas de diversos locais, com culturas diferentes – a maioria da zona da mata de Minas Gerais – impulsionaram uma classe operária em consolidação na região, onde um processo de industrialização passou a desenvolver novas relações entre o capital e o trabalho. Com isto, foi necessário aperfeiçoar uma metodologia para que o Estado pudesse exercer seu domínio de forma ampla. A utilização do Nacionalismo para o desenvolvimento do país passou a ser fomentada entre os operários fabris, aliada às promessas de melhorias e de emancipação no trabalho.

O foco do Estado Nacional pós-Revolução de 30, seguido pela ditadura do Estado Novo, procurou utilizar da sua amplitude e poder para enfrentar a questão das mazelas sociais a partir da valorização do trabalho e do trabalhador.

Diferente do período da República Velha, o Estado Nacional a partir dos anos 30 transformou o olhar sobre o trabalho, trazendo uma nova forma de enxergá-lo. O trabalho deixava de ser entendido como castigo ou como um meio de alcançar objetivos individuais e se tornou o centro da vida dos operários:

É fundamental observar que a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30. A revolução e principalmente o estabelecimento do Estado Novo distinguiram-se de todos os demais fatos de nossa história, na medida em que afastavam-se

das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais. A construção do projeto político do Estado Novo evidencia assim que a busca da legitimação da autoridade se deu de uma forma e por razões completamente distintas daquelas que haviam fundado a legitimidade dos regimes anteriores. Nesta visão, legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas (Gomes, 2005, p.197).

O caminho trilhado pela ótica da Revolução de 30, seguida pela ditadura do Estado Novo, direcionou o foco desses governos para a questão social que atingia toda a imensa classe trabalhadora naquele período. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005) a função do Estado nesta época foi além das questões jurídicas e lançou um olhar para a forma de resolver as questões sociais e econômicas da população também. A ditadura varguista trilhou o caminho da sua legitimação e controle através da promoção de garantias estruturais que superassem as mazelas do povo brasileiro seja pela garantia da cidadania ou dos direitos trabalhistas.

Desta forma, o Estado Nacional varguista adentrou a vida privada das famílias operárias, integrou o trabalho à vida popular – o trabalho passou a emancipar a população daquela extrema pobreza – e, a partir disso, fomentou e controlou os vários sindicatos operários que surgiram:

O cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais. Neste sentido, o projeto político do Estado Novo tratava de expurgar o conceito de democracia das ficções liberais, transformando-o em uma forma de organização estatal cujo objetivo era a promoção do bem do povo trabalhador, até então excluído da realização de seu próprio destino (Gomes, 2005, p.201).

Colbari (1997) fez uma análise de como a imigração italiana contribuiu para moldar aspectos fundamentais da cultura e da moralidade na sociedade brasileira, especialmente durante o processo de transição para o sistema de produção mercantil-exportador baseado no trabalho livre. Focando na ética do trabalho e no familismo, como elementos centrais, o texto investiga o impacto dessa migração no Estado do Espírito Santo, onde a colonização de áreas despovoadas revelou especificidades regionais que ampliam a compreensão sobre o papel dos imigrantes na formação cultural do Brasil. Ao articular estudos analíticos, genealogias e histórias de vida de famílias italianas, a pesquisa destaca como a imigração estrangeira impulsionou processos socioculturais marcantes, oferecendo uma visão ampla de seu legado político e cultural. A análise é apresentada em três partes: uma contextualização histórica das políticas de incentivo à imigração no final do século XIX e início do XX, uma abordagem dos traços distintivos da presença italiana no Espírito Santo e, por fim, uma reflexão sobre a relevância mais ampla dessa herança no panorama cultural brasileiro.

De acordo com a autora citada anteriormente, no processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, os trabalhadores estrangeiros, dotados de um capital cultural mais elevado, construíram representações positivas de si mesmos, contrastando com a percepção negativa do trabalhador nacional, frequentemente associado à pobreza, à indolência, ao desinteresse pelo trabalho e à inclinação ao vício, ao ócio e à violência. Enquanto os imigrantes eram atraídos para as áreas da cafeicultura e para as indústrias paulistas que surgiam, os trabalhadores brasileiros ficavam relegados às funções mais degradantes e mal remuneradas. A escravidão havia sedimentado preconceitos sociais e raciais nas representações do trabalho e isso favoreceu uma disposição positiva em relação ao trabalhador estrangeiro, que se justificava por sua suposta superioridade técnica, moral e intelectual. Embora muitos imigrantes viessem de regiões europeias menos desenvolvidas, isso não abalava as convicções de que sua presença representava uma injeção civilizadora no organismo nacional. Para libertos e mestiços, o trabalho estava associado à escravidão, fonte de preconceitos sociais e raciais, no qual dedicação e eficiência tinham pouco significado. Já para o imigrante, a motivação para o trabalho era impulsionada pelo desejo de ascensão social e pelo sonho de fazer a América, facilitando a submissão à disciplina de um trabalho árduo que possibilitasse, no campo, a aquisição de terras e, nas cidades, o estabelecimento de negócios próprios. Essas motivações canalizavam energia para o trabalho e facilitavam a adaptação a condições adversas tanto na produção agrícola, quanto na industrial. Posteriormente, com os surtos anarquistas, houve uma mudança na retórica do empresariado e das autoridades políticas, que, frustradas com o trabalhador imigrante — mais preparado para o trabalho, mas resistente às condições de superexploração vigentes na indústria local, passaram a exaltar o trabalhador nacional por sua resistência física, fidelidade e espírito de ordem, em contraste com os estrangeiros, agora vistos como anarquistas, indolentes, preguiçosos e grevistas. Nesse novo contexto, o mercado de trabalho interno estava se consolidando, a sociedade brasileira tornava-se cada vez mais urbana, e as bases econômicas, culturais e morais necessárias à universalização das relações de produção capitalistas estavam estabelecidas. A ascensão do Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas, representou um marco significativo na história política e social do Brasil. Durante esse período, o governo implementou políticas trabalhistas que buscavam regulamentar e valorizar o trabalho, considerando-o não apenas como um direito, mas também como um dever moral e como uma via para a ascensão social. Essa perspectiva refletia a crença de que o trabalho poderia ser um meio eficaz de superar a pobreza extrema, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

O termo Nacional Desenvolvimentismo, portanto, reuniu uma política econômica, combinando Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro, sendo o pano de fundo do pacto da industrialização acelerada para modernizar o país. Pautado pelas pesquisas da Morel (1989), analisado depois por pesquisas fundamentais de Eduardo Ângelo (2010) e Leonardo Ângelo (2019) o termo Família Siderúrgica sintetiza melhor a estratégia e a tática nacional desenvolvimentista usada pelos militares durante a ditadura varguista para exercer controle sobre os operários e suscitar sua alienação. As estratégias de organização e construção da Família siderúrgica refletiam a necessidade de ter um estoque permanente de mão de obra, de disciplinamento do operário e da sua família, de cooperação e de bom comportamento dentro e fora da CSN:

A partir de 1956, com Juscelino Kubitschek consolida-se a fase da industrialização pesada que articula a grande empresa nacional com a empresa estrangeira. O setor siderúrgico será mais uma vez beneficiado com a expansão dos setores de bens duráveis e da indústria automobilística. O Plano de Metas definia a siderurgia como um dos setores prioritários, propondo investimentos diretos do governo no setor. (Pacheco, 2002, p.8).

Como típica Volta-redondense conheço narrativas sobre as aventuras de muitos trabalhadores que vieram fazer a Cidade do Aço. A história de meus antepassados também está ligada ao processo de migração. Os cunhados de meu avô materno foram arigós que vieram para Volta Redonda no início da década de quarenta para trabalharem na fundação da usina. O termo arigó era usado de forma pejorativa para se referir àqueles que não eram bem-vistos pelos moradores de Barra Mansa, como os nordestinos e mineiros. Além disso, existia a expressão arigó de penacho, que designava os chefes, engenheiros e diretores. Conta-se que o arigó é um pássaro sem pouso fixo, que deixa sua terra natal e segue voando sem destino (Moreira, 2000, p. 51).

Meu avô, na década de cinquenta, com pesar, deixou sua terra de origem, Divino de Carangola em Minas Gerais, mas cheio de confiança devido às informações dos cunhados que o antecederam. Volta Redonda era uma terra promissora.

Minha mãe se lembra de ele ter trabalhado em uma função como encarregado. Para ele, que era diabético, a vida de peão, como é chamado o trabalhador da usina, não foi fácil. A diabetes tirou-lhe as forças para enfrentar os pesados turnos de trabalho na CSN. Por isso ele abriu um pequeno comércio e com ele adquiriu casa e sustentou família. Tenho memórias de suas histórias narrando sua relação com os trabalhadores da usina que seguiam para o dia trabalho e que religiosamente, no dia do pagamento, passavam na vendinha, como ele

denominava seu pequeno comércio, para acertar a caderneta. Mesmo não trabalhando dentro da usina, sua vida estava diretamente ligada a ela. Não sei se esta história é pertinente neste trabalho, mas faço este relato porque ao estudar a história da minha cidade lembrei-me de que talvez eu seja a última geração que ouviu diretamente dos pioneiros suas conquistas e dissabores.

Como professora, e cidadã, observo o quanto atualmente a CSN está presente na cidade de Volta Redonda e, ao mesmo tempo, não se faz presente nela. Quando criança ouvia relatos sobre as festas que a empresa promovia para funcionários e familiares. Lembro-me dos colegas mostrando os presentes que recebiam no final do ano.

Em 2017 matriculei minha filha na natação no Recreio do Trabalhador, complexo esportivo e de lazer construído pela empresa em 1954. No dia da matrícula recordei-me da infância passando de ônibus e vendo a piscina lotada. O espaço era frequentado pelos funcionários da família siderúrgica da qual eu não fazia parte. Atualmente o clube está fechado e encontra-se no mais completo abandono. Na verdade, a ideia de família siderúrgica veio bem antes, ainda no processo de expansão da usina, mas, mesmo após o desmonte desta estratégia utilizada para atrair mão de obra para a cidade, a empresa mantinha espaços aos quais apenas seus funcionários tinham acesso.

Com a crescente necessidade de mão de obra, que não existia na cidade, e também sob controle rígido do governo, Volta Redonda foi sendo edificada para simbolizar um novo Brasil. Benefícios oferecidos pela empresa como moradia, assistência médica, educacional e lazer eram vistos como benesses em um momento da história do país no qual muitos desconheciam tais possibilidades, bem como os planos desta organização que tinha como princípio manter um controle rígido sobre toda a vida de seus trabalhadores, com o objetivo de evitar qualquer sublevação. A família siderúrgica era tão coesa que impedia que seus membros percebessem a hierarquização dos espaços, quer seja quanto à moradia, quer seja quanto aos espaços de sociabilidade. Para garantir o controle sobre os trabalhadores, sua fixação e lealdade a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) adotou medidas tanto no espaço interno da fábrica, quanto na esfera da reprodução social dos operários, sendo o fornecimento de moradia um elemento central na consolidação da chamada família siderúrgica.



Figura 1 - Disponível em: O Lingote Edição 1 - 25 de Março de 1953 - Volta Redonda Antiga

A imagem da edição 1 de 25 de março de 1953 do jornal O Lingote, publicado pela CSN entre as décadas de 1950 e 1970, apresenta uma notícia sobre a entrega de 129 casas a trabalhadores da CSN, evidenciando a política habitacional da empresa em Volta Redonda. Esse tipo de ação reforçava a ideia de família siderúrgica, na qual a CSN se posicionava como responsável não apenas pelo emprego, mas também pelas melhorias nas condições de vida dos operários e de suas famílias. Essa estratégia fortalecia o vínculo entre os trabalhadores e a empresa, ao mesmo tempo em que consolidava uma identidade coletiva pautada na dependência do modelo industrial e na narrativa de progresso associada à siderurgia.



Figura 2 - Disponível em : O Lingote Edição 4 – 10 de Maio de 1953 - Volta Redonda Antiga

A imagem da edição 4 do jornal O Lingote de 1953 mostra uma manchete destacando as comemorações do 1º de maio em Volta Redonda, ressaltando a recepção entusiasmada e a

presença de Getúlio Vargas na cidade. O texto enfatiza o papel da CSN e a relação da cidade com o governo, reforçando a narrativa oficial de progresso e integração entre os trabalhadores e o Estado.

Apesar de a política habitacional da empresa nunca ter abrangido amplamente seus empregados, ela era altamente desejada pelos operários, e o tempo de serviço na CSN figurava como um dos principais critérios para a obtenção de uma residência. Dessa forma, a empresa incentivava a antiguidade e a assiduidade dos trabalhadores, utilizando esses fatores como base para prêmios e incentivos. Esse modelo de gestão buscava moldar o coletivo de operários de acordo com os interesses da usina (Silva, 2010, p.14. *apud* Pessanha; Morel, 1991, p.75-76). Os empregados que ocupavam imóveis da Companhia eram divididos em quatro grupos, conforme seus salários e funções. Os primeiros dois grupos eram compostos por operários, sendo o primeiro para os não qualificados e o segundo para os qualificados. O terceiro grupo foi subdividido em A e B, sendo o A destinado aos trabalhadores com formação técnico-média e o B para aqueles que, além dessa formação, ocupavam cargos em comissão equivalentes à Chefia de Divisão. Por fim, o quarto grupo era formado por empregados com formação universitária (Morel, 1989, p.419). A carência no atendimento estava predominantemente concentrada nos dois grupos de trabalhadores de menor qualificação. Ao analisar esses dados, é possível observar que havia uma escolha seletiva no atendimento aos trabalhadores da usina.

Os anos iniciais da fundação da CSN foram extremamente duros como relata Morel (1989) que produziu uma análise profunda das dificuldades e do assédio enfrentados por seus trabalhadores. O controle rígido da empresa sobre suas vidas era justificado:

Tempos de guerra facilitaram para a CSN a solução do problema de fixar e atrair mão-de-obra: pelo Decreto lei nº 4937, de 9 de novembro de 1942, as pessoas pertencentes a fábricas consideradas de interesse militar não poderiam largar o serviço por mais de 8 dias, sob pena de serem considerados desertores. A CSN estava incluída dentre elas: ser seu empregado significava servir às Forças armadas e colaborar na defesa da pátria. Além disso, nesses casos, a jornada de trabalho passava a ser de 10 horas, justificada pelo “estado de guerra”, e os trabalhadores de empresas civis consideradas de “segurança nacional” tinham suspenso seu direito a férias (Morel, 1989, p. 84).

A autora segue em sua análise e apresenta um relato interessante que nos chama a atenção devido ao período da construção e da consolidação do mito da democracia racial no Brasil. Expondo também a forte repressão empregada pela empresa para manter seus funcionários sob controle a autora descreve:

Os depoimentos dos trabalhadores daquele tempo são contraditórios: ao lado das descrições indignadas sobre espancamentos e mortes de operários no

Núcleo Cem, também reproduzem muitas vezes as justificativas da empresa para as práticas violentas e repressivas do corpo policial: a mistura de “raças”, gente vinda de todas as regiões do país, “valentões” que por qualquer coisa puxavam a faca etc. (Morel, 1989, p.92).

O Estado de bem-estar social, ao longo de sua história, procurou criar uma rede de proteção e apoio aos trabalhadores, mas também gerou contradições profundas. Por um lado, as políticas de inclusão social promoveram a sensação de pertencimento e estabilidade, principalmente dentro das empresas, onde os trabalhadores podiam se sentir parte de uma estrutura que lhes proporcionava benefícios e lhes dava uma identidade coletiva. Contudo, por outro lado, esse sistema muitas vezes escondia a exploração intrínseca ao modelo capitalista. A promessa de bem-estar e segurança é muitas vezes sustentada pela subordinação dos trabalhadores a uma lógica de produção que maximiza lucros para poucos, aprofundando desigualdades e perpetuando relações de poder desiguais. Assim, enquanto o trabalhador sentia-se parte de um projeto social, sua posição continuava marcada por uma dinâmica de exploração que não desapareceu com as políticas de bem-estar, mas apenas se ocultou sob a fachada da inclusão.

As funções que exigiam maior formação como as de engenheiros, por exemplo, foram recrutadas nos Estados Unidos, ou foram atribuídas a militares que se formaram naquele país, uma vez que os equipamentos da usina foram trazidos dos EUA. Em 1944, a Escola Profissional da CSN começou a funcionar, com objetivo de qualificar mão de obra. Esta escola foi por muito tempo o propósito de muitos jovens para um futuro certo de carreira promissora na Companhia Siderúrgica Nacional. O investimento na formação de seus alunos passou a ser o grande foco da empresa que visava instruir um corpo de funcionários disciplinado e responsável. A partir do final dos anos 40, a empresa decidiu manter em sua escola profissional apenas alunos que fossem filhos de seus funcionários. Ideia que, de certa forma, estava vinculada ao ideal da família siderúrgica. Fazer o funcionário sentir-se parte da empresa era a estratégia para garantir mão de obra. “Os seres humanos são construídos por influência de instituições” (Souza, 2019.p.41).

Conforme relatado anteriormente, era comum nas histórias da origem de muitos volta-redondenses a migração de alguém da família que serviu de encorajamento para demais membros. A empresa, assim como a estratégia do governo de manter comunicação com o povo como forma de construir um ideal de nação, mantinha um boletim que circulava entre seus

funcionários que tinha por objetivo ditar regras e exaltar os benefícios concedidos pela empresa⁴.

O fim do Estado Novo, junto ao fortalecimento dos sindicatos, teve reflexo no esgotamento do modelo Família Siderúrgica. O crescimento da cidade trouxe consigo atores sociais que passaram a disputar as narrativas e os espaços de poder local. Silva (2022) relata que em depoimento de antigos funcionários, que mesmo após o fim da política de assistência que visava atrair mão de obra oferecendo benefícios acima do que era previsto em legislação, o discurso da família siderúrgica ainda se fazia presente:

Na CSN não havia preconceito, de funcionário para chefia e da chefia para funcionário. (...). Ela atendia as pessoas com problemas, dava casa, dava assistência dentária, dava piscina para você nadar, praticar esporte, cooperativa para você fazer compra, para todo mundo (...). Na CSN não existia preconceito, acho que era uma empresa perfeita no meu ponto de vista atual (Silva, 2022.p.186).

Em 1946 a usina começou a produzir aço, com isso a relação entre empresa e trabalhador seguiu com menos rigor, além disso muitos operários não foram incorporados à empresa.

Os anos 50 ficaram marcados pela “diversificação da estrutura industrial, aumentando a demanda por aços planos, tornava a siderurgia elemento chave no desenvolvimento nacional” (Morel, 1989, p.152). Neste momento começou a ganhar força a ideia de emancipação do oitavo distrito de Barra Mansa para que o município de Volta Redonda fosse constituído.

A partir deste momento formou-se aquela que se tornou a versão oficial do nascimento de uma cidade emancipada através da odisseia de homens brancos: os emancipacionistas. Um grupo de políticos e de lideranças locais que, diante da importância econômica e política que adquirira Volta Redonda, se organizou para garantir autonomia em relação à Barra Mansa.

Na verdade, a emancipação que ocorrera em 17 de julho de 1954 teria sido o resultado de um movimento que já vinha se organizando nos anos anteriores, fruto da influência do crescimento acelerado da cidade em torno da CSN. Costa (1978) relata a insatisfação do grupo ligado àquele movimento:

Em julho de 1948, por ocasião da inauguração do Posto Shell, na Avenida Amaral Peixoto, nas proximidades da *Light*, Miguel da Fonseca Rego e Dr. João Paulo Pio de Abreu, em conversa, deixavam claro que o distrito não vinha recebendo a devida atenção por parte do município de Barra Mansa, muito

⁴ Esse foi um famoso jornal que era publicado pela CSN em Volta Redonda, no início, foi o primeiro jornal próprio da cidade. A primeira edição do *Lingote* (O *Lingote* Edição 1) foi publicada em 25 de março de 1953.

embora o progresso de Volta Redonda já fosse marcante, com o funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional (Costa, 1978, p.21).

Interessante como o autor, contemporâneo do grupo dos emancipacionistas e louvado como grande memorialista da História de Volta Redonda, narra este acontecimento sempre citando em sua obra intensa mobilização popular, embora os registros de imagens fossem majoritariamente de homens brancos. Os emancipacionistas ocuparam posteriormente os Poderes Executivo e Legislativo municipal. A eles rendem-se homenagens em que seus nomes emprestados a espaços públicos da cidade.

Esta versão da História é exaltada em publicações e nos portais de comunicação do governo municipal. Importante ressaltar que o autor reforça em sua publicação que a emancipação foi fundamental na constituição da identidade de Volta Redonda.

A emancipação de Volta Redonda: o nascimento de uma cidade

A aspiração emancipacionista do território de Volta Redonda começa ainda no período imperial. Em 1874 seus moradores pleitearam a elevação do povoado à categoria de freguesia. Mas foi na metade do século XX que é dado o início à campanha emancipacionista que geraria a "cidade do aço". Em 1950, Lucas Evangelista de Oliveira Franco, na Loja Maçônica Independência e Luz II, defendeu a separação de Volta Redonda do município de Barra Mansa. O deputado de Angra dos Reis na Assembleia Legislativa Fluminense, Moacir de Paula Lobo, chegou a propor um projeto de criação de Volta Redonda, que não obteve sucesso.

O movimento emancipacionista, contudo, ganhou as ruas em 1951, e por conta disso, sofreu retaliação de parlamentares barra-mansenses, que tentaram inviabilizar o sucesso da separação. A iniciativa, porém, não funcionou. A luta emancipacionista ia ganhando aliados, um deles de grande destaque e prestígio, o influente Sávio Gama, a quem muitos tratam como o reforço econômico do movimento.

Há de se destacar também o trabalho da imprensa, caso do periódico "Reverbero Autonomista Volta-Redondense" do jornalista José Botelho de Athayde.

Em 1952 é criado o Centro Cívico Pró-Emancipação, por iniciativa de Lucas Evangelista de Oliveira Franco. Em 1953 é aprovado o plebiscito autonomista, dentro de um trabalho árduo do deputado Vasconcelos Torres. O resultado da consulta popular foi um massacre a favor da emancipação, 2809 a favor da separação e apenas 24 contra.

Na sessão de 22 de Junho de 1954 o projeto de emancipação de Volta Redonda é apresentado na Assembleia legislativa pelo mesmo Vasconcelos Torres. Ele só foi aprovado em 17 de Julho de 1954, através da lei 2185. Nasceu, então, o município de Volta Redonda.

Referências bibliográficas:

ATHAYDE, José Botelho: Volta Redonda e a Campanha abolicionista: Volta Redonda, Ed. Rogério Bussinger, 1962.

BEDÉ, Waldyr Amaral: Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964): Volta Redonda, 2004.

COSTA, Alkindar Candido da: Volta Redonda ontem e hoje: Volta Redonda, 1978.

Adelson Vidal Alves é Licenciado em História pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) e Pós-graduado em História Contemporânea pela mesma instituição, editor do blog Voz Liberal

[Clique](#) para pesquisar artigos. Siga as primeiras pesquisas sobre isso. [Compartilhar](#) [Print](#) [Compartilhar](#) [Salvar](#) [Whatsapp](#)



PALÁCIO 17 DE JULHO

Praça Sávio Gama, Nº53. Aterrado, Volta Redonda - RJ. CEP: 27215-620. Tel: (24) 3511-3333

contato@voltaredonda.rj.gov.br

[f](#) [v](#) [i](#) [t](#) [w](#) [e](#)

Figura 3 - Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/8/3085/>

A imagem do portal de comunicação da Prefeitura Municipal de Volta Redonda apresenta um texto intitulado "A emancipação de Volta Redonda: o nascimento de uma cidade", que narra o processo de separação do município de Barra Mansa e a conquista da autonomia

política da cidade. Essa narrativa enaltece a persistência e a dedicação dos emancipacionistas, que enfrentaram desafios políticos e institucionais para garantir autonomia.

Quando analisamos as imagens publicadas nos trabalhos utilizados para a construção de nossa pesquisa, refletimos sobre como a organização espacial da cidade, que foi pensada para a grande siderúrgica, se reproduziu ao longo do tempo. De que maneira essa narrativa reflete o povo volta-redondense? As imagens nos trazem algumas pistas que procuramos debater ao longo deste trabalho. Os trabalhadores, ou seja, a maioria de negros, aparecem em registros fotográficos e filmagens sempre em trabalho braçal. Este debate é muito necessário quando se estuda a História de Volta Redonda para que esta geração se reconheça e questione as condições que mantém grupos privilegiados, principalmente por questões raciais. Condições essas que ainda são reproduzidas pelo poder político local em discursos que ignoram as múltiplas perspectivas sobre a História Local.



Figura 4 - Fonte: Costa (1978)

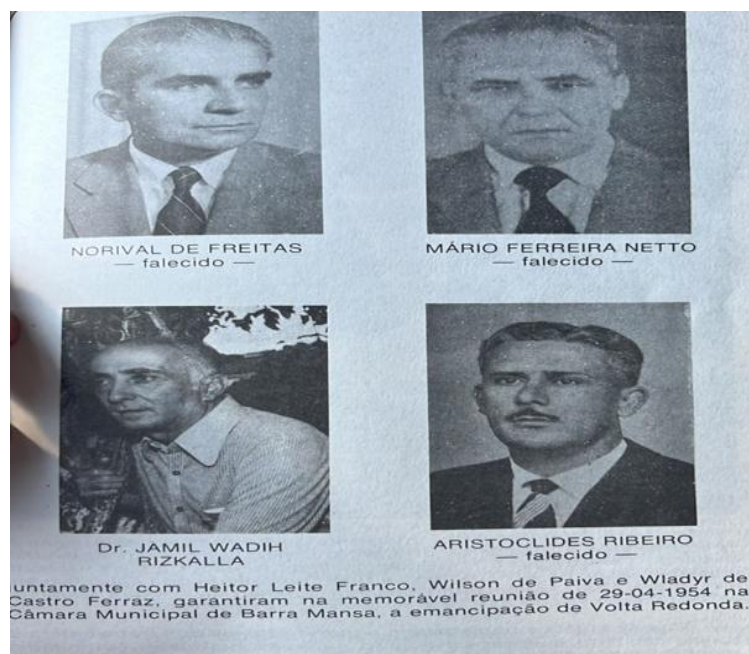


Figura 5 - Fonte: Costa (1978)

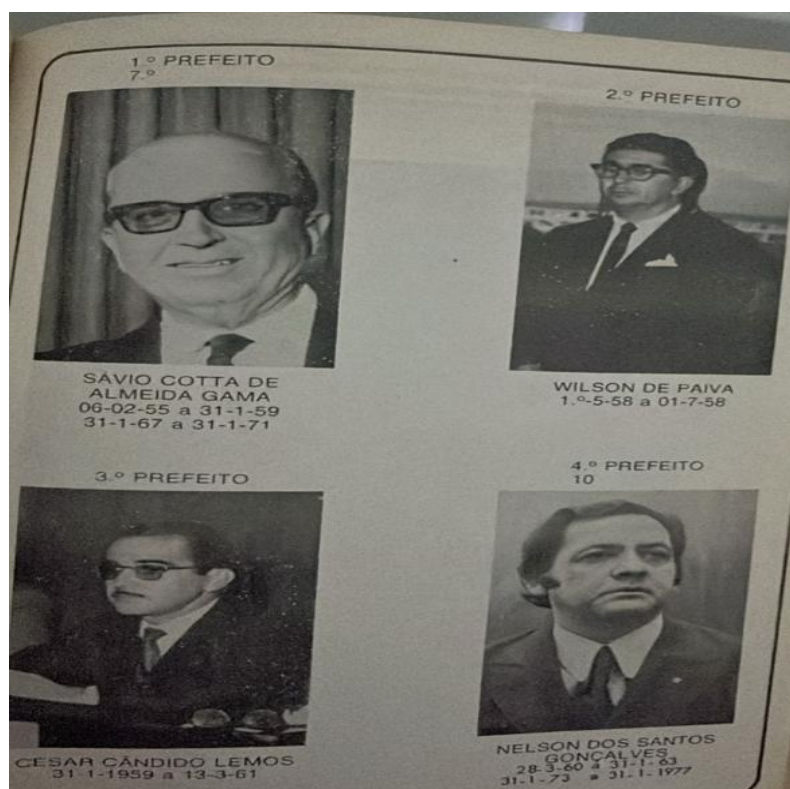


Figura 6 - Fonte: Costa(1978)

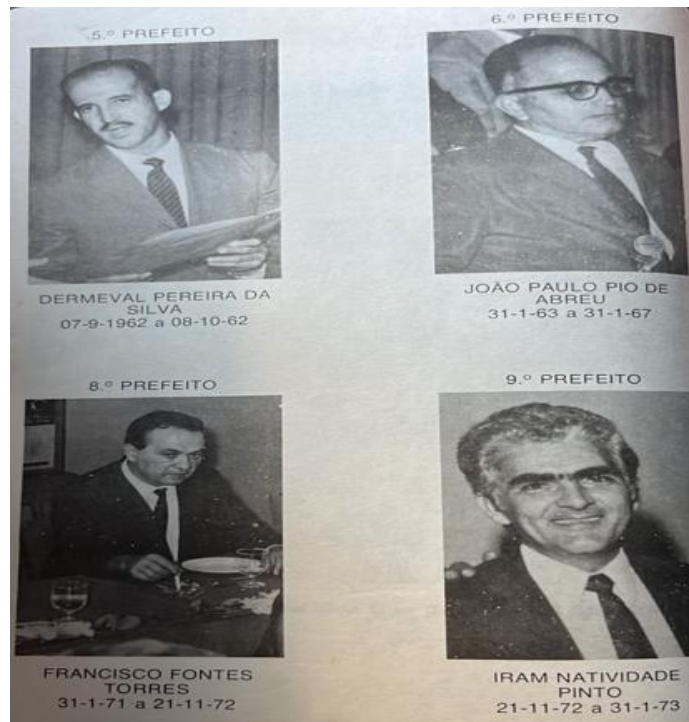


Figura 7 - Fonte: Costa(1978)

As imagens acima mostram alguns representantes do grupo dos emancipacionistas que entraram para a História Oficial de Volta Redonda como os idealizadores da cidade emancipada e os primeiros prefeitos eleitos. Abaixo a imagem dos primeiros trabalhadores da Usina Presidente Vargas (UPV).



Figura 8 - Disponível em: “A curva do rio” - <https://youtu.be/qxyEPMohzg>



Figura 9 - Disponível em: “Palmares: o povo negro pode dançar” <https://youtu.be/H30nCLAhjPo>

2.2 A curva do rio

O Documentário em Curta-Metragem “Volta Redonda Fatos Marcantes – A Curva do Rio” é um trabalho de 2008 da produtora Arigó Filmes. Pablo Marins Bedê foi o responsável pelo roteiro, direção e produção. Ele graduou-se em Artes Visuais no Centro Universitário de Barra Mansa e fez pós-graduação em Ensino de Arte, História e Música pela UNIBF.

Este material tem sido utilizado em minhas aulas no 9º ano como base para a reflexão sobre a constituição urbana de Volta Redonda a partir da fundação da CSN. Seu uso tem por objetivo desenvolver no aluno a habilidade de relacionar aspectos das mudanças econômicas e sociais que ocorreram em Volta Redonda no contexto da Era Vargas. Pablo é neto do professor Waldyr Amaral Bedê, um dos entrevistados do documentário. Dois homens brancos. Bedê é lembrado até os dias atuais como um dos grandes historiadores de Volta Redonda. Uma escola da rede municipal ganhou seu nome, portanto, ele é um daqueles homens a quem a cidade reconhece e reverencia. Lembro também que foi meu professor na Graduação em História pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel, atual Centro Universitário Geraldo Di Biase em Volta Redonda. Concluí a graduação em 1999 e tive a grata surpresa de reencontrá-lo no ano seguinte, dessa vez como colega, na Pós-Graduação em História Social nessa mesma instituição. Foi a partir deste curso que o professor Waldyr produziu o livro “Volta Redonda na

Era Vargas (1941-1964). Essa obra também se tornou uma de minhas referências para atender aos propósitos de habilidades do 9º ano.

Atualizar minhas leituras, a partir do Mestrado em Ensino de História e das formações no Clube Palmares, impactou, de forma importante, minha atuação pedagógica. Como debater sobre as transformações da História Local sem falar das pessoas? Economia e política só existem através de pessoas. Quando refletimos sobre as pessoas, não podemos realizar qualquer análise sem considerar suas posições e contextos dentro da sociedade. O documentário “A curva do rio”, ressalta a euforia de ver o nascimento de uma cidade destacando o modelo estadunidense de uma cidade operária: *company town*⁵. Exalta a organização e a limpeza dessa cidade com pessoas sentadas em gramados verdes em frente às casas. Narra que em 1948 a empresa atingira a marca de 3003 casas entregues aos trabalhadores, entretanto, como ressaltado anteriormente, esta foi uma estratégia pensada para atrair e fixar trabalhadores e que era, ao mesmo tempo, utilizada para atender as necessidades da usina; é sabido que, no entanto, esta promessa nunca fora atendida completamente. Morel (1989), inclusive, confirma este fato:

Com o fim da construção - o Plano A - e a entrada em operação em 1946, a CSN reduziu sua força de trabalho: a empresa empregava em Volta Redonda 11.719 trabalhadores, e em 1947 esse contingente se reduziu para 8.054 (Morel, 1989, p.104).

No documentário, duas pessoas negras são entrevistadas: o Senhor Nelson Mendes e a Senhora Maria Mendes lembram o período em que moraram no bairro Rústico, um dos bairros operários da época. “O Acampamento Rústico - 62 casas construídas em 1942, com 36m² cada uma, de pau a pique e rebocadas, destinadas a alojamentos provisórios” (Morel, 1989, p.72). O casal lembra que não havia banheiro nas casas e que o que havia era comunitário. Não havia água encanada, apenas torneiras no final das ruas para serem usadas também coletivamente, além disso, as casas, feitas de bambu, tinham fogão à lenha: um detalhe que chama a atenção em oposição ao modelo norte-americano apresentado pela história oficial local. Eles relatam também a segurança que sentiam diante da “ausência” de violência. Podiam transitar livremente, em qualquer horário sem temor de sofrerem violência. O relato diverge do depoimento exposto por Morel (1989, p. 90-91) que descreve o controle rigoroso da CSN sobre

⁵ Segundo LIMA, Soeli em “Capital transnacional, *company town* e a produção do espaço urbano. A primeira associação que se faz à cidade-empresa é a de uma “minicidade”, na qual um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, edifícios de pequeno comércio, escola, hospitais e áreas de lazer pertencem a uma companhia e onde é exercido controle sobre as entradas e saídas de pessoas, configurando um núcleo urbano fechado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/10356/trabalho.pdf?sequence=1> p.33.

os trabalhadores que incluía a proibição de consumir álcool durante dias de serviço. Guardas fiscalizavam bares e repreendiam aqueles que bebiam antes do trabalho, chegando a aplicar castigos físicos e verbais. Essa vigilância demonstra a disciplina imposta aos operários e reflete o poder autoritário exercido sobre suas rotinas e comportamentos, mesmo fora do ambiente de trabalho. A narrativa de segurança e ausência de violência, frequentemente associada a esse período, reflete mais um aspecto ideológico e discursivo do regime autoritário do que uma realidade plenamente vivida pela população.

No contexto do Estado Novo, o governo buscava construir uma imagem de ordem e progresso. Essa visão estava relacionada à ideia de que o Estado era capaz de controlar todas as dimensões da vida social, oferecendo segurança e estabilidade em troca da supressão dos direitos democráticos. Em Volta Redonda, que fora planejada como cidade operária, essa segurança derivava de um controle rigoroso das relações sociais e do cotidiano dos trabalhadores. As vilas operárias eram organizadas para oferecer uma estrutura que reforçava a disciplina do trabalho e a lealdade ao regime.

Em seguida o professor Waldyr apresenta a história da chegada de sua família e narra seu temor e, ao mesmo tempo, fascínio diante do que vivera: expressões estas que chamam a atenção em sua narrativa ao descrever sua chegada. Ele a compara à descoberta da América, relacionando sua chegada à cidade em 12 de outubro e a conquista do Oeste, comparando este movimento ao expansionismo norte-americano do século XIX. As imagens e narrativa seguem exaltando o crescimento da usina e têm como desfecho a exaltação à luta pela separação de Barra Mansa do Movimento Emancipacionista. Um depoimento emocionado de Jamil Ryskalla, um homem branco, que compôs o grupo dos que lutaram pela emancipação e que fez parte da primeira legislatura da Câmara Municipal de Volta Redonda (1955-1958) encerra a narrativa.

2.3 “Volta Redonda é o Brasil”. Qual Brasil?

Estudar a História local é fundamental para compreender as dinâmicas que moldaram a identidade e o desenvolvimento de um território específico, como Volta Redonda, e, ao mesmo tempo, lançar luz sobre os processos históricos mais amplos que formaram o Brasil. Ao analisar as narrativas locais, é possível perceber como as experiências vividas por comunidades específicas (como as de trabalhadores, movimentos sociais e grupos marginalizados) se conectam às grandes transformações nacionais, revelando a interação entre o local e o global.

Assim, entender a história de um espaço como Volta Redonda permite resgatar memórias coletivas, valorizar vivências cotidianas e desconstruir a ideia de que apenas os grandes centros urbanos concentram relevância histórica.

No caso de Volta Redonda, um dos versos de seu hino “Volta Redonda é o Brasil” reflete a centralidade da cidade no imaginário nacional, especialmente pela importância histórica da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no projeto de industrialização do país. Contudo, estudar a História Local vai além das narrativas oficiais, ou seja, significa também questionar as relações de poder, os conflitos trabalhistas e as resistências que marcaram a região. Essa perspectiva favorece a construção de uma consciência histórica mais crítica, que integra os sujeitos locais como protagonistas de sua própria história, destacando suas lutas e contribuições para a formação da sociedade brasileira como um todo.

Os relatos apresentados no documentário revelam diferentes perspectivas sobre a História Local e destacam como as experiências vividas por indivíduos diferentes social e racialmente moldam suas memórias e interpretações do passado. O depoimento de Nelson e Maria Mendes, moradores de um bairro operário, evidencia as condições precárias de vida, como a ausência de saneamento básico e as casas de bambu. Em oposição, a narrativa do professor Waldyr reflete uma visão carregada de referências ao imaginário colonial e expansionista quando compara sua chegada à descoberta da América e ao expansionismo norte-americano, evocando o fascínio por uma modernidade excludente. Ambas são expressões de uma visão colonial que romantiza processos de ocupação e dominação, apagando a violência, o extermínio e o apagamento cultural impostos aos povos originários e à população negra. Quando o professor expressa temor e fascínio, ele humaniza sua experiência pessoal, mas também reforça, ainda que de forma inconsciente, o olhar do colonizador, o sujeito que chega, desbrava e transforma o território com base em ideais de progresso. Por fim, o depoimento emocionado de Jamil Ryskalla reforça a valorização do progresso industrial e da luta política pela emancipação de Volta Redonda, exaltando as contribuições de seu grupo, os emancipacionistas, como responsáveis pelo surgimento da Volta Redonda independente. Esses relatos, ao serem analisados juntos, mostram como a História Oficial prioriza determinadas memórias em detrimento de outras e faz emergir a necessidade de incluir as vozes marginalizadas para construir uma narrativa mais plural e crítica sobre a História Local.

Embora o estudo da História Local seja fundamental para compreender a formação de identidades e resgatar memórias coletivas, é preciso reconhecer que as narrativas locais muitas vezes sofrem interferências da chamada História Oficial, que tende a exaltar feitos de grandes

instituições e líderes, enquanto silencia ou marginaliza as vivências e resistências das comunidades que compõem o território. Em Volta Redonda, por exemplo, a ênfase no papel da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como símbolo do desenvolvimento nacional pode ofuscar os impactos sociais e ambientais da industrialização, bem como as lutas dos trabalhadores que enfrentaram condições precárias, repressão e exploração. Essa visão hegemônica acaba consolidando uma História Local parcial, que reforça as perspectivas do poder dominante e subestima a pluralidade de vozes que ajudaram a construir a cidade.

Além disso, a ideia de que Volta Redonda é o Brasil, apesar de destacar a relevância da cidade no contexto nacional, pode ser lida como um reflexo da homogeneização das narrativas históricas. Essa abordagem tende a ignorar as especificidades das experiências locais em nome de uma identidade nacional unificada, padrão que pode apagar as contradições e os conflitos próprios da região. Por exemplo, a centralidade da CSN como marco do progresso nacional contrasta com a marginalização de bairros periféricos e comunidades vulneráveis que, ainda hoje, enfrentam desafios relacionados à desigualdade e ao racismo estrutural. Portanto, estudar a História Local requer uma postura crítica que vá além da celebração de símbolos e marcos oficiais, logo, seu estudo deve promover um diálogo entre as múltiplas narrativas que compõem o tecido social da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, tanto intelectuais quanto dirigentes do Estado dedicaram-se a consolidar um projeto de nacionalização que buscava integrar todos os habitantes do território brasileiro sob a ideia de uma identidade nacional unificada. Entre os esforços dos modernistas, destacavam-se as tentativas de revelar uma brasilidade escondida sob os valores cosmopolitas que predominavam entre as elites intelectuais da época. Conforme observado por Gilberto Freyre em 1926, era necessário reconhecer o grande Brasil em crescimento, em contraste com a visão limitada das elites que ainda enxergavam o país sob a perspectiva estreita de uma formação europeizada. Entre as políticas culturais desse período, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), destacaram-se medidas como a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa, a valorização de conhecimentos históricos e geográficos nacionais e as celebrações cívicas de datas como o Dia da Bandeira e o Dia da Raça. Além disso, iniciativas como a criação de agências de fomento às artes nacionais reforçaram a centralização política, sendo este o único momento na República em que o unitarismo político foi constitucionalmente imposto, suprimindo a autonomia das esferas estaduais e municipais (Reznik, 2008).

A nacionalização promovida durante a Era Vargas, ao centralizar políticas culturais e impor uma narrativa unificada sobre o Brasil, inclui o que se observa na História Oficial de Volta Redonda. Assim como no contexto nacional, em que o Estado buscava construir uma identidade homogênea que invisibilizava perspectivas regionais e populares, a História Oficial de Volta Redonda foi moldada para destacar aspectos que reforçam uma visão centralizada do progresso, como a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esse processo apagou narrativas de resistência e silenciou a diversidade cultural presente na formação da cidade, especialmente as contribuições das populações negras e indígenas. Tal como as comemorações cívicas e a imposição do unitarismo no período do Estado Novo, a história oficial de Volta Redonda enfatiza eventos e marcos que servem aos interesses de uma memória hegemônica, desconsiderando vozes e experiências que questionam ou complementam essa visão. Essa abordagem reflete um padrão de centralização e exclusão que caracteriza muitas narrativas oficiais no Brasil.

Reznik (2008) propõe uma metodologia para o ensino e a pesquisa da História Local que se baseia na exploração dos vestígios do passado, considerando diversos materiais de memória como fontes fundamentais para a construção de múltiplas narrativas. O uso de cartografia, fotografia, construções arquitetônicas, crônicas, história oral e outros registros permite compreender a dinâmica social e cultural de uma localidade ao longo do tempo. Esses materiais não são vistos como simples representações do passado, mas como produtos culturais que revelam valores, práticas e relações de poder presentes em uma determinada época. A proposta sugere, portanto, que esses vestígios possam ser analisados criticamente para gerar novas narrativas históricas, refletindo sobre o patrimônio material e imaterial da cidade e sobre a construção das identidades locais.

O objetivo dessa metodologia é envolver professores, pesquisadores e estudantes em um processo de análise e interpretação desses vestígios que, a partir desse processo, poderão fazer uma reavaliação das Histórias Locais e da desconstrução de estigmas sociais. Ao integrar diferentes fontes, como registros de vida, documentos públicos, crônicas e relatos orais, a pesquisa da História Local possibilita um olhar mais amplo sobre as trajetórias e transformações da comunidade. Além disso, ao envolver a comunidade escolar com a sociedade em geral, a proposta visa fortalecer a relação entre escola e comunidade, promovendo uma consciência histórica crítica e a valorização do patrimônio que forma a identidade de um município.

Assim, o ensino de História pode ser potencializado quando o professor problematiza a relação entre as dimensões local e nacional e estimula reflexões que valorizem os sujeitos

históricos em seu contexto imediato. O estudo de documentos locais, como fotografias, cartas, diários e até mesmo registros digitais, permite ampliar a compreensão dos estudantes sobre as formas como suas próprias vivências se conectam a processos históricos mais amplos. Por meio da exploração dessas fontes, é possível perceber como homens e mulheres criam redes de sociabilidade, tensionam relações de poder e registram suas experiências de formas variadas ao longo do tempo. Essa perspectiva permite que as histórias locais sejam ensinadas como experiências complexas e dinâmicas, evitando enquadrá-las em modelos predefinidos ou subordiná-las a narrativas que as excluam de sua especificidade (Cavalcanti, 2018, p. 287-289).

Os relatos e imagens apresentados no documentário evidenciam que a História Local não é apenas uma reprodução fragmentada da narrativa nacional, mas um espaço de disputas, memórias e significados próprios. No entanto, é necessário problematizar tais depoimentos, reconhecendo que, embora tragam contribuições importantes, podem também refletir posicionamentos que confrontam a História Oficial os quais, por vezes, reproduzem o silenciamento de outras vozes e experiências. O desafio do ensino está em explorar esses relatos como fontes históricas que expressam tanto as especificidades do contexto local quanto as pressões e ressonâncias das dimensões mais amplas, de modo a promover uma reflexão crítica que revele as escolhas, os esquecimentos e os conflitos que permeiam essas narrativas.

Fernandes (1995) aborda a importância crescente da História Local na contemporaneidade, destacando como ela tem sido valorizada nas pesquisas históricas por meio do estudo das comunidades locais. O autor aponta que esse interesse tem resultado em um aumento de trabalhos acadêmicos voltados para o estudo de realidades específicas e regionais. Entretanto, Fernandes também reflete sobre os impactos da globalização econômica, da internacionalização do capital e da formação de grandes blocos geopolíticos que têm enfraquecido as referências locais e cotidianas. Ele ressalta que a mídia de massa contribuiu para a criação da ideia de uma aldeia global, na qual se tem maior acesso a informações de eventos distantes do que ao que ocorre no próprio entorno, gerando uma desconexão com as realidades locais em favor de uma proximidade aparente com temas globais. O autor propõe um movimento que busca, assim, desconstruir a historiografia didática dominante, que tende a tratar a história como um conjunto de eventos e narrativas distantes, muitas vezes imponentes e alheias à realidade dos estudantes. A experiência relatada pelo autor no projeto “Construindo o Ceará e Fortaleza: A criança e a cidade” envolveu a produção de livros destinados às séries iniciais do Ensino Fundamental. Esses livros foram elaborados por professores e alunos em conjunto, com o intuito de tematizar a História Local a partir da pesquisa e da reflexão das crianças sobre o cotidiano e os espaços

urbanos de Fortaleza e do Ceará. Essa ação teve como objetivo integrar as vivências locais na construção da narrativa histórica e permitiu que as crianças se tornassem protagonistas da história do lugar onde vivem.

Relacionando com Volta Redonda, a abordagem de Fernandes reforça a importância de valorizar as Histórias Locais, como a dos trabalhadores da CSN e da fundação do Clube Palmares. A produção de uma sequência didática que inclua essas histórias poderá ser uma forma de combater a exclusão das vozes marginalizadas na História Oficial da cidade. Assim, tanto em Fortaleza quanto em Volta Redonda, a prática de envolver os alunos em atividades que reconheçam narrativas plurais da História contribui para uma educação que legitima e valoriza as memórias locais, bem como a pluralidade de experiências que moldam a identidade de cada comunidade.

A concepção bancária da educação, como descreve Paulo Freire, é um modelo que pretende manter a estrutura de poder através da imposição de uma narrativa única e autoritária: em relação ao ensino da História de Volta Redonda, essa abordagem reforçaria a História Oficial, que muitas vezes negligencia as experiências e as vozes marginalizadas da cidade, como as dos ex-operários da CSN e da comunidade negra local.

Ao adotar uma proposta que evidencie contranarrativas, buscamos reverter esse processo de negligência seletiva, proporcionando aos alunos uma educação mais crítica e dialógica, na qual a História não é depositada passivamente, mas construída de forma coletiva, permitindo que diferentes perspectivas sejam ouvidas e refletidas. Dessa forma, a aprendizagem histórica se torna uma ferramenta de emancipação, pois possibilita a desconstrução das versões oficiais e a valorização das memórias e experiências de grupos que, historicamente, foram silenciados.

Paulo Freire (2019) propõe uma educação que se construa a partir da relação dialógica entre os sujeitos e o mundo ao seu redor. Ele defende que a aprendizagem deve ser um processo ativo, em que os educandos, ao se confrontarem com a realidade, se tornam agentes críticos capazes de transformá-la. Ao introduzir a ideia de “temas geradores⁶”, Freire sugere que o conteúdo educacional deve emergir das questões reais vivenciadas pelos alunos, conectando o conhecimento à sua experiência cotidiana. Essa abordagem não visa apenas transmitir

⁶ Paulo Freire (2019) enfatiza que “o tema gerador” não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo. Investigar um tema gerador é investigar, repetimos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis.”

informações, mas promover uma conscientização que possibilite a reflexão e a ação transformadora, estabelecendo uma educação que, ao invés de ser imposta de forma rígida, seja construída em conjunto com os educandos, tendo por foco a emancipação e a mudança social:

A educação autêntica, repetimos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação (Freire, 2019, p.116).

A proposta de nossa pesquisa, ao apresentar contranarrativas presentes na história do povo negro em Volta Redonda, se alinha profundamente com a perspectiva pedagógica de Paulo Freire. Assim como Freire defende a construção do conhecimento a partir da realidade vivida pelos educandos, nossa pesquisa busca entender como as experiências e as memórias do povo negro na cidade se entrelaçam com as narrativas dominantes e oficiais. As contranarrativas, nesse contexto, surgem como temas geradores que permitem que a História Local seja abordada a partir da vivência e da resistência dos negros, proporcionando uma reflexão crítica sobre o processo histórico e sobre os silenciamentos impostos. A Proposta Pedagógica, a ser construída a partir desta pesquisa, buscará abrir um caminho para que a identidade negra da comunidade local seja reconhecida. Ao resgatar as contranarrativas e experiências históricas do povo negro de Volta Redonda, buscaremos oferecer ferramentas para que a comunidade se aproprie de sua história e, assim, se reconheça em sua identidade. Esse processo pedagógico, fundamentado na perspectiva decolonial, visa promover o conhecimento histórico como um instrumento para a transformação social.

A branquitude não era a princípio um conceito a ser observado nesta pesquisa que inicialmente pretendia investigar a História Local oficial de Volta Redonda, com a propósito de evidenciar uma possível perda de vínculos identitários que tem impactado na compreensão da importância da cidade para o desenvolvimento industrial do país.

O papel da branquitude atravessa esta proposta inicial à medida em que as leituras me reportaram a questões vivenciadas em sala de aula. Como entender a constituição identitária de Volta Redonda, com a possibilidade de que meus alunos não se enxerguem nesta história ou talvez não se interessarem por ela, porque não se sentem representados nas narrativas oficiais?

Revisitando leituras para este trabalho vi-me incomodada por esta realidade ter escapado à minha percepção. Estaria eu diante do que Guerreiro Ramos (1957) denominou de Patologia Social do Branco Brasileiro? De que maneira a estética da brancura afetou a minha percepção

e a daqueles que retrataram a constituição identitária de Volta Redonda, a ponto de a racialização não ser debatida quando se aborda a História Local oficial? Conforme relatado, o documentário “A Curva do Rio” e o livro do professor Waldyr Bedê foram utilizados em minhas aulas sobre a origem da Volta Redonda operária. Em diversas ocasiões, enfatizei a baixa escolaridade dos primeiros trabalhadores que chegaram à cidade. No entanto, não havia, até então, uma reflexão mais aprofundada sobre como essa questão se conecta diretamente à desigualdade estrutural, marcada pela racialização que historicamente condiciona e limita as oportunidades disponíveis para cada indivíduo.

Silva (2016, p.48) analisa as produções acadêmicas acerca da História Local e destaca a existência de “Um silêncio Negro” ao identificar a ausência de pesquisas que destaquem a presença negra na constituição da história da Cidade do Aço. Lembramos que o silenciamento também é uma estratégia para negar a existência de um problema. O autor se vale de fontes primárias para desmascarar o mito da democracia racial e analisar seus reflexos no projeto de industrialização estabelecido em Volta Redonda, a ponto de perceber que a ideia de superioridade branca foi disseminada de forma a normalizar e naturalizar a desigualdade tão evidente na constituição da cidade. Reforçamos que ao utilizarmos branquitude como categoria de análise estamos nos referindo a uma posição de privilégio, carregada de benefícios materiais e simbólicos, por parte das pessoas brancas e que igualmente converge na divisão de grupos claramente separados pela cor da pele.

Quando propusemos neste trabalho problematizar a história da branquitude que entrou para a História Oficial, buscamos registros das personalidades responsáveis pela Volta Redonda emancipada e constatamos que suas memórias estão espalhadas pela cidade reforçando a versão oficial. Quer seja em monumentos, avenidas, praças e escolas seus nomes são pontos de referência.

Schwarcz (2024) analisa em sua obra monumentos e patrimônios públicos e reforça a necessidade desta abordagem em nossa pesquisa:

Esses monumentos públicos presentes na paisagem das cidades se imiscuem de tal maneira no tecido social que muitas vezes passam despercebidos. A urgência do dia a dia acaba criando um efeito anestésico que faz com que, amiúde, deixemos de observá-lo em detalhes. Nesse processo, suspendemos a percepção crítica das características centrais de tais patrimônios – seus temas, seus mecenas, o momento em que foram criados, os locais onde se situam –, sem nos dar conta de que, muito geralmente, eles versam sobre e reforçam uma história que é ainda por demais europeia, das elites coloniais e imperiais, masculina e amiúde branca (Schwarcz, 2004, p.137).

A autora nos lembra dos motivos pelos quais monumentos e patrimônios são erigidos: eles existem para conservar uma memória que é carregada de simbologia. Volta Redonda não foge à regra ao reforçar a História Oficial. Os nomes homenageados em diversos espaços centrais da cidade simbolicamente reforçam uma história única que remete a um grupo de homens brancos, o qual, até recentemente, não recebeu questionamentos sobre seu papel de protagonista na História Local.

Alguns depoimentos presentes em obras que retratam o processo de migração embrutece o trabalhador braçal. Eles desconsideram que o passado escravista de uma grande parcela da sociedade, os negros, foi e é privado de muitos direitos. É necessário que este trabalho problematize esses discursos da branquitude e traga a contranarrativa sobre o protagonismo dos negros na constituição identitária de Volta Redonda.

Silva (2022), reflete sobre a tentativa de criar uma identidade nacional hegemônica na qual Estado e sociedade civil, através de instrumentos culturais, encobrem desigualdades de classe que estão diretamente ligadas à raça e reforçam a dominação simbólica da elite que mantém o controle do discurso nacional e racial:

O processo vivido pela classe trabalhadora “transformava não apenas o significado de ser ‘trabalhador’, mas também o significado de ser nacional”, e ser nacional era ser composto das três raças formadoras que conviviam harmoniosamente (Silva, 2022, p.76).

Essa narrativa, no entanto, está intrinsecamente ligada ao mito da democracia racial, que invisibiliza as hierarquias e desigualdades estruturais derivadas do colonialismo e da escravidão, quando naturaliza uma falsa convivência pacífica entre esses grupos e apaga as dinâmicas de exclusão racial e econômica presentes na sociedade brasileira.

A invisibilização não apenas nega as violências históricas sofridas pelos povos negros e indígenas, mas também impede a compreensão crítica dos processos que mantêm as desigualdades sociais até os dias atuais. Ao promover a ideia de uma harmonia racial, o mito da democracia racial deslegitima as lutas por reconhecimento e reparação, ao mesmo tempo em que reforça estruturas de poder que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Assim, a perpetuação dessa narrativa consolida a exclusão de vozes subalternizadas nos espaços de produção de conhecimento e no imaginário coletivo, dificultando o enfrentamento das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CAPÍTULO III: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E NOVAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS EM VOLTA REDONDA

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão sempre glorificando o caçador” Provérbio africano⁷

No capítulo anterior, “A história oficial de Volta Redonda e a predominância da branquitude nas narrativas oficiais”, fizemos uma apresentação sucinta sobre a história da constituição identitária de Volta Redonda a partir da fundação da Companhia Siderúrgica Nacional. Embora esta análise seja muito importante para localizarmo-nos no espaço e no tempo, procuramos focar principalmente no desenvolvimento urbano e no planejamento da cidade, com um olhar atento sobre as relações étnico-raciais. Estas relações configuram um assunto de extrema importância devido à constituição identitária nacional e à desigualdade histórica, decorrente de mais de três séculos de escravidão e da morosidade nos projetos de emancipação real do povo negro.

Passaremos neste momento a analisar a constituição dos espaços locais de resistência negra, focando em nosso objetivo central que é incluir este debate no ensino da História Local.

Enquanto professora da disciplina de História na rede municipal de Volta Redonda e da rede estadual em uma escola do município vizinho, Barra Mansa, entendo que é chegada a hora de fazer *mea culpa* e me questionar sobre o quanto ajudei a reforçar essa história única. Ao buscar a qualificação no ProfHistória, levei para este espaço a demanda da História Local como algo a ser debatido, mas a partir de questionamentos feitos pelo professor Leonardo Ângelo, autor da pesquisa *Uma cidade em preto e branco: Relações Raciais, Trabalho e Desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988)*, que se comunicavam com questões ocorridas na sala de aula evidenciando a urgência de um trabalho voltado para a educação em relações étnico raciais, foi necessário recalcular a rota destas discussões.

Na dedicatória de um exemplar adquirido, o professor Leonardo escreveu “(...) espero que o livro traga estranhamentos necessários para uma reconstrução, inclusive de nós mesmos (...)”. Pois bem, esta obra traz uma discussão fundamental e sempre cobrada por ele: “a disputa pela

⁷ Página oficial do Clube Palmares . Disponível em: <https://www.clubepalmares.org.br> Acesso em: 21/09/2024.

narrativa histórica e a questão racial⁸”. Com muita cautela e respeito iniciarei um relato sobre os espaços de resistência.

Sou nascida e criada em Volta Redonda e minha formação não só religiosa, mas também política foi dentro das Comunidades Eclesiais de Base. Ainda na infância acompanhei, junto a minha mãe, os encontros do Grupo de Base na minha comunidade:

Esses grupos se auto-definem como “(...) grupo de pessoas da comunidade que se reúne e luta em uma visão transformadora, com o objetivo de chegar a uma comunidade de base”, imbuídos de uma religiosidade que se nutria de ações práticas e ‘transformadora da realidade’, capaz de unir ‘fé e vida’, de acordo com seu viés interpretativo⁹ (Soares, 2019, p.153).

Isso, para mim, por muito tempo, representava uma espécie de visto para afirmar que eu tinha uma consciência voltada para a luta por justiça social. A Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, sob a liderança de seu Bispo Dom Waldyr Calheiros de 1966 a 1999, esteve presente em momentos muito importantes da História Local.

Conheci os espaços de resistência negra, clube Palmares e Memorial Zumbi, ao participar de alguns eventos em datas específicas como celebrações ecumênicas e encontros de movimentos sociais. A experiência atual trouxe-me um novo olhar que se fez necessário. Antes de qualquer debate, cabe fazer uma reflexão para que fique claro minha condição e posição neste trabalho. Bento (2022, p.63) ao analisar as obras do intelectual Florestan Fernandes, conhecido por seu combate às desigualdades raciais, destacou que o autor não tratava das deformações de seu grupo, os brancos. Trago para mim a responsabilidade de me reconhecer enquanto pessoa branca em condição de privilégio. Admito que no imaginário construído pelo mito da democracia racial, sempre estive na condição pessoa protegida. Por experiência própria, percebo que quando se trata de gênero, esta é uma falsa ideia; como uma mulher branca, porém, diante de pessoas negras, estaria ainda em condição de vantagem. Essa dinâmica, embora disfarçada de cuidado, revela-se um mecanismo de dominação que nega a autonomia e perpetua as relações de poder desiguais.

Ao chegar no clube Palmares para frequentar o curso livre *Por uma Educação Antirracista* experimentei sensações que até então passavam despercebidas. Ouvi histórias, presenciei lágrimas, novas lembranças, junto a um sentimento de desconforto, relatado pelas colegas

⁸ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cha-de-revelacao-da-raca-clube-palmares-e-a-agencia-negra-em-volta-redonda/>

⁹ Definição que o autor extrai de subsídio do Grupo de Base em Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, 1980.

cursistas, que lhes acompanhou durante toda a vida. Tudo isso fez-me refletir profundamente. Naquele espaço, eu, enquanto única pessoa branca, senti uma dor que fez-me refletir sobre a necessidade de repensar a minha forma de ver e me posicionar no mundo. Cardoso (2020) em sua pesquisa sobre a branquitude acadêmica, foi essencial para que eu compreendesse que estar no Palmares não significava apenas entender a luta dos negros em Volta Redonda, mas também significava fazer uma autoanálise: uma pessoa branca que tem de apresentar novas perspectivas da História, até então, contada. Conviver com pessoas negras não fazia de mim uma pessoa antirracista.

A epígrafe deste capítulo está na página oficial do clube Palmares e, com muito respeito e cuidado para não me apropriar de um trabalho que vem sendo construído, venho relatar essa história tão forte e bonita, que tem sido contada pelos historiadores desses leões. Essas pessoas são professores, psicólogos, assistentes sociais e pesquisadores de diferentes áreas que com muita paciência e carinho me receberam e me instigaram a ter um novo olhar sobre a História Local. Suas vozes potentes e sua generosidade sem tamanho só confirmam aquilo que sempre dizíamos uns aos outros após cada encontro: Palmares é lugar de acolhimento, é sagrado!

Na elaboração desta proposta de trabalho falamos em dar voz às histórias silenciadas. Engana-se quem pensa dessa maneira! As vozes de Palmares gritam por si e abrem seus espaços. Agora é a vez de a branquitude sentar e ouvir o que Palmares tem a nos ensinar.

No transcorrer de nosso trabalho, encontramos evidências que comprovam, através de pesquisas acadêmicas, que o migrante que se estabeleceu em Volta Redonda era majoritariamente negro e que, por isso, enfrentou muitos problemas no ambiente de trabalho dado o preconceito racial, ainda que muitas vezes ele não tivesse consciência disso, devido à disseminação do mito da democracia racial.

Orientando-nos pelo trabalho de Oliveira (2011), Silva (2022) e Assis (2024) em publicações que vêm apresentando narrativas sobre Palmares e sua importância enquanto espaço de reflexão crítica, de formação para a promoção da equidade racial e do enfrentamento ao racismo e à discriminação, procuraremos expor as questões que atravessaram o surgimento de um espaço de sociabilidade que se tornou um importante centro de cultura negra na cidade de Volta Redonda.

Destacamos que Oliveira (2011) em sua pesquisa de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, abordou a relação entre lazer e memória do Clube Palmares, no qual destacou sua criação como um espaço de inclusão da população negra de

Volta Redonda. O principal objetivo do estudo é investigar a trajetória e a memória do Clube Palmares, compreendendo seu papel na promoção da integração racial e na valorização de práticas culturais corporais. A pesquisa também analisa o clube dentro de seu contexto político, social e econômico. Entre os objetivos específicos, destacam-se a análise das ações de animação sociocultural realizadas no clube, considerando seus desafios e potencialidades, e a produção de material que possa subsidiar outras investigações sobre o lazer em clubes sociais negros. A pesquisa contou com a participação ativa de membros do Clube Palmares e seus familiares. A coleta de dados históricos foi realizada por meio de entrevistas com sete participantes e complementada por documentos como fotografias, recortes de jornal e publicações online.

Silva (2022), em sua tese de doutorado em História, posteriormente publicada em livro, investigou as conexões entre raça e classe no contexto industrial brasileiro do pós-guerra, para ele, e para este trabalho, é fundamental compreender a identidade de Volta Redonda a partir da fundação da siderúrgica na região. A análise da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), enquanto expressão do projeto Nacional-Desenvolvimentista da era Vargas revela que o avanço industrial esteve longe de significar equidade social. Pelo contrário, o autor demonstra que as desigualdades raciais se aprofundaram nesse contexto, com a cor da pele influenciando diretamente o cotidiano dos trabalhadores. A exclusão dos negros de cargos superiores, melhores salários e espaços de lazer na cidade evidencia como o ideal de modernização coexistia com práticas de discriminação. Utilizando fontes variadas, como fotografias, documentos oficiais e materiais produzidos pela própria empresa, o estudo constrói uma leitura crítica sobre a narrativa de progresso difundida pela CSN que mascarava desigualdades. Nesse cenário, as mobilizações contra o racismo surgem entrelaçadas às lutas de classe, destacando o protagonismo dos trabalhadores negros nas disputas por reconhecimento e direitos.

Por fim, Assis (2024), em sua dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em História aborda o lazer na cidade por meio do processo de formação do Clube Palmares. A pesquisa tem como foco investigar o lazer em Volta Redonda a partir da criação do Clube Palmares, fundado em 1965 com o objetivo de promover a inclusão da população negra, diante da exclusão racial vivida em outros clubes da cidade. O estudo busca entender como o clube, voltado à comunidade negra e à denúncia do racismo, conseguiu se manter ativo mesmo em um contexto repressivo, como o da década de 1970, quando a região foi considerada Área de Segurança Nacional. A reflexão parte de entrevistas realizadas pela historiadora Gladys Guimarães e de um levantamento quantitativo e comparativo de reportagens publicadas nos jornais O Lingote e O Fluminense, que fizeram menção ao clube.

Também traremos para esta pesquisa *Palmares, o povo negro pode dançar*, um documentário que retrata a história do Clube Palmares, em Volta Redonda. Ele destaca o clube como um espaço de resistência e de valorização da cultura negra, no qual a comunidade ainda se reúne para promover eventos culturais, sociais e educativos. Ao longo do documentário é possível identificar a importância do Clube Palmares como um local de preservação das tradições afro-brasileiras. Ele também explora as dificuldades enfrentadas pelos negros de Volta Redonda, ao refletir sobre o racismo estrutural e sobre a continuidade da luta por igualdade e reconhecimento.

O documentário foi um marco transformador da minha prática pedagógica. Ele trouxe à tona narrativas históricas e culturais que estavam ausentes no currículo e novas perspectivas sobre a história negra e sua importância na História Local. Em sala de aula, essa mudança refletiu na forma como meus alunos se engajaram com o tema, que lhes despertou maior interesse, identificação e questionamentos sobre a História Oficial e suas lacunas. Os alunos começaram a trazer vivências pessoais e demonstraram que estavam mais interessados em investigar a História Local.

A promulgação da Lei 10.639/2003 representa uma transformação importante no campo da educação brasileira ao romper, ainda que parcialmente, com a narrativa oficial da História Nacional, centrada em uma perspectiva branca e eurocêntrica. Ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica, a lei afirma a necessidade de resgatar as múltiplas contribuições do povo negro na formação da sociedade brasileira, destacando suas lutas, saberes, formas de organização e produções culturais. Mais do que uma mudança curricular, trata-se de um chamado para a construção de uma pedagogia que reconheça as marcas do racismo estrutural e atue na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a mudança. Nesse sentido, a experiência do Clube Palmares, em Volta Redonda, deve ser compreendida como parte viva dessa pedagogia insurgente. Fundado por trabalhadores negros que não encontravam espaço nos clubes frequentados pela elite branca local, o clube constitui-se como território de memória, resistência e afirmação identitária. Integrar a história do clube no ensino da História Local, como propõe a Lei 10.639/2003, é reconhecer que os saberes produzidos nesses espaços populares também são História e uma História que se faz a partir dos corpos excluídos, da oralidade e da coletividade. É nesse movimento que a lei dialoga com a proposta deste trabalho: fortalecer as contranarrativas negras como ferramentas pedagógicas de ruptura e ressignificação no ensino de História.

3.1 Palmares – O Povo Negro Pode Dançar

No 9º ano do Ensino Fundamental, as habilidades previstas pela BNCC – (EF09HI06) identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade) – e pelo currículo local – (EF09HI-VR1) relacionar os aspectos das mudanças econômicas e sociais ocorridas na cidade de Volta Redonda no contexto da Era Vargas – propõem reflexões que articulam o contexto nacional ao local. Essas habilidades convidam os estudantes a compreender o papel do trabalhismo no Brasil e a analisar as transformações econômicas e sociais ocorridas em Volta Redonda durante a Era Vargas. Para além da análise política e econômica, é necessário incorporar também os aspectos culturais e sociais que contribuíram para a construção das identidades locais.

A implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais marcos do projeto industrializante de Getúlio Vargas, alterou de forma significativa o espaço urbano da cidade. Esse processo atraiu trabalhadores de várias regiões do país, entre eles uma expressiva população negra. No entanto, suas vivências e contribuições foram apagadas dos registros oficiais e das narrativas históricas predominantes sobre Volta Redonda.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais reforçam a importância de revisitar o currículo escolar, de modo a incorporar uma perspectiva que reconheça a presença negra como elemento central na formação da cidade. Embora Volta Redonda tenha sido celebrada como símbolo da modernização industrial brasileira, muitos trabalhadores negros foram impedidos de acessar espaços, excluídos de clubes elitizados e discriminados em diversas esferas da vida cotidiana.

Essa exclusão sistemática contrasta com a imagem idealizada de uma cidade moderna e integrada. Por isso, é essencial que o ensino de História considere as contranarrativas e os silenciamentos que atravessam a trajetória da população negra no município. Como apoio didático, o documentário pode ser um recurso valioso. Ele retrata a criação do Clube Palmares por ex-funcionários negros da CSN, como resposta à exclusão racial nos espaços de lazer. Mais do que um registro histórico, expressa a resistência e a afirmação cultural dessa comunidade diante do racismo estrutural.

Este documentário foi produzido pela Fundação Getúlio Vargas através do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV- CPDOC), em 2022,

com direção, roteiro e pesquisa de Clímaco Thompson Alves, um homem negro. Ele é doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ) e mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ).

O vídeo começa apresentando o desenvolvimento industrial e sua importância para a economia do país. Um narrador da época exalta Getúlio Vargas pela criação de Volta Redonda, descrevendo-a como “um marco definitivo na redenção econômica do Brasil¹⁰”. Em seguida, outro narrador introduz o propósito do documentário e destaca a relevância da cidade, sede da CSN, como uma grande oportunidade de melhoras condições de vida dos trabalhadores que passaram a migrar para esse local. Na sequência, a pedagoga Mariléia Santiago chama a atenção para uma característica da população local: cuja maioria era composta por pessoas negras. Além disso, ela ressalta que a distribuição das moradias nos bairros era determinada conforme o cargo e os salários dos trabalhadores.

João Estanislau Laureano, um dos sócios fundadores do Clube, narra que ele e o engenheiro Nazário Ernesto dos Santos Dias costumavam reunir-se com outros amigos na Praça Brasil, que fica no, hoje, bairro Vila Santa Cecília. O Senhor João relata que já havia a percepção de que, mesmo sendo funcionários da CSN, o acesso aos espaços frequentados por pessoas brancas era fechado para eles.

Certa vez ele perguntou ao colega Nazário: “Nazário, por que a gente não funda um clube? Assim, se um dia nos casarmos, nossos filhos não precisarão passar pelo mesmo constrangimento¹¹!”

Segundo o Senhor João, a princípio o Senhor Nazário pareceu meio descrente, entretanto ao retornar do Rio de Janeiro, onde cursava engenharia na Escola Nacional do Rio de Janeiro, retomou a ideia apresentada pelo colega e trouxe para o grupo a professora Maria da Glória, primeira professora negra de Volta Redonda.

Em uma reunião posterior, o Senhor João, o Senhor Nazário e a Senhora Maria da Glória dedicaram-se ao estudo dos estatutos dos clubes da época, com o objetivo de elaborar o primeiro estatuto daquele que viria ser o Clube Palmares. A partir dessa iniciativa, passaram a convidar

¹⁰ Depoimento extraído do documentário “Palmares: o povo negro pode dançar”. Disponível em: <https://youtu.be/AxKGlm3Yqhs>

¹¹ Idem

outras pessoas para se associarem ao clube. O senhor João Laureano relata que a ideia ganhou grande proporção devido à carência de espaços de sociabilidade na cidade que aceitassem pessoas negras e, sobretudo, as mulheres. Essas não tinham as mesmas oportunidades dos homens que buscavam os “bailecos” na cidade vizinha: Barra Mansa.

Maria Eunice, esposa do engenheiro Nazário, ressalta a escassez de espaços de sociabilidade destinados à população negra em Volta Redonda, enfatizando a relevância do Clube Palmares como um espaço de conscientização e fortalecimento identitário. Segundo ela, o Clube desempenhou um papel fundamental ao proporcionar o acesso a conhecimentos sobre Palmares como símbolo de resistência à escravidão do povo negro. Nesse contexto, ao reconhecer a importância histórica de Palmares e de seu líder Zumbi, a escolha do nome do Clube representa uma homenagem e um ato de reafirmação da memória e da luta da população negra.

Olézio Galotti, ex-engenheiro da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), relata, enquanto são exibidas imagens de pessoas brancas em bailes da época, a existência do Clube Umuarama, um espaço mais elitizado, voltado principalmente para engenheiros. Galotti menciona, ainda, que chegou a ocupar o cargo de presidente do clube.

O Senhor João relembra que ele e a professora Maria da Glória eram diretores sociais do Palmares e resolveram solicitar à CSN um terreno para a construção de um clube, uma vez que não eram aceitos nos demais existentes na época. Vale lembrar que os clubes citados pelos entrevistados são o Clube Aero, Clube Náutico e o Clube Umuarama. Esses clubes foram estabelecidos em terrenos cedidos pela empresa. A respeito do terreno, eles nunca receberam uma resposta, mas escutaram comentários de que a empresa os acusava de racismo, por quererem criar um clube exclusivo para negros. Diante da ausência de resposta, decidiram então comprar um terreno por um preço elevado, que só conseguiram murar doze anos depois. Em seguida, a imagem de um abaixo-assinado feito por moradores que alegavam que o terreno era um espaço de lazer para as crianças é exibida; o documento apontava que um grupo de samba havia ocupado o local. Os moradores solicitavam ao prefeito da época, coronel Aloízio de Campos Costa, a construção de uma praça, que receberia o nome dele. Nos materiais utilizados para compor esta narrativa, encontramos a informação de que a prefeitura teria derrubado o muro. No entanto, diante da análise de documentos que comprovavam compra do terreno, a própria prefeitura o reergueu. A Senhora Maria Eunice fez um impactante relato: “A gente não era convidado para o Sete de Setembro, a gente não era convidado para aparecer nos desfiles, a gente chegava nos lugares achavam que a gente ia ser serviçal. Entendeu? A gente sentia, mas

como nós viemos de uma sociedade que fazia isso mesmo, a gente aceitava aquilo!¹²” Segue a apresentação da imagem do Clube Náutico Santa Cecília, fundado em 1948 no Acampamento Central, quando ainda era um barracão de madeira, área mantida e zelada pelos operários. Entretanto, na medida que as instalações do clube iam melhorando, as carteirinhas das pessoas negras iam sendo recolhidas. .

O Senhor João Laureano prosseguiu com seu relato sobre o impedimento sofrido pelas meninas que se associavam ao clube como suas dependentes; depois relatou sua expulsão daquele espaço por ter acusado o clube de preconceito. Segundo o Senhor João, Nazário foi expulso porque tocava tamborim em escola de samba.

Marino Clinger Toledo Neto, homem branco e ex-prefeito de Volta Redonda, entrevistado do documentário, reconhece que, embora não houvesse uma lei explícita que restringisse a entrada de negros nos clubes da cidade, existia uma dificuldade implícita para que se associassem. Ele menciona que "havia um ou outro negro"¹³ nos clubes, mas ressalta que o Umuarama era destinado exclusivamente a engenheiros. João Laureano imediatamente acrescenta que a formação profissional não era um critério para associação ao clube, mas que, na prática, essa era uma área em predominava a circulação de pessoas brancas.

A Senhora Bergonsil Magalhães, mulher branca e ex-funcionária da empresa, reforça essa realidade ao confirmar, em seu depoimento, que a segregação também se manifestava no uso das instalações dos clubes, incluindo a piscina, na qual a separação entre brancos e negros era evidente

O documentário se encerra com uma reflexão de Carlos Alberto Medeiros, intelectual e integrante do Movimento Negro, que enfatiza como, apesar da convivência entre brancos e negros no ambiente de trabalho, a segregação se tornava explícita nos espaços de sociabilidade. Ele argumenta que essa separação ia além da questão da classe social, pois, mesmo em contextos de vulnerabilidade, havia distinções entre festas para negros e festas para brancos, e até mesmo nos sindicatos essa segregação se reproduzia. Medeiros destaca também uma contradição inerente a essa realidade: nos espaços destinados à população negra, ele, enquanto homem negro, sentia-se seguro, o que gerava uma ambiguidade em relação à segregação.

¹² Depoimento extraído do documentário “Palmares: o povo negro pode dançar”. Disponível em: <https://youtu.be/AxKGlm3Yqhs>

¹³ Idem

Paradoxalmente, essa separação imposta proporcionava uma sensação de proteção que a falsa integração não oferecia.

Este é um material pedagógico essencial para a compreensão crítica da História de Volta Redonda e das relações raciais no Brasil. A partir do olhar de Clímaco Thompson Alves, observamos as dinâmicas de exclusão e resistência vividas pela população negra na cidade, evidenciando como a industrialização, exaltada pelo discurso oficial, gerou oportunidades desiguais para diferentes grupos sociais. A narrativa contrasta com a promessa de progresso econômico, vide as barreiras impostas à população negra que se mostravam na segregação dos clubes e nas dificuldades de acesso a espaços de lazer e cultura. Ao apresentar esses aspectos, o documentário proporciona aos estudantes e educadores uma ferramenta para discutir o racismo e suas manifestações no cotidiano, permitindo a desconstrução da ideia de uma sociedade brasileira racialmente integrada.

A trajetória do Clube Palmares, retratada no documentário, revela-se um eixo central para compreender a luta da população negra por espaços próprios de sociabilidade e pertencimento. O relato de João Estanislau Laureano e outros fundadores do Clube demonstra como a criação desse espaço foi uma resposta direta à segregação velada que impedia trabalhadores negros da Companhia Siderúrgica Nacional de frequentarem os clubes da elite branca. Além de um local de lazer, o Clube Palmares assumiu um papel fundamental na construção da identidade e da consciência política da comunidade negra de Volta Redonda, valorizando sua história e promovendo discussões sobre resistência e direitos. Esse contexto torna o documentário um recurso pedagógico valioso, pois permite que alunos reflitam sobre como a História Oficial frequentemente silencia as experiências de grupos marginalizados e sobre como a memória coletiva pode ser resgatada para fortalecer identidades e lutas sociais.

O episódio de violência racista sofrido por João Estanislau ao solicitar um terreno para a criação de um clube, uma necessidade imposta pela exclusão experimentada pelos negros dos clubes existentes na época, exemplifica a estrutura de poder que define o racismo.

Ao abordar o impacto da segregação que havia nos clubes, o documentário também escancara a contradição entre a suposta democracia racial e as barreiras concretas enfrentadas pela população negra. A participação de entrevistados brancos, como o ex-prefeito Marino Clinger Toledo Neto e a ex-funcionária Bergonsil Magalhães, ajuda a ilustrar como o racismo se manifestava nas práticas institucionais e sociais e reforçava a exclusão mesmo que não houvesse leis explícitas de segregação. Essa análise crítica dos mecanismos de discriminação

torna o documentário uma ferramenta potente para o ensino da História Local e para estimular debates sobre desigualdade racial e o papel da memória na construção de narrativas históricas. Dessa forma, o documentário se configura como uma ferramenta crucial para evidenciar as narrativas silenciadas e fortalecer a educação antirracista, promovendo uma reflexão profunda sobre as contradições da História Oficial e oferecendo ao público a oportunidade de enxergar múltiplas perspectivas, essenciais para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e transformadora.

3.2 Palmares – quilombo urbano, solo sagrado de resistência

Tomamos emprestada, como título, a definição do Clube Palmares dada pelo atual presidente, Sr. Edson Daniel, para iniciar nosso debate sobre a contranarrativa à História Oficial de Volta Redonda. Essa definição foi extraída de um vídeo apresentado pelo professor Leonardo Ângelo em uma matéria da Revista Geledés¹⁴.

O professor Leonardo Ângelo, que tantas vezes tem sido citado e como relatado, foi quem trouxe o questionamento que tem direcionado este trabalho. Ele nos faz pensar na importância de evidenciar os espaços de resistência como perspectiva para entender a História de Volta Redonda “Poeticamente o Palmares se encontra entre as ruas Roma e Paris, no bairro Jardim Europa (...)”¹⁵.

O ano de 1965 marca a fundação do Clube Palmares:

a entidade é considerada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 5.599 de 16 de outubro de 1965 e de Utilidade Pública Municipal pela deliberação nº 796, boletim 52/66, C.N.P.J. (MF) 29.798.923/0001-12 (Oliveira, 2024, p.53).

A fundação do Clube Palmares representou uma resposta organizada da população negra de Volta Redonda diante da exclusão dos clubes sociais tradicionais, que não aceitavam pessoas negras em seus quadros de associados. Antes mesmo de sua oficialização, os futuros integrantes já se reuniam em residências de famílias negras tradicionais e, posteriormente, passaram a ocupar espaços dentro da própria CSN. O objetivo central dessas reuniões era discutir a realidade da população negra local, o que culminou na criação de um espaço que promovesse a valorização da identidade negra e o enfrentamento ao racismo estrutural presente na cidade.

¹⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cha-de-revelacao-da-raca-clube-palmares-e-a-agencia-negra-em-volta-redonda/>

¹⁵ Idem

Nas décadas seguintes, o Clube Palmares tornou-se não apenas um espaço de lazer, mas também um polo de resistência cultural e política. A partir dos anos 1970, com a chegada de integrantes do Movimento *Black*, a atuação do clube passou a ser marcada por ações afirmativas, como a promoção de palestras, concursos e eventos voltados à valorização da cultura afro-brasileira. Essa nova postura fez com que o clube fosse fichado pela polícia política do regime militar. Nas décadas de 1980 e 1990, o clube fortaleceu ainda mais seu papel social, ao organizar oficinas culturais, blocos afro e atividades educativas, como o Natal das Crianças e a idealização do Memorial Zumbi dos Palmares.

Desde sua fundação Palmares tem se destacado como um importante espaço de educação e valorização da cultura afro-brasileira, voltado especialmente à população negra. O clube promove eventos, atividades culturais e cursos voltados à formação cidadã e profissional além de oferecer o espaço para celebrações de outras entidades locais. Essa atuação consolidou o reconhecimento da sociedade volta-redondense ao longo dos anos, tornando-se referência de resistência e promoção da igualdade.

Destaca-se ainda a atuação do Clube Palmares na implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas. O clube contribuiu diretamente com a formação de professores da rede pública por meio de projetos e ações educativas voltadas para essa finalidade, como sua participação no Conselho de Igualdade Racial do município. Também merece destaque o Projeto Dará Palmares, implementado entre 2011 e 2014, que articulava aulas teóricas e práticas de História da África, dança, capoeira e percussão, fortalecendo a identidade negra e promovendo autoestima. Em reconhecimento a esse conjunto de ações, o clube recebeu em 2016 o Prêmio de Cultura Afro Fluminense do Governo do Estado do Rio de Janeiro ¹⁶.

A definição do Clube Palmares como um quilombo urbano, solo sagrado da resistência ressignifica seu papel na História de Volta Redonda, inserindo-o em uma perspectiva de contranarrativa à versão oficial da cidade. O depoimento do presidente Edson Daniel, presente em um vídeo apresentado pelo professor Leonardo Ângelo, reforça a importância de reconhecer espaços como o Palmares não apenas como associações recreativas, mas também como marcos da luta negra por reconhecimento e pertencimento. Situado entre as ruas Roma e Paris, no bairro Jardim Europa, o Clube carrega em seu endereço um simbolismo de resistência e reinvenção: um território que desafia fronteiras simbólicas e reais, fato também evidenciado pelo professor

¹⁶ Informações disponíveis no site institucional: <https://www.clubepalmares.org.br/institucional>

Leonardo Ângelo. Fundado em 1965 e posteriormente reconhecido como entidade de utilidade pública, o Palmares enfrenta, no entanto, constantes tentativas de deslegitimação. Como relatado pelo professor Leonardo Ângelo, há uma pasta de documentos no Clube que reúne inúmeras denúncias feitas por vizinhos, que alegam movimentação suspeita no local. No entanto, o que de fato ocorre são eventos culturais, como rodas de samba, espaços de celebração da cultura negra que, por sua vez, são frequentemente criminalizados. Esses ataques evidenciam como a resistência negra ainda é alvo de tentativas de silenciamento, reiterando a necessidade de fortalecer a memória e o papel do Clube Palmares como espaço de afirmação identitária e luta contra o racismo.

Domingues (2023) discute os clubes negros no Brasil como espaços de organização social criados por pessoas negras e analisa o reconhecimento acadêmico desses estudos. O autor destaca a diversidade de significados e interpretações atribuídas a essas experiências, considerando a complexidade desses espaços. Essa abordagem polissêmica dialoga com a trajetória do Clube Palmares e de outros clubes negros, que se consolidaram como pontos de articulação cultural, política e social. No caso específico de Volta Redonda, o Clube Palmares não apenas contribui para a construção de uma memória coletiva da população negra, mas também enriquece pesquisas, como a proposta neste trabalho, que abordam a educação para as relações étnico-raciais como um instrumento fundamental no combate ao racismo

A definição de Quilombo apresentada por Pinheiro (2023) no primeiro capítulo deste trabalho fortalece a compreensão do Clube Palmares como um espaço de resistência e articulação da comunidade negra em Volta Redonda. Se, como afirma Pinheiro, a lógica ocidental branca tentou reduzir o quilombo à ideia de refúgio de negros fugitivos, a perspectiva adotada neste estudo resgata sua essência como uma “organização existencial e política ativa, que projeta sonhos de liberdade e crescimento coletivo”. (2023, p.67)

Essa perspectiva, que vê o quilombo como um espaço de construção de liberdade e crescimento coletivo, pode ser levada à sala de aula afim de que seja trabalhada como um exemplo de resistência, autonomia e organização comunitária frente às opressões. Ao apresentar o Clube Palmares como um quilombo urbano, os alunos podem compreender a importância do local na luta pela afirmação da identidade negra, perceber a articulação de suas ações como resistência política e cultural e reconhecer a relevância de espaços como esse na construção de alternativas à narrativa dominante. A abordagem de Pinheiro, ao reconstituir o quilombo como um projeto de liberdade, oferece aos alunos uma oportunidade para que reflitam sobre a

resistência contínua das comunidades negras, sua capacidade de organização, bem como os legados de sua luta no contexto local.

Domingues (2023) contribui com essa discussão, ao evidenciar que os clubes negros no Brasil têm significados diversos e desempenham papel fundamental na construção de memórias coletivas e na articulação cultural e política. O Clube Palmares, portanto, insere-se nesse contexto como um espaço de *aquilombamento*, que não apenas resiste à narrativa hegemônica da cidade, mas também oferece uma contranarrativa .

Oliveira (2012) destaca que as atividades promovidas pelo Clube Palmares foram fundamentais para fortalecer a identidade negra e ampliar o reconhecimento da contribuição dos africanos e afrodescendentes na formação do Brasil. As palestras e eventos culturais não apenas resgataram a História e os saberes dos povos africanos, mas também atuam como ferramentas de valorização da autoestima da comunidade negra. Além disso, a presença de figuras importantes, “como o sociólogo Edson Carneiro, o campeão olímpico Adhemar Ferreira da Silva, o embaixador do Senegal Henri Arplainy Senghor (sobrinho do famoso panafricanista senegalês Léopold Sédar Senghor)” (Oliveira, 2012, p.71), reforçou o protagonismo negro em diversas áreas, incentivando a educação e o empoderamento. Dessa forma, o Clube consolidou-se como um espaço de resistência e conscientização, desafiando a estrutura racista da sociedade brasileira da época e de hoje.

O autor também narra episódios que evidenciam a repressão e o controle exercidos pelo regime militar sobre espaços de organização coletiva, como o Clube Palmares. Durante esse período, qualquer forma de aglomeração ou debate sobre questões sociais era alvo de vigilância por parte das autoridades, que viam tais espaços como potenciais focos de subversão. A descoberta dessa vigilância ocorreu quando um sargento negro, infiltrado pelo 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa (1ºBIB), revelou, durante uma reunião do Clube, que estava ali a serviço do Exército. A ausência de qualquer atividade subversiva não impediu que o clima de desconfiança se instaurasse entre os associados, refletindo o medo disseminado pelo regime em relação às organizações civis.

Além das personalidades citadas por Oliveira (2012), o professor Leonardo Ângelo destaca que Maria Eunice dos Santos Dias, conhecida artisticamente como Nice Nazário, ex-presidenta do Clube Palmares e esposa do engenheiro Nazário, em entrevistas, lembrava-se da presença de Abdias Nascimento e, especialmente, de Lélia Gonzalez no Clube, enfatizando que ambos estiveram lá em diversas ocasiões (Silva, 2023).

O Clube Palmares, portanto, se configura como um espaço de resistência e articulação, não apenas pela sua contribuição à memória coletiva e identidade negra em Volta Redonda, mas também como um ponto de interseção entre cultura, lutas políticas e sociais.

3.2.1 O silêncio rompido por Dona Eunice

Não, minha filha. Os meus ancestrais já serviram a vida toda e eu também já servi muito, eu estou aqui para ser servida, igual a vocês aqui! (Silva, 2022, p.208).

O título deste tópico foi extraído de Silva (2002, p.208). Ao apresentar um resumo sobre o documentário relatei o quanto o depoimento e a resignação da Senhora Maria Eunice diante de situações de clara demonstração de racismo foram perturbadoras: da mesma forma que os depoimentos das colegas do curso Educação Antirracista me impactaram profundamente. Os relatos das colegas do curso apresentam desde o constrangimento de serem observadas ao entrarem em espaços ocupados majoritariamente por pessoas brancas a situações em que ao atender à porta da própria casa foram questionadas se a proprietária estaria presente. Também relataram o estranhamento das pessoas por não saberem sambar e as suposições de serem babás de seus filhos pelo fato deles terem a pele mais clara. A partir do momento que tomei conhecimento sobre tais fatos, defrontei-me com experiências pessoais ao lembrar de ter naturalizado por tantos anos que meu avô não aceitara o namoro de uma tia porque o rapaz era branco e por isso poderia abusar dela. Do carinho do meu falecido sogro, homem negro de pele retinta, dizendo que eu iria “limpar a raça”. Precisei de letramento racial para entender esse cuidado atravessado por questões raciais sérias! Por isso neste momento me dedico a narrar e analisar respeitosamente, com o propósito de apresentar uma contranarrativa à história oficial de Volta Redonda, o papel das mulheres no Clube Palmares e o quanto suas vivências são pedagógicas e podem contribuir para uma perspectiva plural sobre a História Local.

Dona Eunice emerge como uma figura essencial na luta contra os resquícios do passado escravista, rompe com o silêncio e assume uma postura ativa na contestação das estruturas racistas presentes na sociedade. Seu posicionamento firme em diferentes espaços, seja no Clube Palmares, onde incentivava a conscientização negra, ou fora dele, onde desafiava discursos excludentes, demonstra sua recusa em aceitar passivamente a marginalização da população negra. Ao reivindicar respeito e equidade, como quando recusou ser tratada como empregada

em um evento ou questionando a ausência de representatividade negra positiva na igreja¹⁷, Eunice não apenas afirmava sua identidade negra, mas também desestabilizava a lógica de subalternização herdada da escravidão. Sua trajetória revela a importância de agentes históricos que, por meio de pequenas, mas significativas rupturas, desafiam as estruturas coloniais que ainda operam, transformando a memória e a identidade da população negra na cidade.

Kilomba (2019) explora as experiências de mulheres negras em relação ao racismo e à subalternidade. Ela discute a interseção entre raça e gênero, destacando como as mulheres negras são frequentemente associadas a papéis de servidão e enfrentam expectativas sociais que perpetuam a subordinação:

“Raça” não pode ser separada de gênero nem gênero pode ser separado de “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem impactado na construção de “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem (Kilomba, 2019, p. 94).

O silêncio rompido por Dona Eunice dialoga diretamente com a análise de Kilomba sobre o racismo genderizado, revelando como mulheres negras são historicamente empurradas para posições de subalternidade e, ao mesmo tempo, são protagonistas da contestação dessas estruturas. A recusa de Dona Eunice em ser tratada como empregada ecoa a crítica de Kilomba sobre o mito da mulher negra disponível que naturaliza a exploração e invisibiliza a resistência dessas mulheres. Assim como as cursistas da formação em Educação Antirracista, que compartilharam suas vivências marcadas pelo racismo cotidiano, Dona Eunice desestabiliza a lógica da servidão imposta às mulheres negras, transformando sua experiência em uma contranarrativa potente. Sua postura reafirma que essas histórias precisam ser narradas para que se tornem parte da memória coletiva e possibilitem a construção de narrativas que valorizem o papel das mulheres negras como agentes de resistência e transformação.

Gonzales (2020) aborda com profundidade a posição da mulher negra como mão de obra e como pessoa cujas relações são atravessadas pelo racismo no Brasil, destacando como o racismo e o sexismo estruturam sua exploração econômica, social e sexual. A tripla discriminação (de raça, classe e gênero) impõe barreiras concretas para a ascensão da mulher negra, que historicamente se concentra no trabalho doméstico e em serviços de baixa

¹⁷ Depoimento presente em Silva (2022, p.209).

remuneração. Além disso, o texto denuncia a manipulação ideológica do mito da democracia racial que esconde as desigualdades e impede que o racismo seja devidamente enfrentado. A análise também evidencia como o feminismo branco, muitas vezes, ignora as especificidades da mulher negra, reproduzindo, de forma velada, a exclusão racial dentro do próprio movimento. (Gonzales 2020, p.47-55)

Gonzales ressalta que a resistência da mulher negra no Brasil se manifesta de diversas formas ao longo da história, desde a atuação das mães pretas no período escravista até a liderança feminina no candomblé, em que as ialorixás assumem posições de poder e influência. Essas mulheres, apesar de pobres, conquistam espaços de autonomia e redistribuem recursos dentro de suas comunidades, desafiando hierarquias raciais e sociais. Além disso, a participação da mulher negra no Movimento Negro Unificado demonstra sua centralidade na luta contra o racismo, articulando práticas de conscientização em favelas, periferias e prisões. Paralelamente, iniciativas, como as de Grêmios Recreativos de Arte Negra e de Escolas de Samba, buscam combater a exploração e a folclorização da figura da mulher negra. No cotidiano, a mulher negra anônima, sustentáculo econômico e emocional de sua família, representa a essência dessa resistência, pois, mesmo diante das adversidades, carrega a força da libertação e inspira a continuidade da luta coletiva.

Esse debate é essencial ainda hoje, porque muitas das questões levantadas permanecem atuais, como a segregação no mercado de trabalho, a ausência da mulher negra em espaços de poder e a exploração da sua imagem na cultura brasileira.

A trajetória de resistência de Dona Eunice, ao romper o silêncio imposto pela estrutura colonial e recusar-se à subalternidade, ecoa as análises críticas de Lélia Gonzales sobre a posição da mulher negra na sociedade brasileira. Dona Eunice, ao reivindicar respeito em espaços como o Clube Palmares e desafiar estereótipos, como ser confundida com uma empregada, personifica a resistência descrita por Gonzales, que parte das mães pretas escravizadas às líderes comunitárias contemporâneas.

Ribeiro (2018) dialoga diretamente com as questões abordadas por Grada Kilomba e Lélia Gonzalez, especialmente no que diz respeito à resistência das mulheres negras frente a uma sociedade racista e misógina. O relato de Djamila sobre Tyrus Byrd, a primeira mulher negra eleita prefeita em Parma, Missouri, e a reação da cidade à sua eleição, reflete a forma como as estruturas de poder e da submissão histórica das mulheres negras são desafiadas quando essas mulheres ocupam espaços que tradicionalmente não lhes são destinados. (Ribeiro, 2018, p.58)

O incômodo gerado pela presença de uma mulher negra em uma posição de poder, como descrito por Djamila, desnaturaliza a ideia de submissão que a sociedade racista e misógina construiu para as mulheres negras. Esse fenômeno de desconstrução de um lugar de submissão é exatamente o tipo de transformação que tanto Kilomba quanto Gonzalez abordam em seus trabalhos, que discutem como as mulheres negras são constantemente afastadas dos espaços de poder e como, apesar disso, elas resistem e combatem essas limitações.

Dona Eunice, com sua liderança e sabedoria, e as cursistas, ao compartilharem suas experiências de resistência ao questionarem as narrativas dominantes fazem ressoar a ideia de Kilomba de que o racismo cotidiano se manifesta nas pequenas ações e nas palavras que tentam deslegitimar a presença das mulheres negras em espaços públicos e de autoridade. Assim como Lélia Gonzalez destaca a subordinação das mulheres negras nas relações de poder, as participantes do curso se revelaram protagonistas de suas próprias histórias, ao reafirmarem seu lugar de fala e resistirem ao racismo. Da mesma forma que Djamila Ribeiro aponta o incômodo causado por negras no poder, essas mulheres se empoderaram participando do processo de desnaturalizar um sistema de opressão que tenta excluir suas vozes e histórias.

Como mulher branca, é fundamental reconhecer o papel que devo desempenhar no enfrentamento das desigualdades raciais, especialmente ao perceber as dinâmicas de poder que perpetuam a marginalização das mulheres negras. O primeiro passo é compreender que a luta antirracista não é responsabilidade exclusiva das pessoas negras, mas uma ação coletiva que envolve a todos. Como afirma Djamila Ribeiro (2017, p.85), “pessoas brancas vão experimentar o racismo do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos”.

3.3 O Clube Palmares e o Movimento Negro em Volta Redonda: contranarrativas decoloniais em uma aula passeio sobre a História Local

O Clube Palmares, fundado por ex-operários da CSN que enfrentavam restrições para ingressar nos clubes tradicionais de Volta Redonda, tornou-se um espaço fundamental para a organização e resistência da população negra na cidade. Inserido em um contexto mais amplo de lutas do Movimento Negro, o Palmares não apenas fortaleceu laços comunitários, mas também se consolidou como um território de afirmação cultural e política. Suas ações questionam a narrativa oficial de Volta Redonda como uma cidade marcada exclusivamente pelo protagonismo industrial, revelando histórias silenciadas de exclusão, resistência e

pertencimento. A partir de uma perspectiva decolonial, a trajetória do Clube e do Movimento Negro local evidencia contranarrativas que desafiam as estruturas raciais excludentes e reposicionam a população negra como sujeito ativo na construção da história da cidade.

Importante ressaltar que Palmares é o “único clube aberto a demandas sociais”¹⁸. Seu espaço, sempre que solicitado, é cedido gratuitamente para reuniões e encontros.

No ano de 2024 levei minhas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Dr. João Paulo Pio de Abreu, para uma aula-passeio no Clube Palmares e no Memorial Zumbi. Vale ressaltar que o nome da escola é uma homenagem ao Dr. João Paulo Pio de Abreu, homem branco, que foi um dos emancipacionistas e o sexto prefeito de Volta Redonda. Schwarcz (2024) destaca que os monumentos e patrimônios preservam memórias simbólicas, que em Volta Redonda também reforçam a História Oficial embranquecida .

Essa atividade revelou-se uma experiência imersiva e transformadora, na qual a História Local se fez presente não apenas como um conteúdo a ser aprendido, mas também como um testemunho vivo das lutas e resistências da população negra na cidade.

Araújo e Praxedes (2013) discute a relevância da aula-passeio, inspirada na proposta pedagógica de Célestin Freinet, como uma alternativa para ampliar as experiências de ensino de biologia em escolas públicas. A pesquisa, baseada em entrevistas com professores de Natal (RN), evidencia como a prática educacional ainda se mantém presa a abordagens tradicionais, apesar de as diretrizes curriculares incentivarem metodologias mais dinâmicas. Nesse contexto, a aula-passeio é apresentada como uma estratégia para integrar ao ensino espaços não formais, tornando o aprendizado mais significativo ao permitir que os alunos vivenciem os conteúdos de maneira mais concreta e interativa. A aula-passeio ao Clube Palmares possibilitou uma experiência concreta de aprendizagem, alinhada à proposta de Freinet, ao conectar os alunos com a História Local e as contranarrativas do povo negro em Volta Redonda. Assim como na experiência relatada pelos autores, o uso de espaços não formais enriquece a compreensão dos conteúdos ao proporcionar experiências imersivas. Essa abordagem dinamiza o ensino de História e permite que os estudantes percebam a cidade como um espaço vivo de memória e resistência.

¹⁸ Conforme relato do Professor Leonardo Ângelo em [ps://www.geledes.org.br/cha-de-revelacao-da-raca-clube-palmares-e-a-agencia-negra-em-volta-redonda/](https://www.geledes.org.br/cha-de-revelacao-da-raca-clube-palmares-e-a-agencia-negra-em-volta-redonda/) “Chá de revelação da raça”: Clube Palmares e a agência negra em Volta Redonda - Geledés

O percurso começou no Clube Palmares. Os alunos foram recebidos pelo Professor Leonardo Ângelo e pelo professor Douglas Lucas. Ambos fazem parte da equipe de projetos do Clube. Douglas apresentou o espaço e falou sobre os trabalhos desenvolvidos. Leonardo dinamizou uma conversa na qual explicou aos alunos como desenvolveu sua pesquisa que deu origem ao seu livro. Relatar seu processo de reconhecer-se homem negro, influenciado pelo período em que estudou nos Estados Unidos, provocou grande interesse dos alunos que identificaram experiências veladas de discriminação. Ao explorar as dependências do Palmares, eles perceberam como o Clube transcendeu sua função recreativa, tornando-se um símbolo da afirmação negra local.

O Senhor Sérgio Gabriel dos Anjos, vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial narrou a história do surgimento do Clube e algumas situações de intolerância que ele tem enfrentado ao longo do tempo.

Após a visita ao Clube Palmares, fomos ao Memorial Zumbi, espaço no qual a história e a cultura do povo negro se materializam em imagens, nomes e relatos que resistem ao esquecimento imposto pela narrativa oficial. Os alunos reencontraram o senhor Sérgio que junto à professora Renata, Coordenadora do Memorial Zumbi, lhes explicou que o Memorial é “filho do Clube Palmares”, pois foi a partir da militância do Movimento Negro da cidade, que também fazia parte do Clube, que o direito ao espaço no centro da cidade fora conquistado. Os alunos tiveram acesso a uma exposição comemorativa sobre o Clube Palmares: *Homenagear o Clube Palmares mostra essa sintonia de pensamentos entre nós*¹⁹. Também puderam ler um jornal da época em que o Memorial Zumbi foi fundado, que continha uma reportagem sobre os protestos dos moradores da Vila Santa Cecília, bairro central da cidade, contra sua instalação naquele lugar. Silva (2022) confirma o fato com o depoimento do Senhor Sérgio:

Segundo Sérgio, alegavam que estariam a fazer coisa para negros no centro da cidade, falavam que a cidade estava perdendo espaço de lazer, perdendo praça e área de crianças e velhos (Silva, 2022, p.247).

Essa atividade aprofundou o entendimento dos alunos sobre como esses espaços desafiam a ideia de uma Volta Redonda marcada apenas pela industrialização, expondo, assim, as contradições raciais que moldaram sua história.

¹⁹ Depoimento da coordenadora do Memorial Zumbi, Renata Ferreira. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/comunicacao/noticias/14-smc/8765-memorial-zumbi-vai-abrigar-mostra-fotografica-sobre-o-clube-palmares>

Ao final, a experiência revelou a potência da aula-passeio como metodologia para um ensino crítico da História. Ao percorrer fisicamente esses territórios de resistência, a história deixou de ser um conceito abstrato para se tornar algo vivido e sentido.

Posteriormente os alunos receberam a psicóloga Juliana Sampaio, Coordenadora de Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, que explicou o Pacto de cidades antirracistas do qual Volta Redonda é signatária. Ela fez uma dinâmica na qual os alunos entenderam a importância e o funcionamento do Conselho de Igualdade Racial para propor leis de combate ao racismo.

Para encerrar as atividades, os alunos produziram um jornal e fizeram uma exposição de fotos e vídeos que foram apresentados em um evento na escola (Exposição Pedagógica). A Professora Adelaide Maria Afonso Máximo compareceu ao evento dando seu testemunho sobre a luta do Movimento Negro e, junto ao diretor da escola Márcio Henrique, falaram do período em que ela trabalhara naquela escola e dos projetos que desenvolveram enquanto trabalhavam juntos. Ao final, ela foi homenageada pelos alunos.

Martins e Aloisi (2008) destacam que a proposta pedagógica de Célestin Freinet, ao enfatizar a modernização e a renovação da escola popular, dialoga com a construção de uma educação crítica e participativa, da qual os estudantes são protagonistas de sua aprendizagem. Entre suas técnicas, destaca-se o Jornal Escolar, que se configura como um instrumento essencial para conectar a escola ao contexto sociocultural e histórico da comunidade. Sua implementação, permite que os alunos selecionem temas alinhados ao currículo e à realidade local, promovendo a experimentação, a autonomia e o desenvolvimento do senso crítico. Dessa forma, essa prática não apenas fortalece a expressão e a documentação das vivências escolares, mas também amplia a capacidade dos estudantes de interagir com seu meio e intervir na realidade que os cerca.

A Biblioteca Dagó, do Clube Palmares, também esteve presente na Exposição com suas voluntárias apresentando algumas obras e o projeto de empréstimo de livros à comunidade.

Ao longo das atividades propostas, os alunos passaram por um processo de resignificação da História Local, desenvolvendo um olhar mais crítico sobre as narrativas oficiais e as desigualdades presentes no cotidiano. No início, muitos reproduziam a ideia da democracia racial e desconheciam a relevância do Clube Palmares e do Memorial Zumbi para a história de

Volta Redonda. No entanto, à medida em que se envolviam com as fontes históricas, relatos orais e debates sobre as contranarrativas do povo negro na cidade, começaram a questionar as ausências e silenciamentos na historiografia oficial. Essa conscientização também se refletiu em suas vivências: ao participarem dos jogos estudantis, notaram a ausência de pessoas negras em determinadas equipes, como no dia em que jogaram futebol contra uma escola da rede privada e perceberam que o time adversário era composto exclusivamente por alunos brancos. Da mesma forma, passaram a observar criticamente a segregação espacial da cidade, questionando o fato de que nos bairros periféricos, onde reside a maioria, a população é majoritariamente preta ou parda. Esse processo transformou a percepção deles sobre a história e a sociedade, levando-os a enxergar o racismo não apenas como um conceito teórico, mas como uma realidade concreta que atravessa suas próprias experiências.

Para Moreno *et.al* (2022) é fundamental possibilitar que os alunos reconheçam as narrativas que envolvem suas experiências cotidianas, que contribui para o desenvolvimento de uma postura crítica e autônoma. A integração das histórias locais, muitas vezes marginalizadas, com as narrativas universais, desafia os discursos que buscam manter a uniformidade imposta pelo Estado e pelo colonialismo:

Conhecer e reconhecer os processos que estruturaram a comunidade local pode tornar o estudante capaz de perceber o presente como produto dos conflitos e lutas que aconteceram no seu passado e estabelecer relações de pertencimento a um grupo dentro de uma trajetória coletiva (Moreno, 2022, p. 275).

Esse processo deu aos estudantes a oportunidade de historicizar sua realidade e de se perceberem como agentes históricos capazes de intervir no presente. A História Local, quando abordada no ensino, favorece a identificação dos alunos com sua comunidade e com os conflitos e lutas que formaram o presente, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa e reflexiva sobre sua trajetória coletiva.

A descoberta de espaços de resistência como o Clube Palmares e o Memorial Zumbi, em Volta Redonda, é fundamental para que os alunos possam refletir sobre as mazelas históricas que ainda permeiam a sociedade.

Moitinho e Pina (2020) destacam que ao entrar em contato com a história de seu próprio território, o estudante pode começar a perceber que o passado não é algo distante ou imutável, mas sim uma construção contínua, influenciada por diferentes perspectivas e interesses. Essa

percepção lhe permite questionar o motivo pelo qual certos eventos são enfatizados, enquanto outros são ignorados, ampliando sua compreensão sobre a intencionalidade por trás dos conteúdos históricos apresentados nos materiais escolares. Dessa forma, ele se torna capaz de relacionar os acontecimentos passados com os desafios do presente, compreendendo que a forma como a História é contada impacta diretamente a maneira como a sociedade se entende e se projeta para o futuro:

Poderá aprender ainda que ele próprio é sujeito histórico e que os conhecimentos historicamente acumulados são extremamente importantes para a compreensão do mundo em que vivemos (Moitinho e Pina, 2020, p.2)

Assim, ao investigar a história do Clube e sua relação com a exclusão dos operários negros dos espaços de lazer da cidade, os estudantes puderam perceber que a História Local não é neutra, mas fruto de disputas por memória e reconhecimento. Esse processo crítico permite questionar por quê essas narrativas não são amplamente divulgadas e compreender a importância de se construir novas leituras sobre o passado.

3.4 Desobediência epistêmica e a contranarrativa do Clube Palmares

Quijano (2005) explica o conceito de eurocentrismo em sua teoria da colonialidade do poder. O autor argumenta que a modernidade europeia produziu um modo específico de conhecimento, que se tornou dominante no mundo ao longo do processo colonial. Esse conhecimento, sistematicamente elaborado a partir do século XVII, está vinculado ao capitalismo e à dominação de outras partes do mundo pelos europeus. O eurocentrismo, nesse contexto, não significa todo o conhecimento produzido na Europa, mas sim uma racionalidade específica que se impôs como a única válida, desconsiderando e subalternizando outros modos de conhecer. Isso aconteceu tanto dentro da própria Europa quanto no resto do mundo, especialmente nas regiões colonizadas, como a América Latina:

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa (Quijano, 2005, p.121).

Essa imposição do conhecimento europeu não foi neutra, mas atendeu às necessidades do sistema capitalista colonial/moderno. O autor destaca também que o eurocentrismo não é

apenas um viés cultural, mas uma estrutura de poder que legitima a dominação colonial e capitalista. Com isso, ele propõe que façamos uma análise sobre como essa lógica impactou a América Latina, sem limitar sua discussão apenas a essa região, já que a colonialidade do poder é um fenômeno global.

Sua ideia de colonialidade de poder e eurocentrismo dialoga diretamente com sua proposta de apresentar a História do Clube Palmares, pois a narrativa Histórica Oficial de Volta Redonda, assim como em outras partes da América Latina, foi moldada por essa racionalidade eurocêntrica, que marginaliza ou invisibiliza experiências negras e populares.

O Clube Palmares representa uma contranarrativa dentro desse processo, pois sua fundação e existência desafiaram a lógica colonial/moderna que excluiu a população negra de uma participação plena na cidade. Uma vez que os clubes tradicionais de Volta Redonda seguissem um padrão excludente, reforçando estruturas raciais herdadas do colonialismo, o Palmares despontou como um espaço de resistência, no qual o pertencimento e a memória da população negra na cidade foram ressignificados. Assim, ao trazer a História do Clube Palmares para o centro dessa reflexão, sua proposta desafia essa hegemonia eurocêntrica no ensino de história, em vez de reproduzir apenas as narrativas dominantes sobre o desenvolvimento de Volta Redonda, que priorizam a industrialização e a CSN. Esta abordagem permite evidenciar como a população negra construiu espaços próprios de sociabilidade e luta, resgatando um conhecimento que foi sistematicamente silenciado pela colonialidade do poder.

Walter D. Mignolo (2009), em sua proposta de desobediência epistêmica, sugere uma ruptura com o paradigma epistemológico eurocêntrico predominante, defendendo a valorização de saberes locais. Para Mignolo, a prática da desobediência epistêmica é fundamental no processo de decolonização do conhecimento, pois abre espaço para o surgimento de novas perspectivas que desafiem a hegemonia da razão ocidental. Ele enfatiza a importância de questionar as estruturas de poder que sustentam o conhecimento, destacando a necessidade de reconhecer e valorizar as epistemologias que têm sido marginalizadas. Essa abordagem visa construir um pensamento autônomo e plural, que considere e integre os diversos saberes presentes nas diferentes culturas e contextos históricos. A desobediência epistêmica, assim proposta, oferece uma liberdade decolonial que vai além das restrições impostas pelo colonialismo intelectual. Com ela, é possível criar um conhecimento mais inclusivo e representativo, que reconhece a diversidade de perspectivas e experiências humanas.

Em síntese, a desobediência epistêmica, segundo Mignolo (2009) propõe uma reflexão crítica sobre as fontes e as estruturas do conhecimento a fim de impulsionar a construção de um pensamento livre das limitações do colonialismo:

A decolonialidade requer desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiriço é por definição pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a auto-narrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade (Mignolo, 2017, p.30).

O pensamento fronteiriço, como enfatiza Walter Mignolo, opera na exterioridade dessa lógica, posicionando-se às margens do sistema para questioná-lo a partir das experiências e conhecimentos negados pela modernidade. Ele reconhece que a colonialidade não apenas oprime corpos, mas também epistemes, e propõe um deslocamento radical na forma de pensar e produzir conhecimento. A desobediência epistêmica, nesse sentido, é um ato de insurgência contra essa hegemonia que reconhece a emergência de outras narrativas e formas de saber, que escapam à lógica eurocêntrica e colonial.

Esta concepção apresentada por Walter Mignolo conecta-se com a história do Clube Palmares de Volta Redonda de uma maneira profunda, especialmente em relação à resistência contra as narrativas oficiais e hegemônicas sobre a história do Brasil e do povo negro.

Ela pode ser vista como uma forma de desafiar as estruturas de poder que moldam a produção do conhecimento e da história, algo que o Clube Palmares também faz ao preservar e valorizar a memória e a cultura negra em um ambiente marcado pela exclusão e pela marginalização. A História do Clube, portanto, reflete essa resistência ao poder colonial e à imposição de uma história oficial que, muitas vezes, apaga ou distorce as experiências dos negros

Ao adotar práticas de memória e construção de conhecimento alternativo, o Clube Palmares atua como um exemplo prático de como a desobediência epistêmica se manifesta no local, resistindo à hegemonia da narrativa oficial e criando espaços de valorização da História Negra. Esse movimento se alinha com a proposta de Mignolo de fomentar uma epistemologia que respeite a autonomia do povo negro para que construam uma narrativa de sua história e de sua identidade.

As habilidades propostas para o 9º ano do Ensino Fundamental (identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade pós-abolição -EF09HI03- e discutir a importância da

participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil - EF09HI04) encontram no Clube Palmares um exemplo concreto de resistência e protagonismo negro. O Clube exemplifica como a população negra construiu seus próprios espaços de sociabilidade e luta, desafiando as estruturas de poder eurocêntricas e contribuindo para a formação da sociedade brasileira. Além disso, ao analisar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e suas contradições (EF09HI05), observa-se que, apesar do crescimento urbano e da industrialização, espaços como o Clube Palmares evidenciam as desigualdades e a segregação espacial que afetam a população negra. O Clube, portanto, serve como um ponto de reflexão sobre os impactos desses processos na região e na comunidade (BNCC, 2017, p.426-427).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) destacam a importância de afirmar identidades historicamente negadas, romper com imagens negativas e promover o acesso à diversidade cultural brasileira. Nesse contexto, o Clube Palmares reflete um espaço essencial para a construir e fortalecer essas identidades. Ao oferecer um ponto de resistência e acolhimento, o Clube contribui para a ressignificação da História Local, proporcionando um ambiente no qual as memórias e as experiências da comunidade negra, muitas vezes marginalizadas, possam ser compartilhadas e valorizadas. As diretrizes curriculares reforçam importância da existência de espaços como o clube Palmares, que revela as contranarrativas fundamentais no processo educativo na promoção da igualdade racial e do combate à distorção histórica imposta pela narrativa oficial.

A Lei 10.639/03 é um marco na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, buscando romper com a colonialidade do poder descrita por Aníbal Quijano, bem como desafiar a hegemonia eurocêntrica que historicamente silenciou as contribuições da população negra. Ao integrar a história do Clube Palmares de Volta Redonda no processo de ensino, essa legislação possibilita a valorização das experiências negras como parte fundamental da História Local e subverte a lógica excludente que prioriza narrativas dominantes sobre a industrialização e o progresso em Volta Redonda. A desobediência epistêmica proposta por Walter Mignolo, nesse contexto, se manifesta quando resgatamos e legitimamos saberes e memórias marginalizadas, permitindo que espaços como o Clube Palmares sejam reconhecidos não apenas como locais de resistência, mas como parte essencial da construção histórica da cidade.

Em suma, a história do Clube Palmares de Volta Redonda oferece uma rica contranarrativa que desafia as estruturas de poder eurocêntricas, alinhando-se às propostas de Quijano e Mignolo para valorizar saberes e histórias marginalizadas e se conectar diretamente às habilidades educacionais que se propõem a compreender e valorizar a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volta Redonda necessitava de um “chá de revelação da raça(...)”²⁰

O desenvolvimento desta pesquisa, centrada na História Local de Volta Redonda, com ênfase na apresentação das contranarrativas da população negra, oferece uma oportunidade para repensar o ensino de História, alinhado às demandas por uma educação antirracista. O trabalho se baseia em uma perspectiva decolonial que visa desafiar a História Oficial, muitas vezes construída a partir de uma visão eurocêntrica e excludente, e propor novas formas de narrar e ensinar o passado, tendo por base as experiências e memórias de grupos historicamente marginalizados.

A utilização de espaços de memória e resistência, como o Clube Palmares e o Memorial Zumbi, em Volta Redonda, como fontes para a reconstrução da História Local, é fundamental para resgatar as narrativas que foram silenciadas ao longo do tempo. Esses espaços não só representam a resistência da população negra local, mas também funcionam como espaços pedagógicos vivos, nos quais as contranarrativas podem ser compartilhadas e disseminadas, tanto entre os estudantes quanto na comunidade em geral.

A epígrafe *Volta Redonda necessitava de um chá revelação da raça*, da professora Adelaide Maria Afonso Máximo, fundadora do Movimento de Conscientização do Negro de Volta Redonda, ecoa a urgência de resgatar e valorizar a história do povo negro na cidade. Esta reflexão, além de ressoar como uma crítica à invisibilidade histórica imposta, foi entendida como um guia para a presente pesquisa, que busca explorar e ressaltar as contranarrativas e memórias apagadas pela narrativa oficial. A professora Adelaide, cuja trajetória foi homenageada em nossa Exposição Pedagógica, contribuiu de forma significativa para o reconhecimento das experiências e histórias que compõem a identidade do povo negro em Volta Redonda.

A proposta pedagógica desenvolvida ao longo desta pesquisa, com a aplicação de uma sequência didática que integra atividades dinâmicas, uso de tecnologias e visitas a esses espaços de memória, se alinha com as ideias de Paulo Freire (1992-2019) e Achille Mbembe (2014) que valorizam a aprendizagem dialógica e emancipatória. A sequência didática, centrada na

²⁰ A sentença utilizada no título é de Adelaide Maria Afonso Máximo, professora da rede pública, militante do movimento negro e fundadora do Movimento de Conscientização do Negro de Volta Redonda. A professora soltou esta sentença durante sua participação no curso antirracista do Clube Palmares. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cha-de-revelacao-da-raca-clube-palmares-e-a-agencia-negra-em-volta-redonda/>

valorização das histórias locais e na promoção do pensamento crítico, possibilitou a construção de um ambiente educacional que incentiva os alunos a questionarem as narrativas dominantes e a refletirem sobre as relações de poder presentes na História e na sociedade atual.

Além das contranarrativas da população negra em Volta Redonda, é fundamental destacar o papel das mulheres no Clube Palmares e sua contribuição para a luta antirracista e pela democratização dos espaços de debate na cidade. A trajetória de Maria Eunice Santos Dias, que chegou ao Clube e se tornou uma de suas lideranças, por ter sido presidenta, exemplifica essa participação ativa. Seu relato evidencia como o espaço do Clube não só acolheu, mas também fortaleceu sua consciência política e racial, permitindo que desenvolvesse sua voz e se posicionasse contra as violências simbólicas e estruturais enfrentadas por mulheres negras. Sua recusa a ocupar um papel de servidão e sua reivindicação do direito à palavra ilustram como as mulheres negras, dentro do Clube Palmares, desafiaram papéis historicamente impostos, ressignificando sua presença na história da cidade. Nesse sentido, uma proposta relevante para futuras pesquisas e ações seria aprofundar o estudo da atuação das mulheres no Clube, documentando suas trajetórias e promovendo atividades pedagógicas que enfatizem sua liderança e resistência.

Destacamos também a relevância da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades do projeto. A integração desses alunos nas atividades da sequência didática, como a composição de grupos, o acompanhamento de ilustrações e vídeos, bem como a participação ativa nas aulas-passeio mostrou-se fundamental para a construção de uma prática pedagógica que respeita e valoriza as diferentes formas de aprendizagem e expressão.

A Exposição Pedagógica, ponto de culminância do trabalho, não só se consolidou como uma forma de compartilhar com a comunidade os conhecimentos e reflexões produzidos pelos alunos, mas também representou um espaço de valorização da memória e da identidade histórica da comunidade negra de Volta Redonda. A produção de um jornal, de mural, assim como a apresentação da "Biblioteca Comunitária Dagó", feita por voluntárias do Clube, contribuíram para fortalecer a presença dessas contranarrativas no espaço escolar e reforçar a importância de preservar e divulgar as histórias locais, promovendo compreensão mais ampla e o reconhecimento das trajetórias de resistência da população negra na cidade.

Em síntese, o trabalho desenvolvido foi fundamental para proporcionar aos alunos uma compreensão mais ampla da História Local, enriquecida pelas memórias e experiências dos

grupos marginalizados, e para fomentar um ensino de História transformador. Ao integrar a história do povo negro à narrativa local, ao promover a reflexão crítica sobre a história oficial e ao valorizar os espaços de memória e resistência, a pesquisa pode contribuir para a construção de uma educação que, além de formar cidadãos mais conscientes, também atua na construção de um futuro mais justo.

A pesquisa desenvolvida sobre a História Local de Volta Redonda, com ênfase nas contranarrativas da população negra, abre portas para uma série de possíveis continuidades e aprofundamentos. A partir do que foi apresentado, destacam-se algumas sugestões para futuras investigações e ações que podem ser implementadas na cidade, tanto no âmbito educacional quanto no social, visando aprofundar o processo de resgate das memórias marginalizadas e fortalecer a luta contra o racismo. Uma das principais direções para futuras pesquisas pode ser a ampliação do estudo das trajetórias de outros espaços de memória e resistência que, assim como o Clube Palmares e o Memorial Zumbi, desempenham um papel fundamental na preservação da identidade histórica da população negra de Volta Redonda. Investigar como esses espaços funcionam como núcleos de resistência e como podem ser, ainda mais, incorporados ao currículo escolar. Isso representaria uma contribuição significativa para a educação antirracista.

Além disso, seria relevante dar continuidade ao desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras, como a que foi proposta na sequência didática desta dissertação. Investigar de que forma a História Local, com foco nas contranarrativas e na valorização das identidades negras, pode ser expandida para envolver outras comunidades marginalizadas, como os povos indígenas e as populações periféricas da cidade, seria um passo importante para promover uma educação mais representativa.

Por fim, a implementação de ações voltadas para a preservação e divulgação das histórias locais, como a expansão do projeto “Biblioteca Comunitária Dagó”, pode ser um modelo para outras iniciativas que visem construir um ambiente mais participativo. A continuidade dessas ações reforça a importância de dar visibilidade às trajetórias de resistência, especialmente aquelas que falam da luta contra o racismo e contribuem para o fortalecimento da identidade histórica e cultural da comunidade negra de local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Marta Regina; FERREIRA, Fabiana Marques; OLIVEIRA, Robson da Silva. ***Da resistência à ressurgência***: a história do povo indígena Puri na resistência e manutenção de sua cultura. 2018. Disponível em: [RE_1077_1210_02.pdf](https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/53422). Acesso em: 12/02/2025.

ALVES, Vitor João Ramos. **Memórias subterrâneas como patrimônio-territorial no Vale do Médio Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, Brasil**. *PatryTer*, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 01–23, 2024. DOI: 10.26512/patryter.v7i14.53422. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/53422> Acesso em: 14/02/2025.

ANTONACCI, M. A. Written logic, oral logic: cultural inter-location. **Resistances. Journal of the Philosophy of History**, v. 3, n. 5, p. e21082, 4 jun. 2022.

ARAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio de e PRAXEDES, Gutemberg de Castro. **A aula passeio da pedagogia de Célestin Freinet como possibilidade de espaço não formal de educação**. *Ensino Em Re-Vista*, v.20, n.1, p.243-250, jan. /jun. 2013.

ASSIS, Jessica Lopes de. **O associativismo negro no Vale do Paraíba – Clube Palmares de Volta Redonda (1940-1970)** – Disponível em : Repositório Institucional - UFJF: O associativismo negro no Vale do Paraíba - o Clube Palmares de Volta Redonda (1940 - 1970). Acesso em 05/10/2024.

BARBOSA, Lázaro de Souza, GOMES, Pedro Alberto Cruz de Souza. **“O mundo se despedaça” na sala de aula**: contra narrativas, olhares por dentro e o ensino de história (da África) e literatura. *Periferia*, vol. 10, núm. 1, pp. 140-158, 2018.

BEDÊ, Waldyr Amaral. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)**. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2 eds. – São Paulo: Cortez: 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 28/01/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações](https://educacao.brasilia.gov.br/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana)

[Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep](#) Acesso em: 11/01/ 2025.

CALBARI, Atonia. **Familismo e Ética do Trabalho**: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. Dossiê: Travessia: Migrações. Rev. Bras. Hist. 17 (34). 1997.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. A branquitude acadêmica: volume 2/ 1ed. – Curitiba. Appris,2020 p.91.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAVALCANTI, E. **História e História local**: desafios, limites e possibilidades. Revista História Hoje, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 272–292, 2018.

COSTA. Alkindar. **VOLTA REDONDA**: ontem e hoje. Visão histórica e estática, por Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Lux, 1978.

DOMINGUES, Petrônio. **Clubes negros no Brasil**: puzzle de um campo emergente. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 15, p. 1–22, 2023.

DONNER, Sandra Cristina. **História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O Histórico das produções no Brasil**. Disponível em: 1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em:12/08/24. 2012.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed., 4. Reimpr. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um lugar na escola para a História Local**. Ensino em Revista ,4 (1): 43-51, jan./dez.1995.

FILHO, Adonias. **Volta Redonda, o processo brasileiro de mudança**. “Grandes Temas Nacionais” Agência Jornalística Image LTDA. Gráfica Lux. Rio de Janeiro 1972. P.12.

FONTES, Ângela Maria Mesquita Fontes e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Volta Redonda**: história de uma cidade ou de uma usina? Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan./dez. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAMA, Maria Cecília Fontainha de Almeida. **Savio Gama**: fotos que contam a sua história – Volta Redonda: FOA, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: 3 Ed. Editora FGV. 2005.

GOMEZ, Wiliam Fernando. **Volta Redonda**: a cidade privatizada, conflitos e contradições urbanas. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2010.

GONÇALVES, Nadia. GURBAN, Ana Cláudia **Ensino de História**: contribuições a partir da história local – Urban (org.). 1ed – Curitiba: Appris,2023.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância.** In: MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlette Medeiros,

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Zahar, 2020.

HAAG, Carlos. **Uma cidade feita de suor e aço.** A Companhia Siderúrgica Nacional foi o teste inicial do desenvolvimentismo. Edição 180.fev.2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Soeli Regina. **Capital transnacional, *company town* e a produção do espaço urbano.** Caminhos da Geografia - revista online. Disponível em: admin,+RCG-2007-486.pdf. Acesso em 31/08/2024. 2007.

LOPES, Michel Couto. **Da parte que nos cabe neste latifúndio: a dimensão fundiária da privatização da companhia siderúrgica nacional e a luta pelo direito à cidade em Volta Redonda-RJ.** Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: MauadX: FAPERJ, 2007. p.175.

MARTINS, Carlos Adriano e ALOISI, Mariana. **As técnicas pedagógicas de Célestin Freinet: um estudo de caso com o “jornal escolar”.** Disponível em: arq-MARTINS-C-as-tecnicas-pedagogicas-de-celestin-freinet.pdf. Disponível em: <http://www.jornalescolar.org.br/securefiles/arq-MARTINS-C-as-tecnicas-pedagogicas-de-celestin-freinet.pdf> Acesso em: 16/06/25.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Tradução de Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MENDONÇA, Ana Otero de Oliveira. **Aproximação entre Paulo Freire e Aníbal Quijano: por uma Educação crítica e de (s) colonial.** Revista Latino-Americana de Estudos Científicos V. 02, N.10 jul./ago. 2021;

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Revista Gragoatá, n. 22, p. 11-41, 1º sem. 2007.

MOITINHO, Helena Rosa e PINA, Maria Cristina Dantas. **História local como estratégia para ressignificar o ensino de História.** Disponível em: 1603414206_ARQUIVO_5d320e3af9e3cfed1c141f0b977bb357.pdf. 2020. https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eeh2020/1603414206_ARQUIVO_5d320e3af9e3cfed1c141f0b977bb357.pdf

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN um sonho feito de aço e ousadia.** Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo, construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968).** 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Disponível em: A ferro e fogo - construção e crise da família

siderúrgica: o caso de Volta Redonda, 1941-1968 - Centro de Memória do Sul Fluminense (uff.br). Acesso em: 24/08/2024.

MORENO, Jean Carlos; LIMA, Adilson Carlos; BUENO, Mariane de Melo. **Histórias locais, memórias e identificações:** trabalhadores no ensino escolar de História. Revista História Hoje, v. 11, nº 22, p. 273-292, 2022.

MOUJÁN, Inés F., CARVALHO, Elson S. Silva, JÚNIOR, Dornival V.R. (org.). **Pedagogias de (s) coloniais, Saberes e Fazeres.** Goiânia. Disponível em:

MULLER, Tânia M.P; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude, Estudos sobre a identidade branca no Brasil.** 1.ed. – Curitiba: Appris, 2017. p.21.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo:** documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Camila Ferreira Pureza de. **A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL.** 1480-Texto do artigo-5369-1-10-. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1480>

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Lazer no preto e branco:** história de integração do negro pelo lazer e animação sociocultural voluntária no clube Palmares em Volta Redonda– RJ. Maringá, 2011. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2256>

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Querido estudante negro.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRESTES, Anita Leocadia. **O historiador perante a história oficial.** Disponível em: Vista do O historiador perante a história oficial (ufba.br). Acesso em: 16/09/2024.

QUIJANO, Aníbal. **Bien Vivir: Entre el 'Desarrollo' y la 'Des/Colonialidad' del Poder'.** En: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires : CLACSO, 2014. ISBN 978-987-722-018-6. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507045047/eje3-10.pdf> Acesso em: 15/02/2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Disponível em: 12_Quijano.pdf (clacso.edu.ar). Acesso em: 22/09/2024

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira** Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

REZNIK, Luís. **História local: pesquisa, ensino e narrativa.** Disponível em: https://www.institutocidadeviva.org.br/historiasdomedioparaiba/cms/wp-content/uploads/2008/11/historia_local_reznik.pdf . Acesso em: 19/01/2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; justificando. (Coleção Feminismos Plurais). 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino da História Local e os desafios da formação da consciência Histórica.** MONTEIRO, Ana Maria F.C, GASPARELLO, Arlette Medeiros, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). Trabalhos apresentados no V Encontro Nacional

Perspectiva de Ensino de História, Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas, realizado no Rio de Janeiro, de 26 a 29 de julho de 2004. Editora Mauad- RJ.p.187. 2004.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o branco e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana/ São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na intimidade. Disponível em: [schwarcz-lilia-mortiz-nem-preto-nem-branco-muito-pelo-contrario3a1rio.pdf](https://www.schwarcz-lilia-mortiz-nem-preto-nem-branco-muito-pelo-contrario3a1rio.pdf) (wordpress.com). Acesso em: 02/10/2024.

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “peões” na Cidade do Aço**: experiências urbanas e fabris da classe trabalhadora em Volta Redonda - RJ (1974-1984) Disponível em: “Arigós” e “peões” na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris da classe trabalhadora em Volta Redonda - RJ (1974-1984) (ufrj.br).

SILVA, Leonardo Ângelo. (2016). **A classe trabalhadora tem cor**: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987). Novos Rumos Sociológicos. 4. 36. 10.15210/norus. V. 4i5. 2016.

SILVA, Leonardo Ângelo (2023). **Chá de revelação da raça**: Clube Palmares e a agência negra em Volta Redonda. Disponível em : “Chá de revelação da raça”: Clube Palmares e a agência negra em Volta Redonda - Geledés. Acesso em: 20/02/2025

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Uma cidade em preto e branco**: relações raciais, trabalho e desenvolvimentismo em volta Redonda (1946-1988) 1.ed. – Curitiba: Appris, 2022.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua**: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979). 2019. 231 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. p.41.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SUKOW, Nikita Mary. **Um balanço teórico da história Local**: Historiografia e Ensino de história. In: GONÇALVES, Nádia G., Uraniana Cláudia (org.). Ensino de História: contribuições a partir da História Local. 1ed. Curitiba: Appris, 2023.

Uma cidade feita de suor e aço: Revista Pesquisa Fapesp (*company town*). fevereiro de 2011 PESQUISA FAPESP. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/05/082-087-180.pdf> Acesso em: 28/01/2025.

VOLTA REONDA. **Proposta Curricular de História do Ensino Fundamental da rede Municipal de Volta Redonda**. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana%20Maria/Downloads/proposta%20curricular%20-história%20-%20ef%20%20-2022%20\(1\)%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Ana%20Maria/Downloads/proposta%20curricular%20-história%20-%20ef%20%20-2022%20(1)%20(4).pdf) .Acesso em: 11/01/2025.

VÍDEO

BEDÊ, Pablo Marins. **A curva do Rio** [2011]. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxyEPMohhzg> Acesso em: 11/ 01/2025.

THOMPSON, Clímaco. **Palmares: o povo negro pode dançar**. [2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AxKGlm3Yqhs> Acesso em: 18/01/2025.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Sequência Didática



Clube Palmares, Decolonizando o Ensino da História Local:

*Repensando o Desenvolvimentismo (embranquecedor) em
Volta Redonda*

Introdução

Apresentação

O material a seguir foi elaborado com o propósito de problematizar a História Oficial de Volta Redonda. A narrativa oficial da cidade, frequentemente pautada por uma perspectiva hegemônica tornou invisíveis as experiências e contribuições da população negra, ignorando a pluralidade de vozes que compõem sua História. Para evidenciar uma contranarrativa, construímos uma sequência didática utilizando vídeos, *Podcasts* e publicações sobre a história da fundação da CSN, evento que determinou a emancipação da cidade e conduziu as dinâmicas sociais e econômicas locais, e sobre o Clube Palmares, espaço de resistência e afirmação da identidade negra de Volta Redonda. Por meio desse material audiovisual, os estudantes foram convidados a refletir sobre a história da cidade a partir de uma perspectiva que valoriza as experiências e lutas da população negra, a fim de resgatar memórias que desafiam o apagamento histórico imposto pelas narrativas dominantes.

Desenvolvida e aplicada no ano de 2024, essa sequência didática buscou contribuir para o ensino da História Local, enriquecendo as discussões em sala de aula e ampliando as referências dos estudantes sobre o passado e o presente de Volta Redonda. Ao incorporar a perspectiva do Clube Palmares, o material não apenas questiona as ausências da História Oficial, mas também propõe um ensino de História mais crítico, dialógico e comprometido com a justiça social.

Sequência didática

Uma sequência didática é uma estratégia pedagógica eficaz porque organiza o ensino em etapas progressivas e facilita a construção do conhecimento de maneira estruturada e significativa. Além de promover a participação ativa dos alunos, sua flexibilidade permite adaptações que tornam o aprendizado mais acessível a todos. No caso de alunos com necessidades educacionais especiais, as atividades dinâmicas favorecem a inclusão ao oferecer diferentes formas de interação.

Na prática, essa abordagem possibilitou que todos os alunos participassem ativamente, mesmo aqueles que não se comunicam verbalmente, pois foram integrados pelos colegas em momentos como a formação de grupos, o acompanhamento de ilustrações e a exibição dos vídeos. Como desdobramento da sequência didática, foi realizada uma aula-passeio ao Clube Palmares, onde os alunos puderam ouvir relatos presenciais sobre a história do Clube e de seu papel na idealização do Memorial Zumbi. Nesses espaços, que para muitos era desconhecido, os alunos foram apresentados a diferentes atividades culturais. Esse momento proporcionou uma vivência enriquecedora e significativa e permitiu que o processo de aprendizagem ultrapassasse os limites da sala de aula. Os alunos com necessidades educacionais especiais, acompanhados de seus cuidadores, participaram plenamente dessa experiência, fato que evidenciou a importância de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem diferentes formas de aprendizagem e interação. Cabe lembrar que, após a apresentação do projeto e de sua proposta em conformidade com o currículo da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação viabilizou o transporte para o evento.

A quem se destina	As atividades propostas foram elaboradas para alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, entretanto o material audiovisual utilizado na sequência didática pode ser adaptado para a primeira etapa do Ensino Fundamental, especialmente no estudo da História da cidade. Essa adaptação pode ocorrer por meio da simplificação da linguagem e do uso de uma narração mais acessível. Outra possibilidade é complementar o material com histórias contadas por moradores locais ou dramatizações, tornando o aprendizado mais próximo da realidade dos alunos e fortalecendo sua conexão com a própria comunidade.
Estrutura da atividade	A sequência está organizada em seis aulas de cinquenta minutos equivalente a duas semanas. Tempo necessário para consolidar os objetivos propostos e organizar a aula passeio para os espaços de memória e resistência evidenciados neste trabalho. As atividades são organizadas de maneira que uma aula se conecte a outra, conforme seu objetivo, mas podem ser adaptadas de acordo com o tempo que o professor tem disponível. Além do <i>link</i>, os textos são acompanhados de <i>QRcode</i>, caso o professor queira utilizar a tecnologia como ferramenta facilitadora das atividades e driblar possíveis dificuldades quanto à reprodução de cópias ou ao espaço específico para a exibição dos vídeos e dos <i>Podcasts</i>. A partir da Lei N.º 15.100 de janeiro de 2025 o uso do celular passou a se restringir às atividades pedagógicas. Acredito que esta atividade, por necessitar do acompanhamento constante do professor, poderá ser um meio de conscientizar os alunos quanto ao uso da tecnologia como ferramenta pedagógica. Caso seja necessário, os textos encontram-se anexados no final deste trabalho. A conclusão de todo o trabalho foi feita na Exposição Pedagógica da escola, para qual os alunos produziram um jornal com registros do processo de desenvolvimento da atividade e com imagens de todas as atividades desenvolvidas. Elaboraram também um mural com as fotos da aula-passeio, convidaram membros do Clube Palmares para apresentarem a <i>Biblioteca Comunitária Dagó</i> à comunidade escolar e local. Além de toda a produção da turma, os visitantes do evento foram convidados a conhecer uma das homenageadas pelo trabalho, a ex-professora da Escola Municipal Dr. João Paulo Pio de Abreu e militante do Movimento Negro, professora Adelaide Maria Afonso Máximo.

O Desenvolvimentismo embranquecedor Em Volta Redonda

Aula 1 Modernização e progresso

Objetivo

Fazer um diagnóstico da compreensão dos alunos quanto aos objetos de conhecimento trabalhados a fim de identificar possíveis questões a serem revisadas.

Desenvolvimento

As atividades a seguir foram desenvolvidas após a introdução do tema, através de uma aula expositiva, baseando-se em um texto do livro didático que abordava os seguintes objetos de conhecimento:

- I. O período varguista e suas contradições;
- II. A emergência da vida urbana e a segregação espacial;
- III. O trabalhismo e seu protagonismo.

1. **Tempestade de ideias** – tempo previsto 13 min.
 - a. Pedir aos alunos que definam o significado de “desenvolvimento” para uma cidade;
 - b. Registrar as palavras-chave no quadro branco ou em cartaz que deverá ser afixado em lugar visível;

2. **Exibição de trechos do documentário:** A curva do rio – tempo previsto 7 min.

Disponível em: <https://youtu.be/qxyEPMohhzg>

- a. Primeiro trecho: antecedentes à industrialização, primeiras migrações, *company town* – do 00min. ao 2min. 45s.
- b. Desenvolvimento, progresso, violência – do 3min. 32s ao 3min.20s.

3. **Leitura compartilhada do texto:** Discurso do Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional: Guilherme Guinle – tempo previsto 5 min.

Disponível em: [Discurso-do-Presidente-da-Comissão-Executiva-do-Plano-Siderúrgico-Nacional.pdf](#)

- 3.1. Questões para refletir – dividir a turma em 3 equipes – tempo previsto 10 min. para discutir em equipe e 5 min. para que um orador da equipe, ou toda a equipe, apresente suas conclusões

- a. Como a ideia de progresso apresentada no documentário e no discurso de Guilherme Guinle se relaciona com o conceito de Desenvolvimentismo adotado durante a Era Vargas?
- b. De que forma a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda simbolizou a visão de progresso do governo Vargas?
- c. Quais foram os impactos sociais desse modelo de desenvolvimento naquele período.



<https://qr.me-qr.com/pjuDGfnF>

Aula 2
Modernização, progresso e exclusão

O Desenvolvementismo embranquecedor em Volta Redonda

Objetivo	Aprofundar e identificar questões sociais, políticas e econômicas da cidade a partir da industrialização que evidenciem o desenvolvimento desigual da cidade.
Desenvolvimento	1. Exibição de trechos do documentário: A curva do rio – tempo previsto 8min. Disponível em: https://youtu.be/qxyEPMohhzg a. Segregação espacial – do 2min 48s ao 3min 29s; b. Elite econômica local e ocupação dos espaços de poder político – do 5min. 22s ao 10min. 20s. 2. A turma deverá refletir sobre as seguintes questões – tempo previsto 14 min. para cada questão. a. O documentário apresenta o projeto de cidades operárias baseadas no modelo norte-americano chamado <i>company town</i>. Em que diverge esse projeto com os relatos da Senhora Maria Mendes e do Senhor Nelson Mendes? b. <i>“A produção do ferro e do aço em larga escala é um índice seguro do progresso e desenvolvimento econômico das nações. Por isso que nos transportes terrestres, marítimos, aéreos, nas construções civis, na fabricação do maquinismo industrial e agrícola, nos instrumentos científicos e acima de tudo na segurança e defesa nacional, o ferro e o aço são matérias primas imprescindíveis. Essa produção concorrerá decisivamente para a nossa emancipação econômica, o Brasil fundará sua indústria pesada, perderá a fisionomia de país semicolonial, de simples exportador de produtos agrícolas, para entrar no rol das grandes nações indústrias cuja estrutura econômica se alicerça em largas bases na produção do ferro e do aço. Foi a este problema fundamental para o Brasil que o governo do eminente Presidente Doutor Getúlio Vargas deu cabal solução”.</i> (trecho do discurso do Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Guilherme Guinle). c. Relacionando os trechos do documentário “A curva do Rio” e o trecho do discurso do Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, relate as transformações econômicas e sociais causadas por esta mudança.

- d. *“O governo deixa a todos os brasileiros, dos pequenos ao grande recurso, a participação de espírito de colaboração de lutar e o empenho de resolvermos por nós mesmos esse problema fundamental para o progresso e prosperidade do Brasil. Estou certo de que não faltaremos a esse dever que se impõe a cada um de nós, de contribuir para forjar a estrutura de um Brasil mais forte e mais próspero.”* (trecho do discurso de do Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Guilherme Guinle). Relacionando os trechos do documentário “A curva do Rio” e trecho do discurso do Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, identifique os grupos sociais beneficiados por esses avanços e quais enfrentaram maiores desafios ou exclusões?



<https://qr.me-qr.com/Y24hwnQs>

O Desenvolvimentismo embranquecedor em Volta Redonda

Aula 3 Modernização, progresso, exclusão e violência

Objetivo

Aprofundar e identificar questões sociais, políticas e econômicas da cidade a partir da industrialização que evidenciem seu desenvolvimento.

Desenvolvimento

1. **Exibição de trechos do documentário:** A curva do rio – tempo previsto 5 min.

Disponível em: <https://youtu.be/qxyEPMohhzg>

- a. Contradições quanto ao discurso Desenvolvimentista – do 5min 25s ao 5 min. 50s;
- b. Desenvolvimentismo e exclusão – do 6min. 5s ao 6min. 45s.

2. **Distribuir para toda a turma o texto com depoimentos dos trabalhadores do período da implantação da CSN.**

- a. Alertar que o texto foi extraído em inteiro teor de uma pesquisa acadêmica, portanto apresenta grafia de algumas palavras que sofreram alteração devido às normas atuais;
- b. Pedir que façam a leitura e destaquem palavras que desconhecem o significado, tentem identificar de acordo com o contexto e em seguida apresentem a definição.

3. **Fazer leitura compartilhada dos depoimentos presentes no texto** – tempo previsto 10 min.

4. **Pedir aos alunos que compartilhem suas observações sobre as contradições entre o depoimento da Senhora Maria Mendes, os depoimentos extraídos da pesquisa de Regina Morel, “A ferro e fogo: construção e crise da ‘família siderúrgica’: o caso de Volta redonda (1941-1968)”, e dos trechos do documentário que relata as condições de vida dos trabalhadores que vieram construir “A cidade do Aço”** – tempo previsto 35 min.



<https://qr.me-qr.com/Y24hwnQs>

Espaços de Resistência e Novas Perspectivas Históricas em Volta Redonda

Aula 4 Clube Palmares: uma contranarrativa à História Oficial de Volta Redonda

Objetivo

Compreender o papel do Clube Palmares como uma contranarrativa da história oficial, destacando a contribuição da ex-presidenta Nice Nazário e a importância da mulher negra na construção dessas narrativas, para promover uma reflexão crítica sobre a memória, a resistência e o protagonismo negro em Volta Redonda.

Desenvolvimento

- 3. Exibição de trechos do documentário:** Palmares, o povo Negro pode dançar – tempo previsto 12min.

Disponível em: <https://youtu.be/AxKGlm3Yqhs>

- a. Trecho do 0min ao 5min 01s;
- b. Trecho do 5min. 02s ao 12min. 26s.

- 4. Desenvolvimentismo:**

- a. Pelo que vimos até aqui sobre a fundação da CSN como grande marco da industrialização brasileira e seus reflexos na cidade de Volta Redonda, podemos inferir que a afirmação do narrador nos primeiros minutos do documentário reflete a realidade?

Getúlio Vargas cuida do lar do trabalhador brasileiro. Aqui o vemos inaugurando as primeiras casas de uma série planejou para todo o território nacional, como habitação condigna dos obreiros da grandeza do Brasil.

- 5. Evidenciando a racialização e silenciamentos sobre História Local:**

a turma deverá refletir e compartilhar suas observações sobre as seguintes questões – tempo previsto 38 min.

- a. “Em uma cidade que foi pensada para o trabalho com bairros divididos de acordo com os cargos; quem de fato poderia se divertir em Volta Redonda?” Após repetir a afirmação levantada pelo documentário o professor deve apresentar as seguintes interrogações e debater junto à turma.
- b. O que é relatado sobre os clubes locais do período?
- c. Por que a ideia de fundar o Clube Palmares rapidamente ganhou grande adesão?
- d. Por que o Senhor João Laureano e a Professora Maria da Glória foram acusados de racismo ao reivindicarem à CSN um terreno para a construção de um clube?

Espaços de Resistência e Novas Perspectivas Históricas em Volta Redonda

Aula 5 *O silêncio rompido por Nice*

Objetivo

Compreender o papel do Clube Palmares como uma contranarrativa da história oficial, destacando a contribuição da ex-presidenta Nice Nazário e a importância da mulher negra na construção dessas narrativas, para promover uma reflexão crítica sobre a memória, a resistência e o protagonismo negro em Volta Redonda.

Desenvolvimento

1. **Exibição de trechos do documentário:** Palmares, o povo Negro pode dançar – tempo previsto 6min.

Disponível em: <https://youtu.be/qxyEPMohhgzg>

- a. Trecho do 12min. 20s ao 17min. 26s.

2. **Apresentação de um contranarrativa à História Local** – tempo previsto 10 min.

- a. Junto à turma debater questões abordadas pelo entrevistado Carlos Aberto Medeiros, intelectual e militante do Movimento Negro, no final do documentário:
 - a.1. *A segregação não era por classe social, era por 'raça';*
 - a. 2. *A ambiguidade das relações raciais;*
 - a.3. *“Segregação”: a falsa integração.*

3. **Apresentação da Senhora Maria Eunice dos Santos Dias: artista plástica, ex-presidenta do Clube Palmares e esposa do engenheiro Nazário** – tempo previsto 5 min.

4. **Leitura compartilhada de trechos extraídos de “Uma cidade em preto e branco: relações raciais, trabalho e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988)”.** Os alunos serão convidados a refletir sobre as seguintes questões– tempo previsto – 35min.

- a. Por que Dona Eunice diz que sentia o racismo, mas não falava sobre isso? O que isso nos mostra sobre como a sociedade lidava (e ainda lida) com o racismo?
- b. Como o depoimento de Dona Eunice sobre a escola e o desfile de 7 de setembro nos ajuda a entender como o racismo pode estar presente em diferentes espaços da sociedade? Você consegue pensar em situações parecidas nos dias de hoje?



<https://qr.me-qr.com/pt/text/EXmCcRky>

Espaços de Resistências e Novas Perspectivas Históricas em Volta Redonda

Aula 6

“Não precisa saber falar bonito não [...], fala arroz com feijão. Onde você tiver alguma dúvida, você levanta seu dedo e fala; e não se preocupe se vai falar errado, fale do seu jeito de falar.”

Objetivo	Compreender o papel do Clube Palmares como uma contranarrativa da história oficial, destacando a contribuição da ex-presidenta Nice Nazário e a importância da mulher negra na construção dessas narrativas, para promover uma reflexão crítica sobre a memória, a resistência e o protagonismo negro em Volta Redonda.
Desenvolvimento	O título desta aula foi inspirado no depoimento de dona Maria Eunice dos Santos Dias, presente no livro de Leonardo Ângelo, <i>Uma cidade me preto e branco: relações raciais, trabalho e desenvolvimento em Volta Redonda (1946-1988)</i>, e no <i>Podcast</i> Pedagogingar do mesmo professor. Quando foi encorajada pelo marido, acabou por encorajar as pessoas a se expressarem sem medo, valorizando sua própria forma de falar. 1. Escutar os seguintes trechos do Podcast “PedagoGingar” do Professor Leonardo Ângelo da Silva: “Nice Nazário – mulher Negra antirracista: trajetória, Volta Redonda e Clube Palmares – tempo previsto 20 min. <i>Utilizar a caixa de som devido à interferência do som externo durante a entrevista. No ‘QRcode’ desta aula consta a transcrição da entrevista para uso do professor, caso julgue necessário.</i> Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2xfZoREc8gIO4uGSY4XXsc?si=VRFi1sfsREuDCpmxfb3HJA - Trecho do 00min. ao 2min.; - Trecho do 4min. 10s ao 13min 20s; - Trecho do 20min. 10s ao 28min. 29c; - Trecho do 59min. 49s a 1h10min.10s. 2. A mulher negra e sua luta no combate ao racismo – os alunos serão convidados a refletir sobre as seguintes questões: - Como a resposta de Dona Eunice ao pedido para servir salgadinho desafia a ideia de que mulheres negras devem sempre ocupar posições de servidão?

- b. De que maneira a atitude de Dona Eunice ao questionar o vereador e confrontar o discurso racista na igreja mostra a importância da fala como ferramenta de resistência e afirmação da identidade negra feminina?

3. Atividade Avaliativa:

Será confeccionada uma *Gallery Walk* (ou Caminhada pela Galeria) – uma estratégia de ensino interativa na qual os alunos circulam pela sala para explorar diferentes informações ou produções organizadas em estações murais.

- a. Os alunos revisitarão os principais temas da sequência didática, organizados em 4 eixos – 1) Desenvolvimentismo e Volta Redonda como símbolo do progresso nacional; 2) Exclusão racial no projeto desenvolvimentista; 3) Resistência negra e espaços de contranarrativa; 4) Impactos do modelo econômico na cidade e em seus trabalhadores;
- b. Cada grupo produzirá um cartaz ou painel abordando um desses eixos, destacando nas fontes trabalhadas (documentários, discursos, depoimentos), conceitos-chave e conexões com o presente. O professor circulará pela sala incentivando a análise crítica;
- c. O cartaz deverá ser fixado em espaço visível;
- d. Ao final, os grupos farão uma caminhada pela galeria, analisando os trabalhos e respondendo questões norteadoras, como:
 - d.1. Quem foi beneficiado pelo projeto de modernização?
 - d.2. Quem foi excluído?
 - d.3. Como os espaços de resistência desafiaram a narrativa oficial?

O objetivo é consolidar o aprendizado e evidenciar a dualidade de Volta Redonda como símbolo do progresso e da exclusão racial, destacando a luta do povo negro por reconhecimento e pertencimento.

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo, construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, Jaqueline ; NETO, José A. da S.; SILVA, Rafael C. da; NASCIMENTO, Ivelize C. T.; RIBEIRO, Ingridy S. **O uso do *gallery walk* na abordagem de conteúdos e avaliação de aprendizagem** . 11ª Jornada Científica e Tecnológica e 8º Simpósio da Pós-Graduação do IFSULDEMINAS. ISSN: 2319-0124. Disponível em: <https://memoriajornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcinc1/jcinc1/paper/view/4688/4151>

SILVA, Leonardo Ângelo. **A classe trabalhadora tem cor: democracia racial e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1987)**. Novos Rumos Sociológicos. 4. 36. 10.15210/norus. V. 4i5. 2016.

ANEXOS

Anexo 1

Discurso do Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional

Voz: Guilherme Guinle; **Data:** 1941; **Duração:** 00:03:35
Transcrição: Bruno Cecílio de Oliveira, em 20/02/2019.
Disponível em: <https://youtu.be/qxyEPMohhzg>

“Meus compatriotas, sinto-me feliz de poder anunciar a todos os que me ouvem que amanhã nesta capital do edifício da (Inaudível***00h15min) se reunirá a Assembleia de constituição da Companhia Siderúrgica Nacional. É um dia auspicioso para o Brasil e da fundação dessa empresa, que tomara a seu cargo a construção e direção da grande Usina Siderúrgica em Volta Redonda. A produção do ferro e do aço em larga escala é um índice seguro do progresso e desenvolvimento econômico das nações. Por isso que nos transportes terrestres, marítimos, aéreos, nas construções civis, na fabricação do maquinismo industrial e agrícola, nos instrumentos científicos e acima de tudo na segurança e defesa nacional, o ferro e o aço são matérias primas imprescindíveis. Essa produção concorrerá decisivamente para a nossa emancipação econômica, o Brasil fundará sua indústria pesada, perderá a fisionomia de país semicolonial, de simples exportador de produtos agrícolas, para entrar no rol das grandes nações indústrias cuja estrutura econômica se alicerça em largas bases na produção do ferro e do aço. Foi a este problema fundamental para o Brasil que o governo do eminente presidente doutor Getúlio Vargas deu cabal solução. Com visão política, com nítida compreensão das necessidades econômicas do país, ele traçou um plano a qual ele dá pronta execução, convertendo em realidade e a solução desse problema por muitas dezenas de anos protelada. Não deve ter passado despercebido a opinião pública, que esse grandioso empreendimento que envolve o dispêndio de cerca de 1 milhão de contos, vai ser executado sem que um único imposto recaia sobre empresas ou particulares, sem a mínima contribuição forçada. Destarte, cumpre o governo a sua alta missão, e oferece agora a todos os brasileiros a oportunidade de concorrer para o engrandecimento do Brasil com o apoio que darão a nova empresa que se cria. O plano financeiro adotado pelo governo ascende em base sã, que deverão proporcionar muita remuneração aos capitais investidos, premiando assim os que confiam no futuro do Brasil, que trabalham pela grandeza da Pátria. O governo deixa a todos os brasileiros, dos pequenos ao grande recurso, a participação de espírito de colaboração de lutar e o empenho de resolvermos por nós mesmos esse problema fundamental para o progresso e prosperidade do Brasil. Estou certo de que não faltaremos a esse dever que se impõe a cada um de nós, de contribuir para forjar a estrutura de uma Brasil mais forte e mais prospero.

Anexo 2

Os depoimentos a seguir foram extraídos de: MOREL, Regina. **A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta redonda (1941-1968)**. 1989.506f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. **Disponível em:** A ferro e fogo - construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda, 1941-1968 - Centro de Memória do Sul Fluminense.

“Então o operário vinha pra cá trabalhar e sonhando em ganhar dinheiro. Chegava aqui e ficava desesperado, longe da família. Vinha sozinho, para ver de perto aquele sonho de trabalhar, ter a sua casa, o seu rancho ou coisa assim e trazer a família . E não conseguia fazer isso, porque não havia condições materiais para trazer sua família e colocar decentemente. Chegavam aqui, ficavam desesperados, pois em época de guerra eram considerados mobilizados. E a disciplina tinha que ser mais ou menos dura, mais ou menos férrea, e eles ficavam desesperados , chegando ao ponto de ir a nado pelo rio Paraíba, e eram considerados desertores. Quantos eu conheci que fugiram a nado pelo rio Paraíba!” (C.J, ex-aluno da escola Técnica Pandiá Calógeras, chegado em 1944) pág. 87.

“O sujeito tinha que ser macho para vir morara em Volta Redonda! A barra era pesada mesmo, hein?” (V.R., *Gazeta do Aço*, 18- 24/09/81, p. 3) pág.88.

“Aí sobrou uma vaga no alojamento 62. Ah! Isto eu não esqueço, nº62. Tinha uma tarimba de baixo. Porque eram nove tarimbas. Eram três encostadas numa parede, três na outra, e três no meio. Passei uma noite mal dormida, porque percevejo e muquirana era demais. Eu me coçava...” (D. ex-operário, chegado em janeiro de 1942) pág. 89.

“Você podia beber no fim de semana à vontade, mas no dia de serviço não podia beber, não, a Companhia controlava: Os guardas passavam nos bares, chegavam – isso eu vi, isso eu cheguei a ver – o cara estava bebendo. Que horário você está trabalhando? Aí, o cara disse: Ah, vou pegar agora às 4 horas. Você está bebendo por quê? Tabefe, tabefe na orelha: Vai trabalhar , seu sem-vergonha! O cara ia, né?” (P.P., chegado em 1944, ex-operário e aluno da Escola Técnica) pág.91.

“Nesse Núcleo Cem tinha o Capitão Magalhães que era muito mau, então matou muito arigó, espancava até a morte. Houve muita barbaridade , mas isso é no início da CSN. Arigó também era brabo” (J., ex-operário, chegado em 1942) pág. 92.

Anexo 3

Os trechos do depoimento de Maria Eunice Santos dias foram extraídos em: SILVA, Leonardo Ângelo da. **Uma cidade em preto e branco: relações raciais, trabalho e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988)**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

“Dona Eunice confessa que sempre foi calada e que estranhava o tratamento dado aos negros, estranhamento esse pautado em sua própria experiência. Eu trabalhava sim [a questão racial] mas eu... Eu sentia, mas eu não colocava nada para fora”. A entrevistadora, Gladys Guimarães, pergunta sobre essa questão de sentir, mas não se posicionar, e dona Eunice responde que [...] foi através dele [do esposo] que ela começou a pensar na negritude etc. A gente foi criado assim[...] achava que tava tudo normal, mas sentia. Ah, tinha apelido nas escolas, as professoras colocavam, os próprios professores colocavam” (pág.207).

“07 de setembro a gente não era convidado para o desfile, para aparecer no desfile. A gente chegava em lugar, achava que a gente ia ser serviçal. Entendeu? A gente sentia, mas como a sociedade fazia isso mesmo[...] aceitava aquilo” (pág.207).

Anexo 4

Os trechos do depoimento de Maria Eunice Santos Dias foram extraídos em: **SILVA, Leonardo Ângelo da. Uma cidade em preto e branco: relações raciais, trabalho e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988)**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022

“Ela relata que após sua entrada no clube Palmares e depois que começou a participar das discussões e debates internos ela começou a mudar : [...] Eu sentia as coisa, eu não falava. Ele me ensinou a falar, ele disse assim, não precisa saber falar bonito não [...] , fala arroz com feijão. Aonde você tiver alguma dúvida você levanta seu dedo e fala e não se preocupe se vai falar errado, fale do seu jeito de falar. Não traga dúvidas para casa porque você fala e tem muita gente que está querendo falar, tá sentindo a mesma coisa que você. Então tenha coragem de falar, tenha coragem de falar” (pág.207).

“Aí a pessoa que estava lá dirigindo e tudo falou ‘ah que bom, agora a Eunice chegou, ela termina os nossos salgados. A Eunice chegou, que bom.’ Aí eu falei ‘o que é? Dá para repetir? A pessoa disse ‘Você podia servir o salgadinho pra gente.’ Eunice retruca “Não, minha filha. Os meus ancestrais já serviram a vida toda e eu também já servi muito, eu estou aqui para ser servida, igual a vocês aqui” (pág.208).

“Às vezes eles queriam mexer comigo quando eu chegava, aí naquela época eu falava mais ou menos, né? Aí elas para mexer, aí falava ‘chegou a negra bonita do cabelo encaracolado.’ Aí eu falava assim ‘por que você está falando assim? Quer mexer comigo? Quer mexer, mexeu! Se quiser me agradecer me chama de negra, porque você sabe que a minha luta aqui tem esse diferencial” (pág.208).

“[...] quando ele queria explicar uma situação de conflito ele mencionou parte da África como exemplo negativo. Dona Eunice levanta o dedo e aguarda. O vereador não podia parar o discurso, Dona Eunice se adianta e vai para traz da assessora do vereador, a funcionária pergunta o que estava a ocorrer e Eunice diz que “gostaria de saber o porquê de ele estar se referindo a esse lugar. Ele está falando na porcaria que houve, num sei o quê, não sei mais o quê e se referindo lá. Quer dizer, ele está igualando as coisas, a questão lá é outra. Então gostaria que ele explicasse por que me incomodou.” A funcionária disse que não poderia intervir, mas dona Eunice questiona se ela poderia encaminhar “um bilhetinho” ao vereador, o que foi feito e “ele pediu desculpas!” (pág.209).

“Fui na igreja evangélica, a mulher foi dar testemunho lá. Falou que o diabo estava, que ela sonhou, não sei o quê. Aí o diabo estava querendo [...] iludir ela porque o anjo apareceu lá era preto. Ah, é a segunda vez que eu saí da igreja! [...] Parece que a irmã aí quer falar”, então ela foi à frente de todos e disse: “Eu vivi na igreja, sou muito religiosa e pelo que sei anjo não tem cor não. Então está todo mundo equivocado aqui. Então se não existe anjo preto, se preto não pode ser bom, então vocês olham pra igreja aí, tá cheio de gente preta!” [...] “Tem que ter atitude, né?” (pág.209).

